



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ARIEL PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS MOTIVADAS PELO
ESTUDO:**

O CASO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA BRASILEIROS NA
UNIVERSIDADE NACIONAL DE ROSÁRIO (UNR)

ARIEL PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS MOTIVADAS PELO
ESTUDO:
O CASO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA BRASILEIROS NA
UNIVERSIDADE NACIONAL DE ROSÁRIO (UNR)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da Universidade
Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

048	Oliveira, Ariel Pereira da Silva. Migrações internacionais motivadas pelo estudo : o caso dos estudantes de medicina brasileiros na Universidade Nacional de Rosário (UNR) / Ariel Pereira da Silva Oliveira. - Londrina, 2021. 141 f. : il.
	Orientador: Ideni Terezinha Antonello. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021. Inclui bibliografia.
	1. Migração internacional - Tese. 2. Migração temporária - Tese. 3. Migração de estudantes - Tese. 4. Migração de brasileiros - Tese. I. Antonello, Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

ARIEL PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS MOTIVADAS PELO ESTUDO:
O CASO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA BRASILEIROS NA
UNIVERSIDADE NACIONAL DE ROSÁRIO (UNR)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Jeani Delgado Paschoal Moura
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior.
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Londrina, 08 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer meus pais, **Beatriz e José** e minha tia **Clarice** que me acompanharam em todo o processo e estiveram do meu lado quando precisei.

Agradeço também à professora **Ideni Terezinha Antonello**, que aceitou me orientar, me deu o respaldo necessário e respeitou minha autonomia no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço também aos imigrantes brasileiros que me receberam em suas casas na Argentina, compartilhando suas histórias e experiências que são na verdade a essência da pesquisa, sem vocês a conclusão da pesquisa não seria possível.

Não poderia esquecer do amigo que a Geografia me deu, **Denis Anderson Vieira de Moura**, a gente se conheceu na graduação e nos tornamos grandes amigos desde então, ele me acompanhou durante todo este processo, ouvindo minhas reclamações e me motivando... Ele também foi responsável pelos mapas... Obrigado!!!

Gostaria de agradecer também a professora **Alice Yatiyo Asari** que me acompanha desde o primeiro ano da graduação quando me deu Geografia da População e me acompanhou como coorientadora na Iniciação Científica. Tempos depois quando entrei na Pós-graduação, novamente tive o prazer de ter aula com ela e inclusive me tirando dúvidas e me emprestando material bibliográfico que foram fundamentais para o desenvolvimento da presente dissertação, a professora Alice sempre fez parte da minha formação, portanto obrigado.

E também ao professor **Eduardo Marandola Júnior** que gentilmente aceitou integrar a banca e a Professora **Jeani Delgado P. Moura** que esteve do meu lado desde o primeiro ano na graduação, foi minha primeira orientadora no PIBID, professora na Pós-graduação e agora membro da banca, é a única que poderia fazer parte desse fechamento de ciclo.

Finalmente, agradeço à **CAPES** pelo auxílio financeiro.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **Migrações internacionais motivadas pelo estudo: o caso dos estudantes de medicina brasileiros na Universidade Nacional de Rosário (UNR).** 2021. 141 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A migração é um fenômeno social complexo e motivado por diferentes fatores, apresenta substanciais impactos territoriais, tanto da sociedade deixada pelo imigrante quanto na que o recebe. Esse processo influenciou a formação socioterritorial de diferentes lugares dentre os quais podemos citar a cidade de Rosário, onde ainda hoje se observa as marcas na paisagem de fluxos migratórios passados. Ainda hoje, tanto a nação Argentina quanto Rosário recebem imigrantes, mas com novas tendências e características que precisam de atenção, esse é o caso da migração de brasileiros que vislumbram na Argentina oportunidades para a continuidade de seus estudos que foram interrompidos no Brasil por conta de políticas educacionais excludentes. Assim, o objetivo central da pesquisa foi compreender as migrações internacionais, no contexto latino-americano, empreendida por brasileiros com o intuito de estudar medicina na Argentina. Buscamos compreender esse processo em três períodos: a) o que antecede a emigração a fim de apreender os fatores que fomentaram a partida; b) a imigração em si e as estratégias de territorialização em solo argentino, observando desde a formação das redes sociais, adaptação ao novo sistema de ensino, estratégias de permanência, impacto na economia local em especial no setor imobiliário e c) as perspectivas de futuro. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos, em laboratório e em campo, no laboratório empreendeu-se atividades como levantamento bibliográfico que tratam de temas como: migração internacional, território, reterritorialização, entre outros, nesse ambiente também se construiu os formulários para entrevistas e se desenvolveu a construção de mapas, tabelas e escrita da dissertação. Em campo, realizou-se em contato direto com os imigrantes brasileiros, sendo que o estudo de caso foi com estudantes brasileiros da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Rosário e residentes na cidade de Rosário (província de Santa Fé/Argentina). A pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa e envolveu a participação de 12 imigrantes entrevistados entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2020. Como resultados observou-se que é comum a migração de pessoas graduadas, oriundas de diferentes partes do Brasil, que muitas vezes se aventuram sem nem mesmo dominar o idioma. Além disso, os gastos iniciais com passagem e aluguel são, demaisadamente, caros, mesmo assim ficam mais baratos do que arcar com os custos do curso de medicina na rede particular no Brasil. Em conclusão fica claro que as políticas educacionais de acesso ao ensino superior brasileiro prejudicam o ingresso de jovens oriundos de escolas públicas e camadas mais pobres da sociedade, reforçando o caráter histórico da universidade nacional como um espaço elitizado e excludente que não reflete a realidade da nação brasileira e levando uma parcela daqueles que almejam carreiras concorridas, a migrar.

Palavras-chave: Migração internacional. Migração temporária. Migração de estudantes. Migração de brasileiros. Argentina.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **International migrations motivated by the study:** the case of Brazilian medical students at National University of Rosario (UNR). 2021. 141 p. Master's thesis (master of arts degree in geography) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Migration is a complex social phenomenon motivated by different factors and impacts the territory of both the society left by the immigrant and the one that receives it. This process substantially influenced the socio-territorial formation of different places, among which we can mention the city of Rosario, where the marks on the landscape of past migratory flows can still be seen, and even today, both Argentina and the municipality of Rosario still receive immigrants. However, there are new trends and characteristics that need attention, such as the migration of Brazilians who see in Argentina the only option for the continuation of their studies, interrupted in Brazil due to exclusive educational policies. Thus, the main objective of the research was to understand international migrations, in the Latin American context, undertaken by Brazilians in order to study medicine in Argentina. We seek to understand this process in three periods: a) what precedes emigration in order to apprehend the factors that fostered the departure; b) immigration itself and territorial strategies on Argentine grounds, observing the formation of social networks, adaptation to the new educational system, permanence strategies, impact on the local economy, especially in the housing area; c) the prospects for the future. The research was developed in two moments: in the laboratory and in the field. In the laboratory, activities were carried out, such as bibliographic surveys that dealt with themes like international migration, re-territorialization of territory, among others. In this environment, it was created forms for interviews and were also built and the construction of maps, tables and writing of the dissertation. The field research was carried out in direct contact with Brazilian immigrants, and the case study was with Brazilian students from Medical Sciences of *Universidade Nacional de Rosario* (National University of Rosario) and residents of the city of Rosario in the province of Santa Fe, in Argentina. The research was based on a qualitative approach and embraced the participation of 12 immigrants interviewed between February 19th and 21st, 2020. As a result, it was observed that the migration of people who have graduated in another course is common; they are immigrants from different parts of Brazil that often venture out without even mastering the language. In addition, the initial expenses with ticket and rent are too expensive; even so, it is cheaper than paying for the costs of medical school in the private network in Brazil. In conclusion, it is clear that educational policies for access to Brazilian higher education hinder the entry of young people from public schools and the poorest sections of society, reinforcing the historical character of the national university as an elite space that does not reflect the reality of the Brazilian nation. This reality makes it an option for a portion of those who aspire to competitive careers to migrate.

Keywords: International migration. Temporary migration. Student migration. Migration of Brazilians. Argentina.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **Migraciones internacionales motivadas por el estudio: el caso de los estudiantes de medicina brasileños en la Universidad Nacional de Rosario (UNR).** 2021. 141 p. Tesis (Maestría en Geografía) – Universidad Estatal de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMEN

La migración es un fenómeno social complejo motivado por distintos factores y con impacto en el territorio tanto en la sociedad dejada por el inmigrante cuanto por la que lo recibe. Ese proceso influenció sustancialmente la formación socioterritorial de diferentes lugares en los cuales podemos nombrar la ciudad de Rosario donde aún hoy se observa las marcas en el paisaje de flujos migratorios pasados, aunque hoy tanto la nación Argentina cuanto el municipio de Rosario recibe inmigrantes, además existen nuevas tendencias y características que necesitan atención, como es el caso de migración de brasileños que vislumbran en Argentina su única opción para la continuidad de sus estudios, interrumpidos en Brasil por cuenta de políticas educacionales excluyentes. Así, el objetivo central de la pesquisa fue comprender las migraciones internacionales, en el contexto latinoamericano, emprendida por brasileños con el intuito de estudiar medicina en Argentina. Buscamos comprender ese proceso en tres períodos: a) lo que antecede la emigración a fin de aprender los factores que fomentan la partida; b) la inmigración en sí y las estrategias de territorialización en suelo argentino, observando desde la formación de las redes sociales, adaptación al nuevo sistema de enseñanza, estrategias de permanencia, impacto en la economía local de modo especial en el sector inmobiliario; c) las perspectivas del futuro. La pesquisa fue desarrollada en dos momentos, en laboratorio y en campo, en el laboratorio se hizo actividades como levantamiento bibliográfico sobre los temas como inmigración internacional, territorio, reterritorialización entre otros, en ese ambiente también se construyó formularios para entrevistas y se desarrolló la construcción de mapas, tablas y la escrita de la disertación. En campo, se realizó en contacto directo con inmigrantes brasileños, siendo que el estudio de caso fue con estudiantes brasileños de la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad Nacional de Rosario y ubicados en la provincia de Santa Fe (Argentina). La pesquisa fue basada en un abordaje cualitativo y envolvió la participación de 12 inmigrantes entrevistados entre los días 19 y 21 de febrero de 2020. Como resultados se observó que la inmigración de personas que ya son graduadas en algún curso era común, son inmigrantes oriundos de distintas partes de Brasil que muchas veces se aventuran sin ni siquiera dominar el idioma. Además, los costos iniciales con pasaje y alquiler son demasiado caros, así mismo es más barato que arcar con los costos del curso de medicina en la red particular en Brasil. En conclusión, se queda claro que las políticas educacionales de acceso a la enseñanza superior brasileña perjudican el ingreso de jóvenes venidos de escuelas públicas y de las zonas más pobres de la sociedad, reforzando el carácter histórico de la universidad nacional como un espacio elitizado y que no refleje la realidad de la nación brasileña. Esa realidad hace que la opción para una parte de los buscan carreras concurridas sea migrar.

Palabras-clave: Migración internacional. Migración temporaria. Migración de estudiantes. Migración de brasileños. Argentina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Origem dos imigrantes entrevistados	16
Figura 2	Total de estudantes oriundos de países sul-americanos na Universidade Nacional de Rosário entre os anos de 2012 e 2017	18
Figura 3	Distribuição dos estudantes brasileiros nas faculdades da UNR em 2017	18
Figura 4	Comparação entre o número de estudantes matriculados no curso de medicina oriundos do brasil e de outras nacionalidades (incluídos argentinos).....	19
Figura 5	Crescimento anual de matrículas de brasileiros na carreira de medicina da UNR	20
Figura 6	Mapa de localização do município de Rosario (Santa Fe – Argentina). ...	21
Figura 7	Estimativas da evolução populacional de Rosário (2010 – 2017)	22
Figura 8	Síntese da concepção de território com base em Saquet e Santos	28
Figura 9	Características do fluxo migratório estudado	40
Figura 10	Aceitação e rejeição dos grupos analisados	88
Figura 11	Níveis de aceitação e rejeição dos 12 grupos identitários.....	88
Figura 12	Comentário xenofóbico sobre brasileiros	90
Figura 13	Comentários xenofóbicos sobre brasileiros.....	91
Figura 14	Venda de comida brasileira	117
Figura 15	Venda de bolos no pote	118
Figura 16	venda de balas gourmet.....	119
Figura 17	Redes sociais dos estudantes migrantes brasileiros de Rosário durante as entrevistas	121
Figura 18	Principais impactos positivos e negativos da imigração de brasileiros ...	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Divisão e tipo de abordagem das entrevistas	17
Tabela 2	Percentual e comparação entre o número de alunos matriculados oriundos do Brasil e de outros lugares.....	19
Tabela 3	Características da organização urbana de Rosário	23
Tabela 4	Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa no Brasil (2009 - 2019).....	46
Tabela 5	Matriculas nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas no Brasil no período entre 2009 e 2019	47
Tabela 6	Valores dos serviços prestados pelas empresas de assessorias universitárias	66
Tabela 7	Composição racial do Brasil segundo o censo demográfico	86

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Potencialidades e limites da abordagem histórico estrutural 37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
DUCLE	Diploma Universitario de Competencia en Lengua Española como lengua extranjera
DNI	Documento Nacional de Identidad
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GF	Grupo Focal
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIU	Módulo de Inclusión Universitaria
PBL	Problem-based Learning (Ensino Baseado em Problemas)
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNR	Universidad Nacional de Rosario

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	13
1 CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E DO FENÔMENO MIGRATÓRIO	25
1.1 PONDERAÇÕES ACERCA DO TERRITÓRIO E DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA MULTITERRITORIALIDADE	25
1.2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA DESTERRITORIALIZAÇÃO SEMPRE MOTIVADA PELO TRABALHO?	35
2 CAPÍTULO II: O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO	42
2.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR: O PROCESSO SELETIVO COMO BARREIRA AO ENSINO SUPERIOR	44
2.2 O CURSO DE MEDICINA COMO FATOR DE EXPULSÃO DO BRASIL E DE ATRAÇÃO NA ARGENTINA	53
3 CAPÍTULO III: O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO	70
3.1 DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO: A QUESTÃO DO IDIOMA E MÉTODO DE ENSINO	77
3.2 XENOFOBIA: UM TEMA ESPINHOSO, MAS NECESSÁRIO	84
3.3 MULHER E IMIGRANTE: IMPLICAÇÕES DE UMA VIVÊNCIA INTERSECCIONADA	95
3.4 O IMPACTO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE ROSÁRIO	102
3.5 IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA VIA O SABER POPULAR	115
3.6 AS MARCAS DA MULTITERRITORIALIDADE: AS REDES E MÍDIAS SOCIAIS DOS IMIGRANTES BRASILEIROS	117
3.7 PERSPECTIVA DE FUTURO DOS IMIGRANTES	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133

ANEXOS	140
ANEXO A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	140

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A dinâmica que envolve as migrações internas, empreendidas por estudantes que ao ingressarem na universidade acabam saindo de seus locais de origem, é uma prática conhecida. A mobilidade ocorre por diversos motivos, como a falta do curso desejado nas proximidades ou a inexistência de instituições de ensino superior no município de origem. No entanto, atualmente a mobilidade em âmbito internacional de brasileiros motivada pelo estudo vem crescendo e pode ser explicada pela forma como as políticas educacionais dos países de saída e entrada estão estruturadas.

No Brasil, os que almejam acessar o ensino superior se depararam com políticas de ingresso organizadas de tal forma que exclui a maior parte dos candidatos desses espaços de formação. A restrição de vagas somada ao pouco investimento e a um processo seletivo pautado na ideia da meritocracia, que avalia estudantes de diferentes realidades sociais a partir da mesma prova, faz com a formação do corpo discente das universidades não seja, de fato, reflexo da constituição da população brasileira. A universidade pública no Brasil é excludente e elitista e mesmo com políticas públicas como as cotas para alunos de escola pública, negros e indígenas, ainda estamos longe de um modelo democrático de universidade.

Se o acesso à universidade pública no Brasil é difícil, em cursos como medicina, direito e engenharias a dificuldade é ainda maior, a alta concorrência faz com que se destaque aqueles que tiveram o privilégio de ter uma educação básica de qualidade, na maior parte das vezes em instituições particulares e caras. Assim, os cursos mais concorridos são respectivamente os mais elitizados.

Nesse cenário, muitos jovens brasileiros oriundos das camadas mais pobres, das periferias das cidades, filhos e filhas da classe camponesa e trabalhadora acabam vendo a universidade como um espaço muito distante, a continuação da formação em nível superior se coloca como um sonho impossível.

No entanto, enquanto no Brasil a universidade pública é sustentada por toda a sociedade, mas com ingresso permitido a uma pequena parcela, a Argentina se destaca como um país que oferece opções de ensino superior gratuito de qualidade e aberto a todos, inclusive estrangeiros. A possibilidade de estudar em grandes universidades argentinas vem ano após ano atraindo muitos brasileiros que ao avaliarem os prós e contras da mudança de país, percebem que os custos de um curso como o de medicina em uma universidade particular brasileira é muito superior ao que pagariam para arcar com todos os custos de vida em solo estrangeiro.

Além do direito de estudar, de acordo com Angelucci a *Ley de Migraciones* n. 25.871/2010¹ garante ao imigrante, mesmo os que se encontram em situação irregular, o acesso igualitário aos bens e serviços públicos como de saúde, segurança, educação, justiça, entre outros.

É nesse contexto, marcado pelas migrações internacionais empreendidas por estudantes brasileiros rumo à Argentina para estudar medicina que se desenha a presente investigação de mestrado.

O objetivo central desta pesquisa foi investigar as causas e os processos de desterritorialização e reterritorialização empreendidos por brasileiros, rumo a Rosário, na província de Santa Fé (Argentina) para cursarem a carreira de medicina na Universidade Nacional de Rosario (UNR). Dentre os objetivos específicos buscamos: (1) identificar os fatores de expulsão no Brasil e de atração da Argentina que influenciaram a decisão de emigrar; (2) conhecer a influência da família e das redes sociais no processo de tomada de decisão e de reterritorialização em solo argentino; (3) investigar o processo de reterritorialização considerando verificar o impacto da migração de brasileiros na economia local, as dificuldades de adaptação e como elas são superadas.

Em âmbito metodológico, a pesquisa se desenvolve em dois momentos: (1) em gabinete e (2) em campo. Em gabinete foi realizada a revisão bibliográfica acerca de conceitos, teorias e teorias pertinentes a temáticas como: Os conceitos de território, os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), multiterritorialidade do imigrante, concepções teóricas sobre as migrações, entre outros. Para isso buscamos respaldo em autores como: Abdelmalek Sayad (1998), Rogério Haesbaert (2005), Marcos Aurélio Saquet (2002, 2005a, 2005b, 2008, 2015), entre outros.

Como observado, o trabalho deu ênfase ao território, isso porque de acordo com Saquet (2002) entendemos o espaço como produto da dinâmica socioespacial, ou seja, das relações que se estabelecem entre as pessoas. Nessas relações é possível observar momentos de cooperação, conflito, solidariedade, individualismo, intermediada por relações de poder, que se dá no dia e culmina em contradições e desigualdades sociais, onde o território ganha forma.

Frente essa dinâmica e levando em conta o caráter do fenômeno migratório, um fato social completo, analisá-lo geograficamente a luz do conceito de território se coloca como abordagem pertinente, sobretudo quando nos permite compreender os fatores que fomentaram a partida

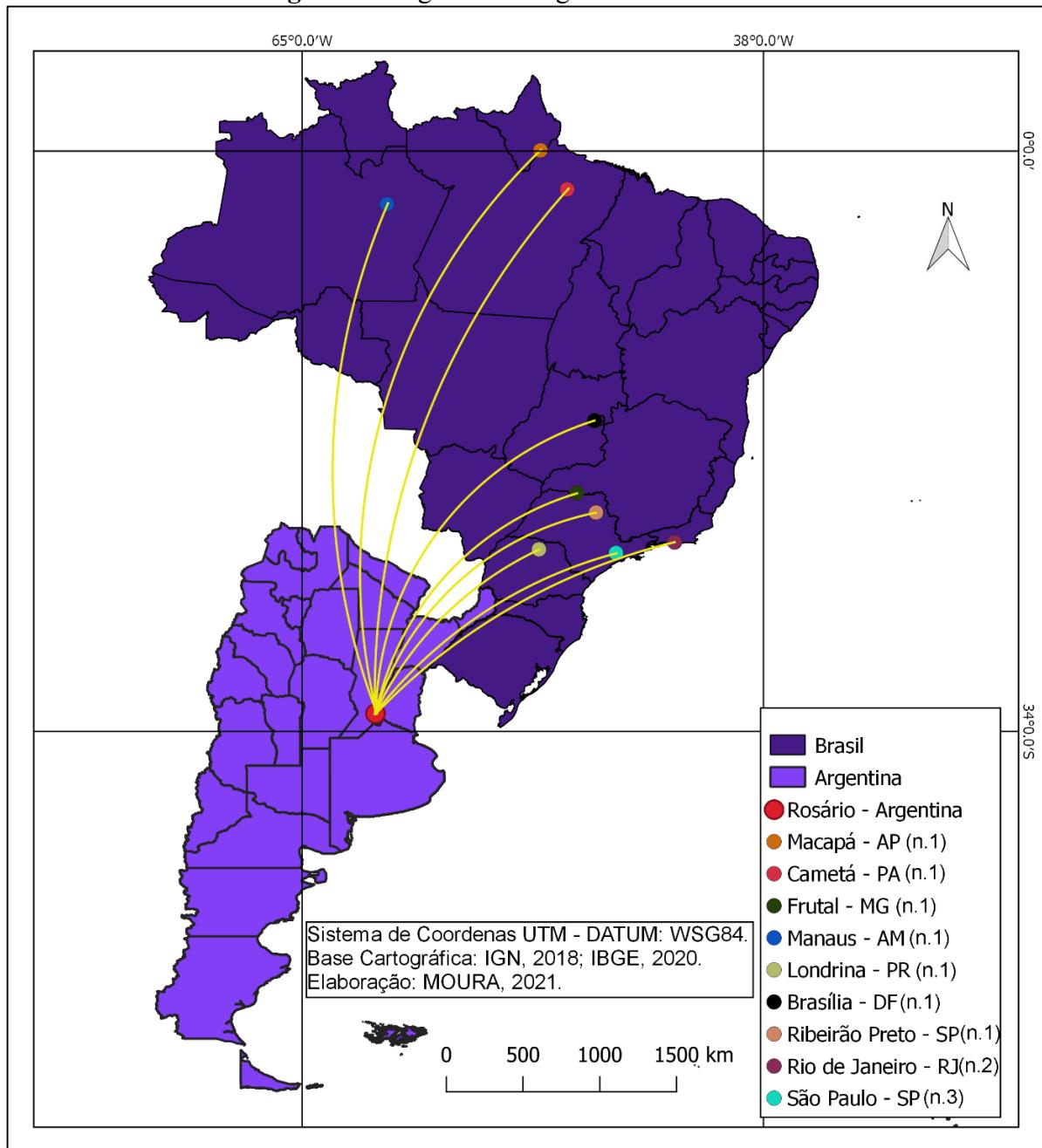
¹ ARGENTINA. **Ley de Migraciones N.º 25.871**. Ministerio del Interior y Transporte. Dirección Nacional de Migraciones. Presidencia de la Nación, 2010.

(desterritorialização) e a imigração em terras até então incógnitas (reterritorialização), pois por mais que o imigrante tenha buscado informações sobre o lugar para onde vai, é no cotidiano que de fato conhecerá.

Ainda em âmbito metodológico, é importante explicar que analisamos a migração a partir de dois momentos, o que antecede a partida, buscando levantar e descrever as variáveis que fomentam a emigração, e o momento da imigração, dando relevo as principais variáveis que marcam a experiência reterritorializadora desta população. Essa postura não foi por acaso, seguimos as recomendações de Sayad (1998), que defende a necessidade de analisar a migração nas suas duas faces: a saída (emigração) e a entrada (imigração). Sua detalhada análise etnográfica coloca em prática essa abordagem, mostrando o paradoxo inerente ao processo migratório onde o migrante vive simultaneamente em dois espaços, ele se faz ao mesmo tempo presente e ausente.

A pesquisa contou com a participação de 12 imigrantes, composto por um grupo bem heterogêneo e oriundos de diferentes partes do Brasil, conforme se observa no mapa da figura 1.

Figura 1: Origem dos imigrantes entrevistados



Organizado por: O próprio autor

Nossa abordagem foi híbrida, com a realização de entrevistas semiestruturadas individuais e aplicação da técnica de grupo focal. As entrevistas ocorreram entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2020, o contato inicial com os imigrantes pesquisados se deu pelas mídias sociais, na qual foi apresentada a pesquisa e feito o convite para que quem tivesse interesse em participar entrasse em contato. Assim, o contato partiu de forma autônoma das pessoas que foram entrevistadas. A divisão referente ao tipo de abordagem pode ser contemplada na tabela 1.

Tabela 1: Divisão e tipo de abordagem das entrevistas

Tipo de abordagem	Nº de indivíduos entrevistados	Nº Total de entrevistados
Entrevista individual	1	12
Grupo focal	3	
Entrevista Individual	1	
Grupo focal	5	
Entrevista individual	1	
Entrevista individual	1	

Organizado por: O próprio autor.

Com relação a técnica do Grupo Focal (GF) Gomes e Barbosa (1999) a compreendem como uma possibilidade de se obter informações qualitativas e em profundidade de determinado grupo de tamanho reduzido, normalmente formado por indivíduos que partilham alguma característica em comum, neste caso, o imigrante que ao compartilhar prazeres, dores, frustrações, e esperanças nos trouxe a sua experiência em prol da construção do conhecimento e a mim delegou confiança, sem nada pedir em troca a não ser respeito e, por fim, brindou, a todos aqueles que terão contato com esse texto, a oportunidade de perceber seu mundo. Essa técnica pode ser brevemente compreendida como:

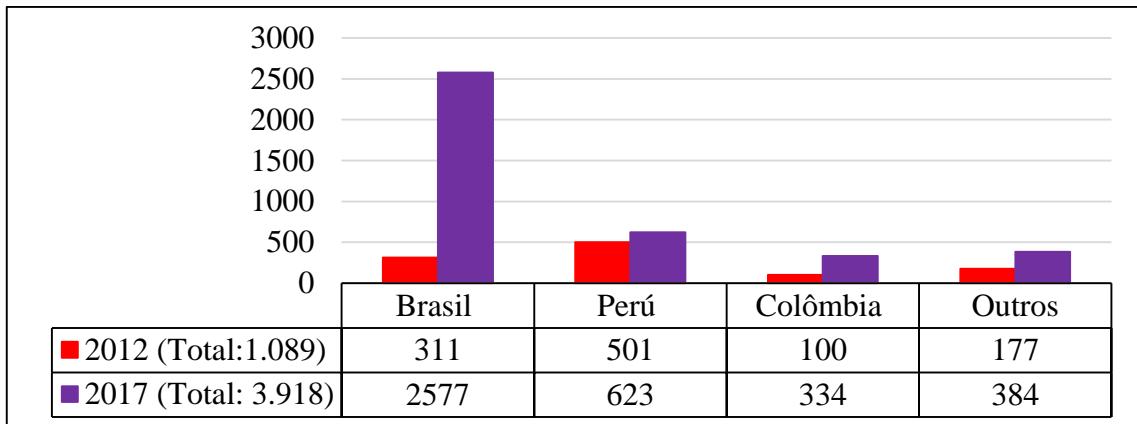
Sob este contexto, definiremos Grupo Focal como “uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 5)

O trabalho de campo foi um procedimento importante não só para entrevistar presencialmente os imigrantes, mas para conhecer a cidade de Rosário e experienciar o espaço que esses sujeitos estão inseridos é que é palco de diferentes processos que influenciam sua permanência.

Quanto à escolha da Universidade Nacional de Rosário (UNR) para o estudo de caso, ela ocorreu por conta da expressiva participação de brasileiros, sobretudo na Faculdade de Ciências Médicas, nos últimos. Este nítido aumento colocou os brasileiros como o grupo estrangeiro mais significativo, o trabalho de Angelucci e Pozzo (2020) nos mostra que, em 2012, a maioria dos alunos estrangeiros da UNR eram peruanos, situação que mudou em cinco

anos, sendo que os brasileiros passaram de 311 no ano de 2012, para 2.577, em 2017, conforme se observa na figura 2.

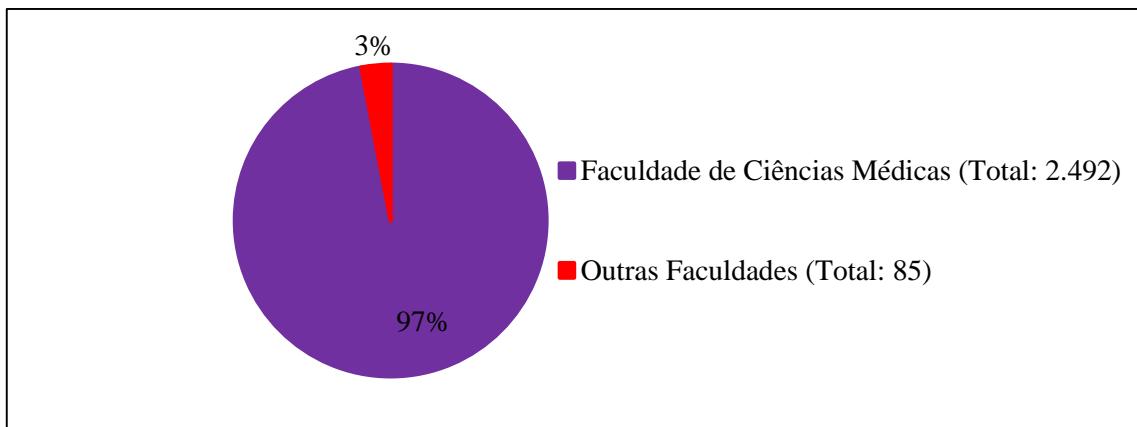
Figura 2: Total de estudantes oriundos de países sul-americanos na Universidade Nacional de Rosário entre os anos de 2012 e 2017.



Fonte: ANGELUCCI; POZZO (2020, p. 813)

Do total de 2.577 alunos brasileiros matriculados na UNR cerca de 97% (n. 2.492) dos alunos estavam na Faculdade de Ciências Médicas conforme se observa no gráfico da figura 3.

Figura 3: Distribuição dos estudantes brasileiros nas faculdades da UNR em 2017.



Fonte: ANGELUCCI; POZZO (2020, p. 813)

Quando olhamos os dados apresentados na figura 3 com mais atenção e trazemos também as matrículas de estudantes de outros lugares a fim de representar percentualmente a participação brasileira observamos, conforme dados da tabela 2, que em 2017 os brasileiros representavam 2.492 (74,7%) do curso de medicina, e 2.734 em 2018 e 3.029 em 2019, representando mais de 71%. Esse número elevado demonstra um forte impacto cultural, não só na faculdade, mas na

cidade como um todo, de forma mais nítida nos espaços ocupados com mais frequência pelos brasileiros. Apesar de não ser o objetivo central do trabalho, vale notar que a partir desse processo se estabelece entre a população argentina e os imigrantes brasileiros uma relação de assimilação de traços culturais de ambas as culturas, enriquecendo o repertório cultural de ambos.

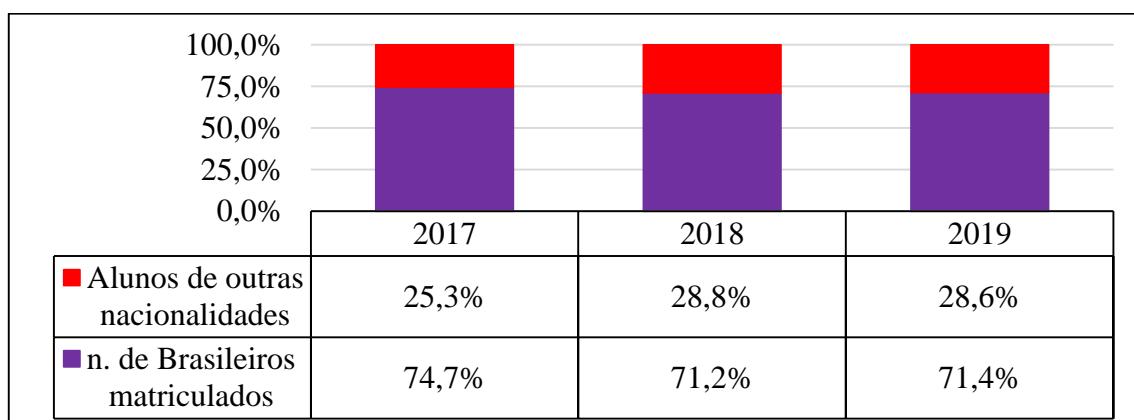
Tabela 2: Percentual e comparação entre o número de alunos matriculados oriundos do Brasil e de outros lugares²

	Nº total de alunos no curso de medicina	Nº total de brasileiros no curso de medicina	Percentual de brasileiros no curso de medicina
2017	3.337	2.492	74,7%
2018	3.841	2.734	71,2%
2019	4.244	3.029	71,4%

Fonte: UNR (2018, 2019, 2020a). **Organizado por:** O próprio autor.

Essa realidade fica mais evidente quando se apresenta os dados em forma de gráfico, a figura 4 representa a comparação entre o número de estudantes matriculados no curso de medicina oriundos do Brasil e de outras nacionalidades (incluídos argentinos).

Figura 4: Comparaçao entre o número de estudantes matriculados no curso de medicina oriundos do brasil e de outras nacionalidades (incluídos argentinos)

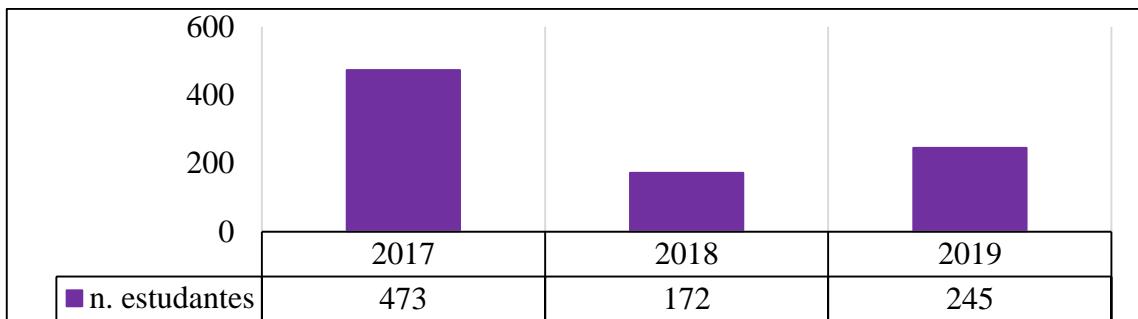


Fonte: UNR (2018, 2019, 2020a). **Organizado por:** O próprio autor.

² Colocamos os dados somente a partir de 2017, pois antes os dados cedidos pela universidade não discriminavam a carreira, agrupava os números como “área da saúde” e a Faculdade de Ciências Medicas é composta pelos cursos de medicina, enfermagem e fonoaudiologia.

O ingresso de brasileiros, ano após ano, fica mais nítido quando verificamos dados do número de ingressantes anual (figura 5), mesmo em anos onde o número de ingressantes brasileiros decai, ainda assim é um fenômeno que permanece constante.

Figura 5: Número matrículas de brasileiros na carreira de medicina da UNR

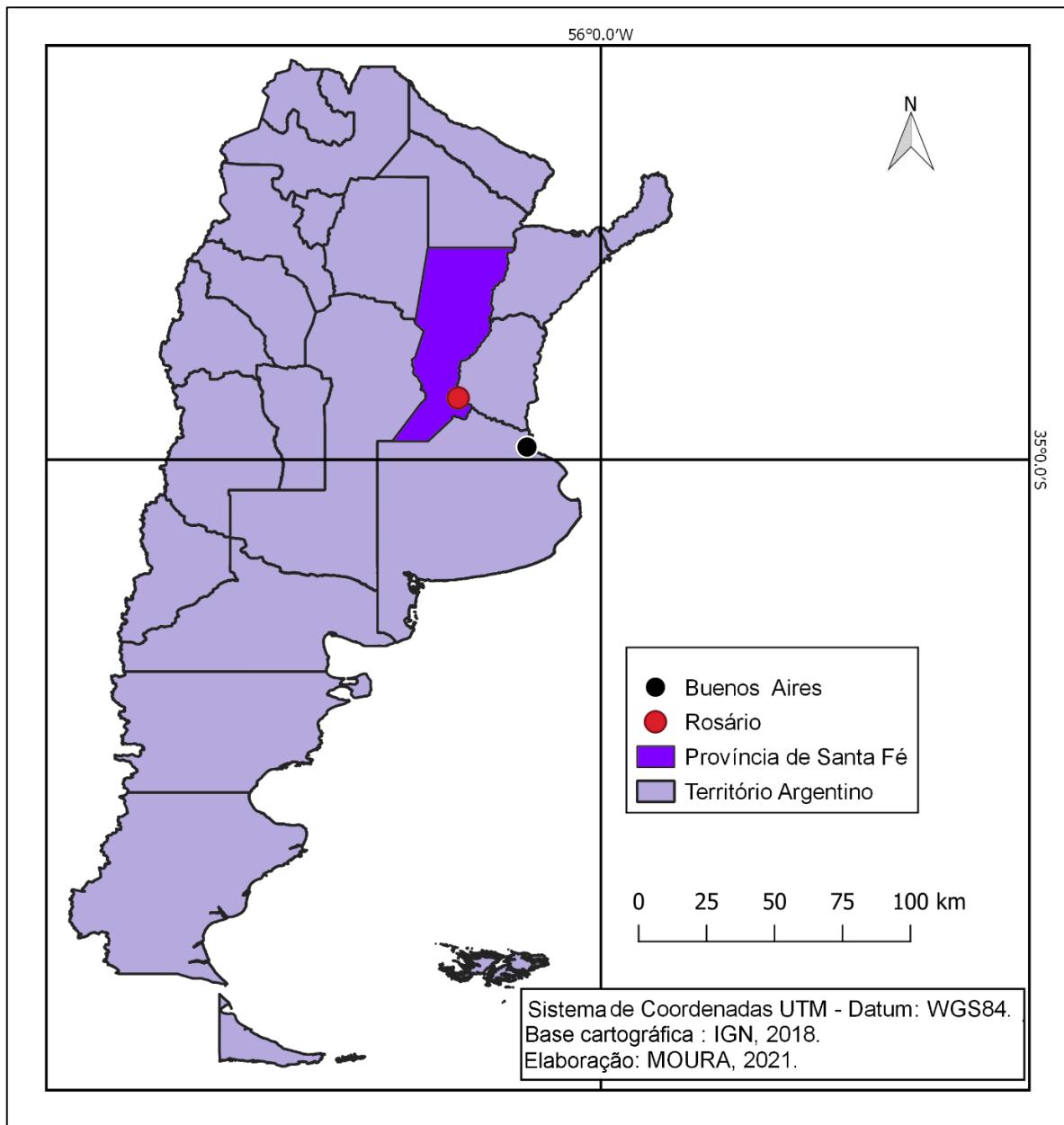


Fonte: UNR (2018, 2019, 2020a). **Organizado por:** O próprio autor.

Além dos supracitados motivos, outro fator que influenciou a escolha da UNR para o estudo de caso deste trabalho foi o fato de estar localizada no interior. Rosário está na província de Santa Fé, numa distância de aproximadamente 300 km da capital nacional Buenos Aires e 170 km da sua capital provincial, Santa Fé, conforme pode-se observar na figura 6. O município encontra-se nas margens do grande Rio Paraná, essa localização privilegiada foi fundamental para o seu desenvolvimento, pois ao estar localizada no centro da região pampeana, se tornou estratégica para o escoamento da produção agrícola.

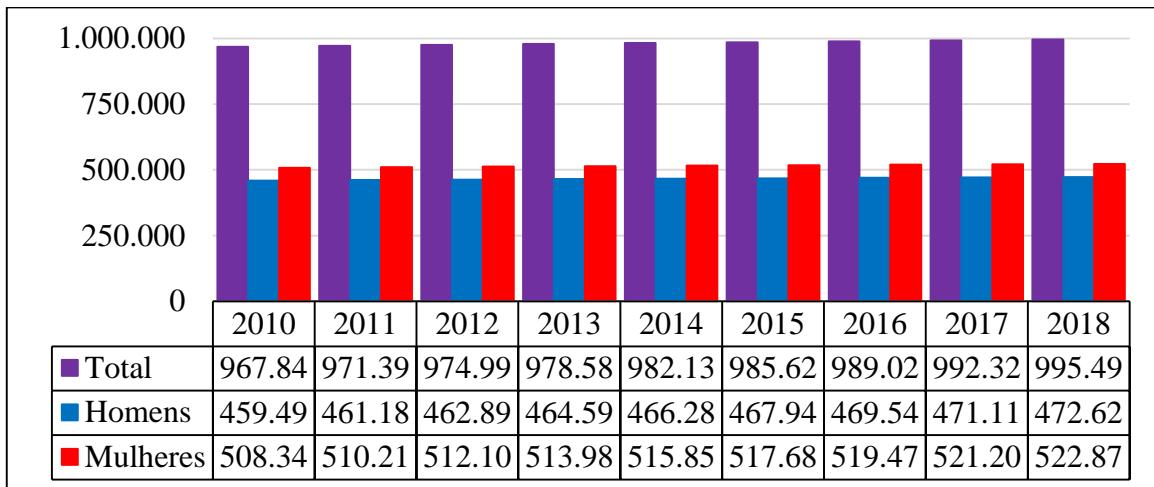
Mesmo sendo uma cidade grande, o fato de estar no interior é um dos motivos da escolha de muitos imigrantes, pois isso faz com que o custo de vida seja menor do que em Buenos Aires. Essa característica traz peculiaridades ao processo de reterritorialização que serão discutidas no decorrer do trabalho.

Figura 6: Mapa de localização do município de Rosario (Santa Fe – Argentina)



É mister ressaltar que Rosário é uma das maiores e mais importantes cidades argentinas, característica que pode ser comprovada quando se observa sua população, Barenboim e Zamler (2017) afirmam que é possível notar um impulso no crescimento populacional na última década, dados do anuário municipal de população mostram que o crescimento entre 2010 (967.844 habitantes) e 2018 (995.497 habitantes) foi de pouco mais de 2,8%, o porcentual pode parecer pouco, mas corresponde a mais de 27.600 pessoas (MUNICIPALIDAD DE ROSARIO, 2019). O crescimento populacional de Rosário pode ser observado na figura 7.

Figura 7: Estimativas da evolução populacional de Rosário (2010 – 2017)³



Fonte: MUNICIPALIDAD DE ROSARIO (2019). **Organizado por:** pelo autor (2020).

O crescimento que se observou nos últimos anos, referentes ao número de brasileiros estudando medicina na UNR, fica mais evidente quando confrontamos com dados do último censo demográfico argentino de 2010 (INDEC, 2010). Segundo o censo, em 2010, havia um total de 700 pessoas nascidas no Brasil vivendo em Rosário, já em 2017 havia um total de 1424 de matrículas ativas na UNR, sem considerar as outras universidades particulares como a *Universidad Abierta Interamericana* (UAI) e o *Instituto Universitario Italiano de Rosario* (IUNIR), ou seja, o número de matrículas no curso de medicina supera a do total de brasileiros, residentes na cidade no último censo. Apesar de não ter sido realizado outros censos, pressupõe-se que a comunidade de imigrantes brasileiros continua crescendo, pois além dos que vão para estudar medicina, há os que fazem outros cursos como os de pós-graduação ou que migram para acompanhar membros da família.

Com relação aos aspectos físicos, o município de Rosário ocupa uma superfície total de 178,69 Km², dos quais 120,37 km² (67,4%) se encontram urbanizados. Ao observar dados referentes à organização do espaço da cidade (tabela 3), percebe-se que a região central é a que tem a segunda menor superfície (11,4%), no entanto, é onde se encontra a maior parte da população (25,7%) e das residências (40%).

³ Durante a realização do trabalho, notou-se que os números da população do censo e do anuário, em 2010, não são parecidos, pois segundo o anuário as estimativas são próprias e realizadas pela Direção-Geral de Estatística municipal a partir de 1 de julho de cada ano. Entramos em contato com a Direção-Geral de Estatística de Rosário e foi esclarecido que a questão da diferença entre o censo e a estimativa da cidade realizada na metade do ano ocorre, uma vez que é realizado um ajuste decorrente de problemas como falta de cobertura, omissões ou outros inconvenientes.

Tabela 3: Características da organização urbana de Rosário

	População		Superfície em Km ²		Residências	
	n.	%	n.	%	n.	%
Centro	256.036	25,7	20,4	11,4	142.830	40
Norte	144.503	14,5	35	19,6	46.624	13
Noroeste	179.942	18,1	44,1	24,7	49.950	14
Sul	153.297	15,4	18,8	10,5	48.606	13,6
Sudoeste	121.504	12,2	20,2	11,3	32.584	9,1
Oeste	140.215	14,1	40,2	22,5	36.532	10,3
Total	995.497	100	178,7	100	357.126	100

Fonte: Rosario (2019); Municipalidad De Rosario (2019). **Organizado por:** pelo autor (2020).

Quanto aos limites municipais, a leste de Rosário se encontra o rio Paraná, no Norte Granadero Baigorria e Ibarlucea, à Oeste Funes e Pérez e no Sul Soldini, Piñeiro e Villa Gobernador Gález (ROSARIO, 2019).

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro “**Considerações teóricas acerca do conceito de território e do fenômeno migratório**” são apresentados os conceitos e a base teórica que sustentou a apreciação empírica do tema. Discutiu-se o conceito de território bem como os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), multiterritorialidade do imigrante e concepções teóricas sobre as migrações, entre outros. Para isso, buscou-se respaldo em autores como: Abdelmalek Sayad (1998), Rogério Haesbaert (2005), Marcos Aurélio Saquet (2002, 2005a, 2005b, 2008, 2015). Também se apresenta um perfil do imigrante estudado.

No segundo capítulo, intitulado “**O processo de desterritorialização**” abordamos a emigração. Partindo do pressuposto de que o território não é apenas palco da vida humana, mas também dotado de uma organização que pode repelir ou atrair populações, foi discutido a estruturação das políticas educacionais de acesso ao ensino superior, de forma que nos permite compreender como elas privilegiaram o ingresso de pessoas oriundas de classes socialmente privilegiadas, fazendo com que a universidade brasileira se torne inacessível, excluente e

elitista. Debater essa questão é importante uma vez que esta categoria de migração é motivada por essas políticas.

As reflexões referentes ao processo de reterritorialização em solo argentino são apresentadas no capítulo, intitulado **“O processo de reterritorialização”**, no qual discutimos como a política educacional Argentina age como fator de atração. Tratamos de questões como a xenofobia, os desafios da reterritorialização como a adaptação ao idioma e ao método de ensino, bem como a influência dessa população na economia local a partir de uma análise do mercado imobiliário e do saber popular como forma de resistência. Esse último é por nós lido como uma alternativa para aqueles que precisam de uma renda extra, mas não conseguem inserção no mercado de trabalho por conta de não dominar o idioma ou não ter tempo já que o curso de medicina exige dedicação integral. Este capítulo também traz questões referentes à questão de gênero, demonstrando a importância desta variável nos estudos de cunho geográficos.

1. CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E DO FENÔMENO MIGRATÓRIO

1.1. PONDERAÇÕES ACERCA DO TERRITÓRIO, DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO DA MULTITERRITORIALIDADE

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p.7).

Escolhemos abrir essa seção com as palavras de Milton Santos, pois ela sintetiza parte dos nossos esforços que é apresentar a importância da categoria território para a Geografia, em especial, análises que envolvem os fenômenos migratórios. Sabe-se que o território é uma categoria complexa e com longa tradição dentro das ciências humanas, utilizada como referência e para a instrumentalização de investigações em diversos campos, conferindo a ela um caráter interdisciplinar. Não há consenso sobre o território, apesar das divergências entre as reflexões teóricas que o conceituam, comumente há a convergência em direção a ideia de que o território consiste em uma porção do espaço delimitada por relações sociais de poder.

Assim, em âmbito metodológico buscamos empregar esforços em analisar o fenômeno migratório a partir de um olhar geográfico, para isso buscamos respaldo na referida categoria por desvelar aspectos inerentes a esse fenômeno e que são fundamentais em sua análise como: a questão da identidade, as relações sociais (dentre elas de poder) que se estabelecem entre diferentes atores e interferem no processo de desterritorialização e reterritorialização, entre outros.

Além disso, conforme sustenta Saquet e Mondardo (2008), o território nos permite analisar as migrações dentro de uma concepção histórica e relacional no espaço que é marcado por relações de poder, destacando o caráter multidimensional e reticular do território, onde processos econômicos, políticos e culturais se intercruzam e influenciando diretamente no processo de desterritorialização e reterritorialização. Assim, inicialmente é pertinente apresentar breves considerações acerca do território, conceito que baliza nossas análises bem como o processo de desterritorialização e reterritorialização.

Raffestin (1993) entende que o espaço e o território são conceitos interligados, mas não sinônimos. O território é constituído a partir do espaço quando um ator se apropria dele, de forma tanto concreta quanto abstrata “[...] evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve no campo do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ainda para o autor “[...] o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Santos e Silveira (2006) entendem que o território é comumente apreendido como a extensão apropriada e usada, e defendem análises que privilegiam a categoria **território usado**. “A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247).

Assim, a ideia de pensar o território para além da materialidade, considerando a sua apropriação pelo ser humano, “[...] aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria” (SANTOS; SILVEIRA, p. 20). Nesse contexto, o fenômeno migratório aparece como uma variável de grande valia nas análises geográficas que privilegiam a referida categoria, uma vez que sua observação, em diferentes contextos como o estudo de caso por nós proposto, permite entender as especificidades de como as migrações interferem e são influenciadas nos diferentes territórios em diferentes períodos históricos, bem como sua influência na formação socioterritorial e nos usos desses territórios pelos diferentes atores envolvidos nos processos, reforçando as dimensões de unidade e diversidade inerentes ao território, conforme aponta os referidos autores.

Um bom exemplo da pertinência de se pensar território para além da materialidade para apreender as implicações das migrações em aspectos como a cultura língua e identidade nos é trazida por Angelucci (2020) que ao analisar os brasileiros que migram para Rosário com intuito de estudar medicina, afirma que:

Ressaltamos, ainda, que as comidas típicas a pronta-entrega, os bares brasileiros, o circuito comercial de serviços (manicure, conserto de computadores, massagens, cabeleireiro, venda de alimentos e produtos, etc.) crescem e modificam a cartografia linguístico-cultural da cidade, sobretudo nos bairros que circundam as faculdades de medicina (ANGELUCCI, 2020, p. 65).

Saquet (2002, 2005a) entende que a análise e a definição do território devem levar em conta as diferentes dimensões que o compõem, sendo elas: a política, a cultural, a econômica e

a natureza. “Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários” (SAQUET, 2002, p. 18). No caso dos brasileiros que migraram para a Argentina foi possível observar a participação em diferentes dimensões e como cada uma impacta o processo de reterritorialização, mas mais que isso, foi possível mapear a sua participação no estímulo à saída de seus locais de origem.

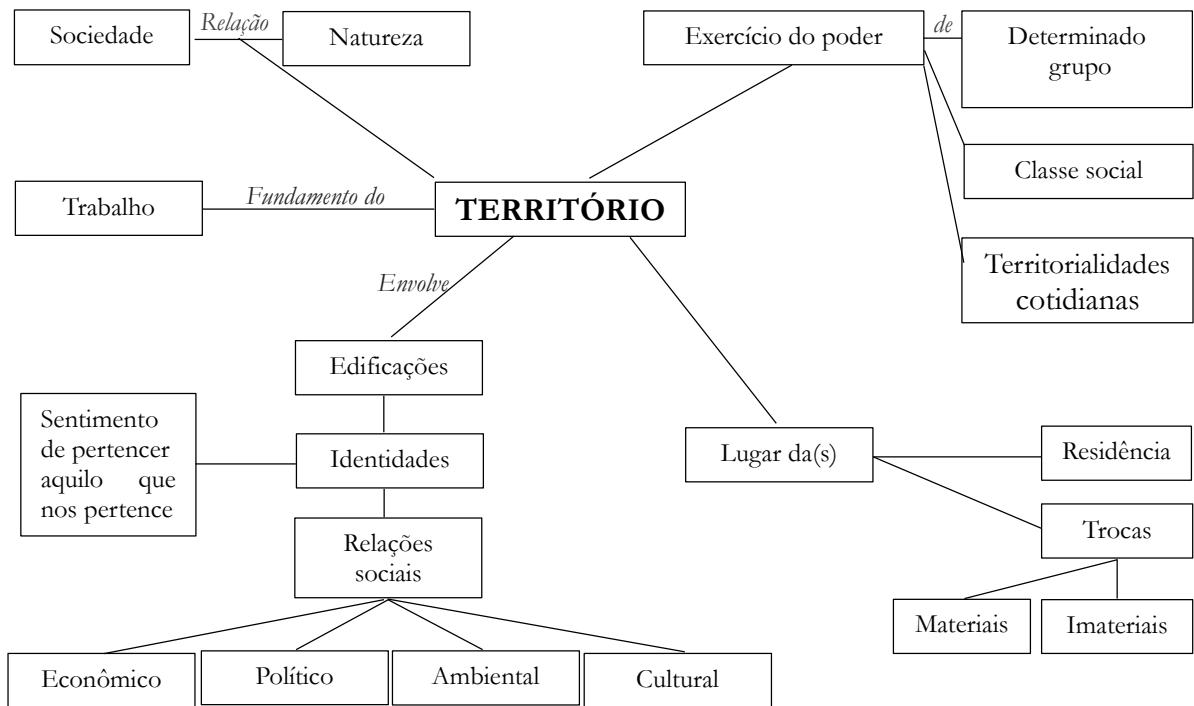
A partir da categoria território e dos conceitos cunhados a partir dele, as análises geográficas vem avançando nas discussões que envolvem a relação entre o ser-humano e o meio, mediada por variáveis como o poder, a identidade, o conflito, as estratégias de permeância em territórios com os quais se estabelece relações de afetividade, as redes, dentre outras. Em convergência com essa concepção está a de Saquet (2005b, p. 45) que entende que:

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmemente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)materialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir.

Mesmo que não seja o escopo principal do trabalho uma discussão conceitual, profunda e exaustiva do território, é importante apresentar a noção de alguns dos autores utilizados como referência, a figura 8 apresenta uma síntese da concepção de território com base nos autores Marcos Aurélio Saquet e Milton Santos, é importante esclarecer que a obra desses autores traz uma compreensão mais complexa e aprofundada, no entanto, essa seleção com os pontos principais cumpre a tarefa de demonstrar a concepção de território empregada neste trabalho.

Assim, entendemos com base nos autores que a categoria de análise do território deve ser o território usado, pois é nele que o homem transforma a natureza pelo trabalho e estabelece relações sociais de poder com os outros atores que pode culminar em cooperação ou conflito, é no território também que ocorrem as trocas, tanto materiais quanto imateriais e se constrói a identidade que pode ser lida como o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, nesse caso o território.

Figura 8: Síntese da concepção de território com base em Saquet e Santos



Fonte: SAQUET (2015, p. 45); SANTOS (1999, p. 8). **Organizado por:** pelo autor (2020).

Trazendo o território para o interior das discussões referentes às migrações, convém lembrar Saquet e Mondardo (2008) que afirmam que as teorias migratórias consideradas clássicas dão ênfase à esfera macroeconômica colocando a cultura e a política como variáveis de segunda ordem. Para eles, quando se prioriza a esfera econômica, o fenômeno migratório fica limitado à mobilidade relacionada ao trabalho e as diferenças regionais que atuam como fatores de expulsão e atração. Neste contexto, outros aspectos importantes para uma compreensão mais significativa do fenômeno migratório ficam ausentes.

A experiência cotidiana dos que saem de um território para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as estratégias e os recursos que disponibilizam, os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações da sociabilidade e de estranhamento entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo apresentam-se ausentes das análises macroestruturais (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 126).

A potencialidade da noção de território de Raffestin (1993) para o estudo das migrações fica evidente em Saquet e Mondardo (2008) quando nos explicam que para o referido autor francês o território se constitui a partir de um movimento dialético de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) e por redes e malhas, que caracterizam cada

território tanto em âmbito material quanto imaterial. Assim, quando os migrantes deixam e ocupam territórios interferem em sua organização e dinâmica socioeconômica e cultural preestabelecida. Sua presença pode causar conflitos com os residentes locais e na busca pela permanência eles podem utilizar diferentes estratégias de resistência, dentre as quais é possível citar a cooperação mútua entre migrantes de fluxos mais recentes com aqueles que já estão estabilizados.

Além disso, a partir de Saquet e Mondardo (2008) entendemos que o fenômeno migratório está majoritariamente ligado à constituição de interação territorial em rede, os territórios se interligam, tanto em âmbito cultural e político quanto econômico. O migrante mantém relações com o território de origem e de destino, com migrantes e não migrantes produzindo relações sociais complexas. “[...] o processo de territorialização, portanto, está ligado à migração e mesmo à construção de redes de relações sociais cada vez mais amplas e interconectadas entre variados e longínquos lugares” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 120). Assim:

Atualmente, portanto, as migrações constituem uma “experiência integrada” do espaço sendo, entretanto, possível somente se os migrantes estiverem articulados em rede, através de múltiplas relações que, muitas vezes, estendem-se do local ao global. Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos migrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos (SAQUET, MONDARDO, 2008, p. 120).

Assim, entendemos que além das complexas relações sociais de poder, a compreensão do processo de desterritorialização e reterritorialização empreendida pelos migrantes, nos mais diversos contextos, recortes e escalas, exigem atenção especial a constituição das redes, que ligam o território de origem e destino e tem os migrantes como uma ponte. No caso desta análise, as migrações de brasileiros em Rosário apesar de serem consideradas recentes já mostram o estabelecimento de diversas redes como: ligação com o Brasil pela rede aérea e rodoviária, envio e recebimento de remessas de dinheiro, contato com a família por internet e telefone, vínculos institucionais via projetos de pesquisa entre as universidades, dentre outros. “[...] Nessa concepção, não há território sem redes, malhas e nós; é sempre permeado por relações de poder” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 121).

Apesar de as redes constituírem variáveis importantes nas análises que se alicerçam no conceito de território, sobretudo em casos como o por nós analisado que envolve, por exemplo, a ligação de territoriais nacionais e estrangeiros via remessas de dinheiro, manutenção das relações via meios de comunicação, viagens, entre outros, Santos chama atenção a

importância de não negligenciar o espaço banal que é “[...] o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 1998, p. 16). Assim:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 1998, p. 16).

Por esse ângulo, os imigrantes brasileiros ao elegerem a Argentina para viver, por um período determinado ou permanentemente, se apropriam de uma parcela daquele espaço, transformando-o em território, se forma ali um ponto que se liga a outros, formando uma rede. Com o passar do tempo, os costumes e culturas da comunidade brasileira vão ficando mais presentes, reforçando sua territorialidade por meio da identidade. O território é construído, resultado de um processo histórico e que vai pouco a pouco ganhando forma. É possível, portanto, estabelecer links com o pensamento de Raffestin (1993, p. 144) quando diz que: “[...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

O território permite compreender a migração dentro de uma concepção histórica e relacional, integrando a esfera econômica, política e cultural, valorizando seu caráter reticular e multidimensional. Além disso, o processo de reterritorialização migrante é composto por inúmeras experiências que refletem estratégias, recursos e relações sociais, entre sujeitos do território de origem e destino, uma vez ao adentrarmos nos complexos processos que envolvem a reterritorialização podemos ter uma visão mais profunda e completa do processo.

Entendemos que sua análise implica inevitavelmente em compreender as relações sociais que sobre ele se estabelecem, em que o território não é somente o palco que é passivamente transformado pelo homem, mas sua organização, resultado de um longo processo histórico, atua de forma contundente nas relações sociais que se manifestam de diferentes formas como: solidariedade e cooperação, conflito, constituição de redes sociais, desterritorialização e reterritorialização de atores sociais. Esse posicionamento encontra respaldo em Santos (1999) quando diz que é no território que a história do ser humano se realiza, pois é nele que convergem todas as ações, países, poderes, forças e fraquezas.

Quando tratamos do processo de emigração e imigração estamos tratando também do processo de desterritorialização e territorialização, que conforme explica Saquet (2005), são movimentos concomitantes. Para o autor, esse movimento é possível de ser observado não só

no movimento da força e trabalho, mas nos atores sociais que saem de seus lugares de origem movidos por determinadas necessidades, anseios, desejos e sonhos.

No caso do processo de desterritorialização, lido nessa pesquisa como sinônimo do processo de emigração, é importante compreender os motivos que fomentaram a decisão da partida, e os impactos da ausência deixados no território de origem. Conforme aponta Saquet (2005b) respaldado por Raffestin (1984)⁴, na desterritorialização ocorre a perda dos vínculos com os lugares onde se encontram a sua moradia, as ruas, bem como com as pessoas que os integram como família e amigos. Para Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) ao migrar o sujeito deixa o território original, responsável pela sua formação enquanto ser, a territorialidade consolidada fica para trás e junto dela o sentimento de pertencimento e sensação de segurança.

É importante ponderar desde o início, que nossa visão de desterritorialização migrante está em consonância com a de Rogério Haesbaert, a desterritorialização está indubitavelmente ligada a reterritorialização, uma vez que “[...] toda saída de um território implica a construção de outro” (HAESBAERT, 2005, p. 43). Ele sustenta que “Por mais que o migrante incorpore implicitamente, pelo menos, a ideia de “desterritorializado”, ele carrega consigo, sempre, a dinâmica reterritorializadora, que pode adquirir distintas versões” (HAESBAERT, 2005, p. 43).

Já na reterritorialização “[...] dá-se uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas das suas características, tanto no nível da economia como da política e da cultura. Há uma tentativa e mesmo efetivação de continuidade, de estabelecimento de identidades simbólicas e afetivas; uma ligação complementar na T-D-R” (SAQUET, 2005b, p. 13869).

Nesse ponto convém lembrar Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) quando explicam que após a desterritorialização, o imigrante busca fixar-se, mas mais que isso, busca reconstruir a sensação de segurança e bem-estar a fim de aliviar o sentimento de incerteza inerente a sua condição. Essa tarefa é árdua uma vez que a configuração do novo território não apresenta os elementos de identidade, prejudicando a identificação com o lugar que é por sua vez fundamental para a construção de laços de afetividade e pertencimento. É nessa busca que os imigrantes constroem seus próprios territórios.

Conforme nos explica Saquet e Mondardo (2008) na reterritorialização ocorre a apropriação e tentativa de reprodução de relações sociais, a reprodução reflete a ligação dos migrantes com seus territórios de origem em plano subjetivo, os autores usam como exemplo

⁴ RAFFESTIN, Claude. *Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione*. In: TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione**. Milano: Franco Angeli, 1984. p.69-82.

os migrantes italianos que reproduziram no Brasil traços de sua cultura como no cultivo das parreiras, a polenta, os queijos, a religiosidade. O mesmo pode ser notado na realidade por nós contemplada, há uma necessidade interna de manter e reproduzir determinados comportamentos e práticas do território de origem como as comidas e festas em datas comemorativas.

Esses traços culturais e identitários que acompanham os imigrantes e que muitas vezes destoam dos objetos e ações que compõe o território ao qual passam a integrar, nos ajuda compreender melhor a questão da territorialidade, definida por Raffestin (1993) como aquilo que se origina da interpelação entre a sociedade, o espaço e o tempo, sendo ela, portanto heterogênea e dinâmica, ele chama a atenção ao fato de que “[...] conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada com outros atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Ainda para Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) ao se fixar, a constituição e manutenção de vínculos com outros sujeitos que passam constituir sua(s) rede(s) social(is), bem como com os territórios deixados, faz com que os imigrantes participem das dinâmicas de diferentes territórios, que se ligam e formam redes, possibilitando a constituição de uma multiterritorialidade. Assim, ao migrar não há uma ruptura total com os territórios deixados, isso é possível graças às benesses de um mundo globalizado que possibilita a comunicação mesmo a grandes distâncias. No entanto, quando se trata das vantagens do mundo globalizado, Milton Santos (2013) nos mostra que é importante ter cautela, uma vez que a ideia de que todos gozam dos mesmos privilégios é uma fábula, para boa parte da sociedade (inclusive muitos imigrantes) a globalização se apresenta como perversidade, aprofundaremos essa questão no decorrer do trabalho.

De acordo com Santos e Silveira (2006) quando se fala da territorialidade se parte de um sentimento ligado ao território que é o de as pessoas pertencerem àquilo que lhes pertence. Esse conceito se liga também a uma preocupação do ser humano com o seu próprio destino, que envolve a ideia de futuro. Para Andrade (1998) a territorialidade é um sentimento que vai tomando conta das pessoas à medida que passam a ter consciência de sua participação na formação do território, é uma dimensão subjetiva que pouco a pouco ganha forma e se manifesta, por exemplo, em momentos de confraternização.

A partir de Haesbaert (2005) entendemos que a territorialidade pode estar presente e ser vivenciada no imaginário do imigrante e de determinados grupos sociais como no caso dos judeus que carregaram durante muitos séculos a territorialidade da terra prometida.

Para Saquet (2002) a presença de diferentes atores e de suas atividades cotidianas se cristalizam no território a partir da formação da(s) territorialidade(s) que tem como uma das mais nítidas expressões a constituição da rede “[...] é por nós entendida, sucintamente, como resultado não apenas da relação capital-trabalho e da circulação de mercadorias, mas é fruto de relações sociais, objetiva e subjetivamente, na territorialidade cotidiana; é produto da interconexão, da articulação” (SAQUET, 2002, p. 20).

Assim, consoante com Saquet (2005b) e Saquet e Mondardo (2008) entre os que partem e os que permanecem se mantêm ligações tanto econômicas quanto políticas e culturais. As redes que se estabelecem entre os atores sociais não ligam só pessoas, mas também territórios. Essas redes fazem com que esses sujeitos estejam cada vez mais interconectados e as redes mais amplas, envolvendo territórios variados e longínquos.

É importante ressaltar que em uma investigação que discute o fenômeno migratório atrelado ao conceito de território a discussão dos dissabores da partida, as dificuldades e prazeres do recomeço, e todo o misto de sentimento que acompanha o imigrante durante todo o processo não pode ser lida como falta de rigor metodológico, pelo contrário, trazer à tona a subjetividade humana, que traz reflexos contundentes e visíveis na forma como determinado território é construído, é uma questão importante para compreender de forma mais profunda o processo estudado. Além disso, o território é um conceito que permite esse posicionamento. Corrêa, por exemplo, nos fala que:

A apropriação, por um lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, conforme já abordado na década de 40, por Walter Firey em seu estudo sobre a *Área central de Boston*, e que a partir do início da década de 70 tem sido considerado pelos geógrafos humanistas. A apropriação passa a associar-se a identidade de grupos e a afetividade espacial (CORRÊA, 1998, p. 251 – grifos do autor).

Medeiros (2008) contribui para essa discussão quando traz à tona a dimensão da identidade e pertencimento que aparece no processo de apropriação, para ela “[...] o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação” (MEDEIROS, 2008, p. 2017). Para a autora, ao se apropriar determinado território se está dominando e controlando determinada parcela do espaço, há, portanto, relações de poder. A identidade e as relações sociais (em que nesse contexto se destaca as relações de poder).

Nesse sentido, Medeiros (2008) acredita que a base do território é o sentimento e não sua forma, uma vez que a forma pode variar, mas o território é uma dimensão passível de ser sonhada e imaginada e é a partir dessa imagem que a construção do território em si se inicia.

Assim: “O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize” (MEDEIROS, 2008, p. 217).

É com base nesses pressupostos que se justifica a pertinência do território para empreender análises acerca do fenômeno migratório. Assim, a presente dissertação trará a luz do debate não só as vivências individuais de cada imigrante que nos revelam os sabores e dissabores de suas vidas, mas também os fatores que oriundos da forma como o território foi historicamente estruturado expulsa e atrai essas pessoas.

1.2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA DESTERRITORIALIZAÇÃO SEMPRE MOTIVADA PELO TRABALHO?

Nesta subseção traremos algumas reflexões acerca das migrações comumente entendidas como resultado da busca pela inserção no mundo do trabalho e os limites analíticos que abordagens que desconsideram outras variáveis nos impõe. Para Asari e Tsukamoto (2009) os movimentos migratórios se colocam como um desafio tanto para aqueles que os integram quanto para os que os estudam. As migrações são reflexos de diferentes questões como as de ordem natural; necessidade de mão de obra por parte do setor produtivo; questões de ordem socioeconômicas e políticas que contribuem para o desencadeamento de conflitos; dentre outros.

Entendemos que a categoria trabalho tem papel de destaque na compreensão do fenômeno migratório e de acordo com Carlos e Rossini (1983) também é fundamental para a Geografia, sobretudo em análises que privilegiam a população. Para as autoras não é possível entender a produção do espaço geográfico sem considerar a população, uma vez que o espaço é produto das relações sociais, o ser humano produz a si mesmo quando produz o espaço que é reflexo da sociedade de dado momento histórico.

A importância do trabalho para a Geografia aparece para Carlos e Rossini (1983) a partir da leitura de Marx e Engels, elas entendem que a (re)produção humana depende da satisfação de determinadas necessidades como alimentação, vestuário, abrigo, dentre outros, essa satisfação se dá a partir do trabalho que é a atividade que se estabelece entre a sociedade e a natureza, “[...] a partir da relação de trabalho – através do processo de produção – a sociedade não só transforma o meio circundante em espaço produzido, como também se modifica nesse processo” (CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 8).

Neste contexto, a população é sinônimo de uma sociedade que se divide em classes e que produz o espaço via relações sociais de trabalho, “[...] Portanto, o que nos interessa inicialmente é a população *trabalhadora* – a força de trabalho – como ela vai produzir, com que instrumentos, como o trabalho será dividido e organizado” (CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 10).

É no ponto de intersecção entre população, espaço e trabalho que aparece as migrações e, portanto, um fenômeno de interesse para as ciências geográficas.

Quanto ao trabalho como categoria pertinente e necessária para pensar as migrações e os principais troncos teóricos⁵ que tratam da questão, de acordo com Asari e Tsukamoto (2009) até os anos 1970 as análises envolvendo o fenômeno migratório se desenvolviam, majoritariamente, a partir da perspectiva neoclássica, onde “[...] a decisão de migrar era entendida como uma decisão pessoal, individual e não decorrente da situação econômica ou de outras forças externas, tais como as políticas, sociais ou decorrentes de fenômenos da natureza” (ASARI; TSUKAMOTO, 2009, n.p.).

Asari e Tsukamoto (2009) bem como Póvoa Neto (1997) nos explicam que após esse período outras vertentes ganharam força como a histórica-estrutural e a da mobilidade do trabalho. Apesar de terem diferenças internas, ambas superaram a ideia da migração como sinônimo de liberdade individual, empreendida a partir de escolhas racionais em que esse sujeito compara o local de origem e destino e avalia a potencialidade de maximização de ganhos. Após esse período, passa a se considerar a dimensão histórica das migrações e a influência do capital nas tomadas de decisões.

De acordo com Brumes (2013, p. 20) a abordagem histórico-estrutural (que também pode ser denominada crítica ou marxista) “[...] é considerada por muitos estudiosos como aquela que apresenta os enfoques mais progressistas”, pois dentre suas contribuições está a valorização do contexto histórico e a ênfase nos fatores estruturais que estabelecem a face coletiva do fenômeno. A autora ressalta ainda que a difusão dos estudos marxistas e sua utilização na análise da problemática migratória impactaram os estudos regionais, já que eles buscaram explicar o fenômeno a partir das particularidades estruturais das áreas de origem e destino, essa perspectiva contribuiu também para o alcance de um nível maior de interdisciplinaridade ao valorizar aspectos econômicos, sociais, demográficos, entre outros.

No entanto, o texto de Brumes (2013) aponta limites nos trabalhos de base marxista, pois eles desvalorizam “[...] a realização de pesquisas junto a migrantes, visto que os indivíduos não trazem, apesar de serem fontes de informação, explicações a respeito dos processos pelos quais passaram” (BRUMES, 2013, p.17). Nesse sentido, a autora ressalta que mesmo quando aparecem motivações individuais nas análises, elas acabam diluídas em uma conjuntura mais geral.

⁵ Não é objetivo deste trabalho uma discussão exaustiva acerca de cada uma das principais vertentes teóricas e sim mostrar a centralidade da categoria trabalho que influencia as análises em cada uma delas. Há trabalhos que já trazem essa discussão de forma mais completa como: Tsukamoto e Asari (2009); Póvoa Neto (1997); Salim (1992); Gaudemar (1977); Brumes (2013), entre outros.

Conforme defende Póvoa-Neto (1997) ao investigar os fatores de expulsão a ênfase se dá nos aspectos estruturais como as transformações nas relações sociais de produção, enquanto nos fatores de atração se investiga a adaptação desses imigrantes nessas áreas. Nessas frentes de análise, sob a égide histórico-estrutural, Brumes (2013) evidencia que os trabalhos valorizam os espaços de atração em detrimento aos de expulsão (ou origem) e ficam demasiadamente reduzidas a aspectos econômicos, assim:

A partir da análise de como se conduzem os estudos migratórios, percebe-se a impossibilidade de se retificarem as hipóteses a respeito das causas dos muitos fluxos migratórios e é justamente esse aspecto que acaba por criar uma forte limitação a essa abordagem, ou seja, ela possui uma base empírica fraca, uma vez que seu suporte passa a ser ilustrativo; nela, o tratamento dispensado aos dados demográficos se apresenta de uma forma bastante simplista. (BRUMES, 2013, p. 20)

No quadro 1 podemos observar os limites e potencialidades da abordagem histórico-estrutural dos estudos migratórios.

Quadro 1: Potencialidades e limites da abordagem histórico estrutural

LIMITES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ► Dificuldade generalizada em superar o reducionismo econômico; ► Como o processo de acumulação de termina tudo, corre-se o risco de tornar mecânico o que deveria ser dialético, ou seja, medições possíveis entre infra e superestrutura; ► Mesmo que os fluxos se sobreponham ao indivíduo e condicionem a racionalidade da sua decisão de migrar, não se procura analisar melhor a natureza do processo de tomada de decisão, em termos de “custo-benefício” implícitos nos fatores externos, tais como sistemas urbanos, organizações corporativas, redes sociais, disponibilidade de terras e políticas tópicas, que podem intervir tanto na propensão como na direção dos fluxos 	<ul style="list-style-type: none"> ► Capta a migração dentro do contexto histórico e dá ênfase aos fatores estruturais que determinam a natureza coletiva do fenômeno. ► Os elementos conceptuais podem assumir uma cadeia ou hierarquia de determinações ► Relativiza os efeitos dos fatores de atração e de expulsão face à singularidade histórica da migração ► Privilegiando a análise do agregado disforme, pode revelar a heterogeneidade contextual da migração e de sua “funcionalidade” no capitalismo agrário, em áreas de fronteira, no desenvolvimento urbano industrial, etc. ► Acena com a disponibilidade de interdisciplinaridade de enfoque no estudo

<p>► Fraqueza empírica dos argumentos e conclusões, principalmente por utilização inadequada de dados, não testabilidade das hipóteses e pouca exploração das variáveis demográficas.</p>	<p>da migração, envolvendo aspectos econômicos, sociológicos, demográficos, etc.</p> <p>► Não mistifica os métodos formais de análise empírica</p>
---	--

Fonte: SALIM (1992); **Organizado por:** pelo autor (2020).

Como observado anteriormente, a categoria trabalho assume posição de destaque nas diferentes abordagens teóricas, no entanto, atualmente há uma série de fluxos migratórios motivados por questões de ordem política, religiosa, de sexualidade e gênero, entre outras, que não são explicados unicamente por essa categoria. No caso por nós observado, desde o estabelecimento do primeiro contato ficou explícito que a motivação para a migração não era a busca pela inserção no mundo do trabalho, mas sim o estudo, sendo a questão das políticas educacionais o ponto a ser considerado.

Assim, concordamos com Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) quando dizem que a partir dos anos 1990 foi possível observar uma intensificação dos movimentos migratórios, que passaram a apresentar características muito específicas, convergindo para uma diversidade do fenômeno nunca antes visto, tornando sua apreensão um desafio cada vez maior para aqueles que se dedicam ao estudo do tema. Essa realidade, relativamente recente, fomentou a busca por alternativas para as abordagens tradicionais estruturalistas, a partir da valorização de pontos como os elementos simbólicos, identitários e em esfera cotidiana.

As abordagens estruturalistas, sobretudo as de base marxista, que apresentam características metodológicas específicas como a valorização da categoria de classe social, trabalho e os aspectos econômicos, foram e ainda são muito relevantes para o estudo do processo migratório em sua dimensão socioeconômica e política. No entanto, essas abordagens não dão conta de analisar o fenômeno em sua totalidade.

Para Dal Gallo (2010) a migração perpassa por esferas da vida que não se restringem a questão econômica, entender o fenômeno migratório envolve a dimensão espacial da experiência. Acreditamos ser preciso investigar como o próprio imigrante comprehende e se coloca frente ao fenômeno que ele integra. Uma abordagem mais humanista, em que se busque explorar a dimensão existencial do fenômeno migratório, significa valorizar o migrante, sua história de vida e suas experiências, individuais, específicas, mas que integra “um todo”.

Marandola Júnior (2016) considera que a Geografia alcançou um estágio, no qual a construção de novos aportes, oriundos de diferentes matrizes e tradições, se fazem possíveis e

necessários, para o autor é o momento de empreender conexões e analisar seus desdobramentos e aprofundamentos. Nesse cenário, a fenomenologia é um exemplo de campo muito fértil para explorar novos horizontes em um mundo de constante movimento.

A concepção de migração defendida neste trabalho é que envolve a busca por melhores condições de vida, sejam elas imediatas ou futuras, como uma característica do ser humano. Diferentemente do que uma visão superficial pode sugerir, quando se fala em melhores condições de vida não se trata, unicamente, da questão financeira e da inserção no mundo do trabalho, as aspirações humanas são mais amplas, complexas e profundas e que não cabem, portanto, em explicações meramente econômicas. Assim, enquanto há, por exemplo, os que migram para países capitalistas centrais, com intuito de se inserir no mercado de trabalho e receber seu salário em uma moeda estrangeira mais valorizada, mesmo realizando trabalhos subalternos e em muitas vezes em situação de ilegalidade, há também aqueles que saem de seu lugar de origem pois sua identidade de gênero e/ou orientação sexual não é tolerada e sim punida com prisão, açoites e até a morte. Em convergência com essas ideias convém resgatar Ferreira:

Desde que o mundo é mundo, o homem busca um lugar que o compense na sua passagem por este planeta, seja material, espiritual, psicológica ou qualquer outra. A mola desse impulso, é a sua sobrevivência com as mínimas condições dignas como ser humano. Quando isto não é possível, ele enfrenta marés e oceanos e embarca para uma esperança desconhecida e incerta, mas certamente, uma esperança. (FERREIRA, 1988, p. 100).

Em consonância com esse entendimento, Malella (2014) comprehende as migrações como um processo que se manifesta a partir de uma série de variáveis de cunho político, econômico e cultural, presentes tanto no local de origem quanto no de destino e que não podem ser compreendidas de forma isoladas já que elas se inter-relacionam.

Portanto, é pertinente responder: “Quem é o imigrante brasileiro que sai de seu país rumo a Argentina para estudar medicina?” Para responder essa questão convidamos os leitores a observar a figura 9, na qual apresentamos as principais características desse imigrante.

Figura 9: Características do fluxo migratório estudado



Fonte: Organizado pelo autor (2020).

Trata-se de uma migração motivada pelo estudo, empreendida por brasileiros para a Argentina que é um país sul-americano e integra o Mercosul, o que favorece o trânsito sem a necessidade de vistos, podendo ocorrer a entrada em nação estrangeira com a posse, somente, do documento de identidade.

Se trata de uma migração internacional e temporária, o que traz a ela especificidades como, por exemplo, o fato de o migrante ser oriundo de outro país pode motivar casos eventuais ou permanentes de xenofobia. Quanto ao caráter temporário, ela pode ser assim classificada, pois o estudante brasileiro almeja voltar ao Brasil no fim do curso, é importante dizer que o retorno pode acontecer antes ou a migração, que *à priori* era temporária, se tornar permanente. Assim, convém lembrar Pierre George (1971) quando chama atenção ao fato de que definição sobre se determinada migração é permanente ou temporária é possível após o fato consumado, já que várias questões podem influenciar essa decisão como: interesses econômicos, possibilidade jurídica de legalização da condição, ou eventual matrimônio.

Como salientado, o trabalho não é a principal motivação, no entanto, é possível encontrar brasileiros que têm que trabalhar para se manter, mas estes são exceção e não a regra. Quanto aos que trabalham, é comum atuarem como profissionais autônomos, prestando serviços e oferecendo produtos para a comunidade brasileira como comidas típicas dentre as quais podemos citar a feijoada, a coxinha, entre outros.

Como observado até aqui, a migração é um fenômeno social complexo e em constante mutação onde o espaço que a induz é também moldado por ela. O imigrante nem sempre caberá em modelos teóricos preestabelecidos, no nosso caso por exemplo, o imigrante analisado não migra a procura de trabalho, no entanto a sociedade de origem, a sociedade de destino e ele se reconhece enquanto migrante. Os fatores que o expulsaram, os que o atraiu, bem como as estratégias para assegurar sua permanência e resistir frente às dificuldades precisam ser mapeadas e compreendidas.

No próximo capítulo vamos tratar do processo de desterritorialização, será discutido o papel das políticas educacionais brasileiras que fomentam a tomada de decisão de emigrar. Discutiremos o início do processo migratório como: o convencimento da família, o levantamento do montante de dinheiro inicial e a universidade argentina pública, de qualidade e gratuita como a possibilidade desses imigrantes realizarem seu sonho de se tornar médicos, um sonho negado em sua nação de origem.

2. CAPÍTULO II

O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Neste capítulo vamos tratar sobre o processo de desterritorialização, analisar este processo nos permite entender que o espaço deixado não é só o sustentáculo de suas existências, é o lugar dotado de afetividade e significados, o migrante não deixa um espaço vazio, mas um espaço com sua língua nativa, sua família, amigos e afetividade. Este espaço quase nunca é deixado por vontade própria e sim porque nele o imigrante não conseguiu lograr sucesso nos seus objetivos de vida.

É importante ressaltar desde já que quando falamos da ruptura entre o imigrante e o lugar de origem, não estamos afirmado que ela é definitiva, é óbvio que há a possibilidade de retorno a qualquer momento e que as redes sociais contribuem para que os vínculos sejam mantidos, tornando o imigrante um ator multiterritorializado. Saquet e Mondardo (2008) deixam claro que os imigrantes estabelecem e mantêm relações com as pessoas que ficaram no território de origem, no qual se estabelece o processo de reterritorialização constituindo redes sociais locais e extra-locais.

Essa dinâmica avançou no ritmo em que se disseminam as tecnologias, no entanto, o fato de um imigrante se comunicar diariamente com seus amigos e familiares não significa que é o bastante para que o sentimento da saudade diminua, as redes sociais são variáveis importantes para se analisar as migrações contemporâneas, mas é preciso ter cautela uma vez que não são capazes de substituir o abraço daqueles que se ama.

Nesse contexto, um dos argumentos que pode ser acriticamente evocado para defender que a saída do imigrante não implica necessariamente no desenraizamento com o seu espaço de origem é a que as distâncias e o tempo diminuíram graças a evolução dos meios de transporte, bastando a reserva de uma passagem aérea para rever a família. Não obstante, conforme assevera Santos (2013) essas benesses do mundo globalizado, constantemente e abusivamente repetidas na busca da validação desse discurso enquanto verdade, constitui uma fábula já que a globalização se coloca para a maior parte das pessoas como uma perversidade. O autor exemplifica seu ponto de vista enquanto rebate ideias que ele joga equivocadas. Para ele:

Um outro mito é o do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez, aos prodígios da velocidade. Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm

significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia do tempo (SANTOS, 2013, p. 41).

A realidade vivida pela maior parte dos imigrantes, mesmo aqueles que não migram com intuito de se inserir no mercado de trabalho do território que os recebe, é marcada por muitas dificuldades, tanto para se reterritorializar quanto para permanecer. Os estudantes que migraram para a Argentina para o estudo não integram uma elite, caso fossem não teriam necessidade de migrar, arcariam com os custos de um estudo caro no próprio país. A ideia de que um imigrante que vive com um salário mínimo ou menos tem condições de arcar com todos os custos de vida (como aluguel, alimentação, transporte, etc.) e ainda assim viajar ao bel-prazer para matar a saudade da família e do lugar deixado é no mínimo uma leitura bem rasa da realidade.

Além disso, a migração de retorno é uma possibilidade e não uma certeza, pois acreditar que o imigrante sempre retornará é uma é uma previsão que nem sempre se confirmará, já que ficou evidente não só nas entrevistas, mas em casos concretos de alguns dos primeiros imigrantes brasileiros que acabaram se estabelecendo em terras argentinas.

A entrevistas nos mostraram que é comum ir para a Argentina com a ideia de que a permanência se dará por tempo determinado, mas conforme o tempo vai passando e as raízes se tornando mais profundas, a permanência se coloca como uma possibilidade que ganha mais nitidez frente aos novos arranjos como relacionamentos com argentinos, aquisição de bens, inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso sem a necessidade de revalidação de diploma, entre outros.

Isso posto, o primeiro subcapítulo discutirá como as políticas educacionais de acesso ao ensino superior no Brasil se colocam como uma barreira entre a universidade e os estudantes (sobretudo das camadas populares).

2.1. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR: O PROCESSO SELETIVO COMO BARREIRA AO ENSINO SUPERIOR

Como observado anteriormente, as discussões referentes às migrações são comumente analisadas a partir do viés econômico e valorização da categoria trabalho, no entanto, conforme avançamos em nossa problemática percebemos que a motivação principal dos brasileiros que migram para a Argentina não foi a busca pela inserção no mundo do trabalho, mas a busca por oportunidades de acesso ao ensino público de nível superior. Neste sentido, esta seção tem como objetivo discutir a influência das políticas educacionais na decisão de migrar.

Inicialmente convém explicar com base em Godoy e Polon (2017) que as políticas educacionais são ações planejadas e implementadas pelo Estado, elas estipulam metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo a fim de organizar, direcionar, fomentar e ampliar o acesso à educação. As políticas educacionais orientam profissionais do setor como professores e gestores das instituições de ensino.

Resumindo, a política educacional que orienta as ações e metas na educação é proposta pelo grupo que assume o controle do Estado, município e país. Desse modo, retrata as intenções que os grupos defendem. Contudo, elas não são meras imposições, pois atendem interesses diversos em alguns momentos por pressões populares. Assim, a política educacional determina e é determinada segundo o contexto em vigor (GODOY, POLON, 2017, p. 8).

As políticas educacionais podem ser analisadas a partir de diferentes recortes e perspectivas, mas o presente trabalho focou nas políticas de ingresso ao ensino superior no Brasil e como a forma como foram historicamente estruturadas contribuem para a manutenção dos privilégios das classes dominantes, tornando a universidade um espaço inatingível para a maior parte da população.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que o acesso à educação superior no Brasil sempre foi um tema polêmico, especialmente porque confronta, de um lado, perspectivas mais elitistas de contenção do acesso visando, em grande parte, à manutenção do prestígio dos diplomas e o status dos profissionais no mercado de trabalho e, de outro, perspectivas mais populares de ampliação do acesso, o que representa aspirações de largas camadas da sociedade, objetivando inserção profissional que garanta melhoria nas condições de vida e de ascensão social (OLIVEIRA *et. al.* 2008, p. 80).

Segundo Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho (2015) desde a primeira década do século XXI as discussões acerca do acesso ao ensino superior passou a atrair a atenção de toda a sociedade brasileira, pois se passou a problematizar a equação sem solução formada pela pressão do mercado por profissionais qualificados em cursos superiores somada a um modelo

de acesso à universidade pública restrito e com limitada oferta de vagas. Pode-se dizer que no Brasil o debate acerca do ingresso na universidade pública é mais antigo e as polêmicas remontam ao início do século XX, período em que o vestibular foi instituído.

De acordo com Oliveira *et. al.* (2008) o vestibular foi um sistema criado, em 1911, em um momento, no qual a demanda pelo ingresso no ensino superior aumentava, sem vagas suficientes para atendê-la foi preciso pensar em uma medida de contenção do acesso, essa realidade culminou no método de ingresso intermediado por uma prova que tinha como objetivo selecionar aqueles que estavam aptos para cursar uma carreira de nível superior. A questão da demanda frente ao número limitado de vagas justificou a permanência deste tipo de seleção por mais de 100 anos, mesmo os que consideram o sistema injusto o toleram por considerá-lo uma espécie de “mal necessário”. Assim, para os autores não há consenso sobre os processos seletivos, para eles:

Por isso, há uma corrente que entende que o vestibular, ou melhor, o processo seletivo (conforme a atual LDB) apenas seleciona para as vagas existentes nas IES e, por esta razão, não pode ser responsabilizado pela seletividade social. O vestibular ou processo seletivo estaria apenas reproduzindo a seletividade já existente na sociedade e na escola básica. Outra concepção, por sua vez, preconiza o fim do vestibular ou seu equivalente por entender que ele intensifica a discriminação social e produz efeitos danosos sobre as escolas e sobre os sistemas de ensino. Esse tem sido um impasse nos debates educacionais nas últimas décadas (OLIVEIRA, *et.al*, 2008, p. 81).

Mendes (2012), respaldada por Ghiraldelli Júnior (2006)⁶, nos explica que um momento importante nessa discussão se deu no período da ditadura, o país ainda adotava um sistema de vestibular de caráter eliminatório, ou seja, os candidatos aprovados eram os que atingissem uma nota predeterminada, esse método de seleção culminou num número de aprovados superior ao de vagas, gerando a crise conhecida como “problema dos excedentes”. A solução encontrada pelo governo militar foi adotar o critério classificatório, sendo que os primeiros colocados tinham acesso às vagas. Esse novo sistema culminou em um número maior de candidatos eliminados. Dos quais muitos foram absorvidos pelas instituições de ensino superior privadas com a expansão da oferta de vagas.

Esse contexto trouxe consequências ao ensino superior brasileiro, das quais Mendes (2012) destaca duas: a primeira consiste no fato de as instituições privadas focarem no ensino, enquanto as públicas ofertam ao aluno além do ensino a inserção na pesquisa. Já a segunda está relacionada às características dos alunos, o sistema de ingresso adotado pelas universidades públicas privilegia aqueles que tiveram acesso à educação privada na formação básica,

⁶ GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez. 2006.

enquanto os alunos de escola pública que buscam dar continuidade à formação, acabam indo para as instituições particulares.

Quando observamos dados do ensino superior brasileiro, como os que estão presentes na tabela 4, que foram mapeados e disseminados por órgãos oficiais como o INEP que é ligado ao Ministério da Educação, é possível notar que em números absolutos há mais instituições de ensino superior privadas do que públicas, em 2019, cerca de 88,4% (n. 2.306) das instituições brasileiras eram privadas, enquanto somente 11,6% (n. 302) eram públicas. Podemos inferir que o setor privado vem se fortalecendo e ampliando as custas deste sistema limitado e excludente.

Tabela 4: Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa no Brasil (2009 - 2019)

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		If e Cefet		
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	N.A. ⁷	
2010	2.378	101	89		119	133	1.892	37		
2011	2.365	102	88		124	135	1.869			
2012	2.416	108	85		129	146	1.898			
2013	2.391	111	84		130	140	1.876			
2014	2.368				11	136	136	1.850		
2015	2.364	107	88		9	140	139	1.841		
2016	2.407	108	89		10	156	138	1.866		
2017	2.448	106	93		8	181	142	1.878		
2018	2.537	107	92		13	217	139	1.929		
2019	2.608	108	90		11	283	143	1.933		

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2019).

Organizado por: pelo autor (2020).

Além disso, quando se observa os dados da tabela 5, conseguimos perceber que desde 2009 as instituições particulares concentram mais de 73% das matrículas na graduação. Dados

⁷ Não se aplica.

mais recentes do INEP (2019) mostram que, em 2009, 75,8% (n. 6.523.678) das matrículas eram em universidade particulares, enquanto cerca de 24,2% (n. 2.080.146) eram de instituições públicas. 2019 foi o ano com menor percentual de matrículas em universidades públicas nos últimos 10 anos.

Tabela 5: Matrículas nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas no Brasil no período entre 2009 e 2019.

Ano	Total	Privadas		Públicas	
		n.	%	n.	%
2009	5.954.021	4.430.157	74,4	1.523.864	25,6
2010	6.379.299	4.736.001	74,2	1.643.298	25,8
2011	6.739.689	4.966.374	73,6	1.773.315	24,6
2012	7.037.688	5.140.312	76,3	1.897.376	23,7
2013	7.305.977	5.373.450	73,5	1.932.527	26,5
2014	7.828.013	5.867.011	74,9	1.961.002	25,1
2015	8.027.297	6.075.152	75,6	1.952.145	24,4
2016	8.048.701	6.058.623	75,2	1.990.078	24,8
2017	8.286.663	6.241.307	75,3	2.045.356	24,7
2018	8.450.755	6.373.274	75,4	2.077.481	24,6
2019	8.603.824	6.523.678	75,8	2.080.146	24,2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2019).

Organizado por: pelo autor (2020).

Segundo Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho (2015) as políticas em prol da ampliação e democratização do ensino superior, sobretudo no governo Lula⁸ foram importantes, em 2010, se observou a entrada de 2.182.229 estudantes no ensino superior. O que representa um aumento de 100% quando comparado ao ano 2000, por conseguinte esse aumento ainda é insuficiente para atender a demanda reprimida (CARMO; CHAGAS; ROCHA; FIGUEIREDO FILHO, 2015).

⁸ O Governo Lula corresponde ao período iniciado com a posse do 35º presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Seu primeiro mandato ocorreu entre os anos de 2003 e 2006, enquanto o segundo mandato (reeleição) se deu entre 2007 e 2010.

De acordo com Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho (2015) esse aumento do número de vagas é reflexo de ações do governo (em âmbito federal, estadual e municipal) para democratizar o acesso ao ensino superior. Essas medidas ficaram mais nítidas nos dois mandatos do então presidente da república Lula, dentre elas se destaca o Programa Universidade para Todos (PROUNI), no qual o estudante a partir da nota do ENEM podia obter bolsas em universidades privadas e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) destinado ao ingresso em universidades públicas.

Algumas universidades públicas também passaram a utilizar a nota do ENEM para o preenchimento de suas vagas, em substituição do tradicional vestibular. “[...] Em 2005, para termos uma ideia do crescimento do programa, o Enem registrou três milhões de inscritos. Anualmente este número mostra-se sempre em ascendência. Na edição de 2012, já foram 5.791.290 inscritos e 73,4% desses frequentaram o ensino médio regular” (CARMO; CHAGAS; ROCHA; FIGUEIREDO FILHO, 2015, p. 19).

Uma hipótese para ser explorada em pesquisas futuras é que mesmo que a privatização das universidades públicas não tenha ocorrido no Brasil, ainda assim o setor privado lucra com políticas excludentes e que intensificam as desigualdades sociais no país, que se manifesta de muitas formas, dentre elas, no acesso ao ensino superior, público, gratuito e de qualidade, que permite também iniciação à pesquisa.

Como assinalado, além dos processos seletivos de cada universidade, outra política importante nesta dinâmica é o ENEM. Criado em 1998, passa a integrar os debates acerca das políticas educacionais do ensino superior adotadas no Brasil, dentre eles a possibilidade de extinção do vestibular. De acordo com Mendes (2012) o ENEM possibilita uma alteração no “[...] formato, finalidade, volume de candidatos e implicações na escola básica e educação superior” (MENDES, 2012, p. 2). No entanto, não foram observadas mudanças significativas quanto a democratização da universidade pública para populações economicamente desfavorecidas, pessoas negras, população travesti e transexual, dentre outros.

Rubem Alves (2011) em uma entrevista para Eduardo Simões da revista Cult, afirma que considera os processos seletivos uma aberração e a forma como o ENEM vinha sendo estruturado para o ingresso em universidades públicas e privadas estava seguindo o mesmo caminho, para ele esses métodos não avaliam de fato o conhecimento do aluno, ele diz: “[...] gastei muito tempo da minha vida lutando para acabar com o vestibular. Veja bem: se eu fizer vestibular ou Enem, serei reprovado. Todos os reitores das universidades seriam reprovados” (ALVES, 2011, n.p.).

As entrevistas realizadas como os migrantes brasileiros mostram que em todos os casos as dificuldades de ingresso na universidade brasileira foi um fator de mais peso na tomada de decisão de partir, do que a facilidade de ingresso no sistema adotado na universidade argentina, nas palavras da participante do Grupo Focal 1: “Estudar aqui é uma grande oportunidade, um ensino de qualidade, público e a chance de vivenciar outra cultura, mas com certeza as dificuldades de acesso à universidade brasileiro foi o que motivou a vinda, se eu e a maioria das pessoas pudessem escolher teríamos continuado no Brasil” (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A disparidade entre aqueles que têm oportunidades de se preparar em boas instituições e os que não tem, fica evidente na fala da participante do Grupo Focal 1 quando dizem:

Eu conheci gente que além de estudar em escola fazia cursinho e tudo particular, enquanto há pessoas que são arrimo de família, tem que trabalhar para poder sustentar e acabam tendo que estudar a noite, quando vão para a escola já estão cansados e não conseguem se concentrar direito. Não é justo uma prova avaliar pessoas com realidades tão diferentes. Dizem que no ENEM só cai o conteúdo visto no ensino médio, isso pode até ser verdade, mas a forma como alunos da escola pública tem acesso a esse conteúdo é completamente diferente (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Assim, com base em Mendes (2012) partindo do pressuposto que o método de ingresso na universidade pública brasileira se dá a partir de uma prova, na qual os alunos de escolas privadas e públicas são avaliados da mesma forma, o sistema privilegia o ingresso daqueles que tiveram uma melhor preparação na educação básica, enquanto os alunos oriundos da escola pública são absorvidos e fortalecem o setor privado. Para a autora:

Esta concorrência tem favorecido historicamente os estudantes de escolas privadas, cuja medida de qualidade tem sido a publicidade em torno dos aprovados pelas instituições superiores públicas. As escolas particulares orientam, no mais das vezes, o seu currículo para que a solução de questões de múltipla escolha faça parte do cotidiano das crianças desde muito cedo. Este aprendizado foge do cotidiano da escola pública, que sofre com o mais básico dos problemas, que é a falta de professores e infraestrutura (MENDES, 2012, p. 4).

Na leitura de Oliveira *et. al.* (2008) os processos seletivos como o vestibular são uma estratégia velada de reprodução das elites, a classe dominante dissemina o discurso de que o processo seletivo é uma forma justa e igualitária de seleção, em que a aprovação é resultado do esforço individual, se legitima a ideia de meritocracia.

Oliveira *et. al.* (2008) consideram que as universidades públicas brasileiras não estão abertas às populações menos privilegiadas economicamente, apesar de o número de instituições públicas e vagas abertas ter se ampliado, ainda é muito pouco e está distante da realidade da

maior parte da população. Além disso, os matriculados não refletem a diversidade cultural brasileira, refletem, na verdade, as desigualdades sociais.

Outro programa federal importante para o ensino superior que foi destacado por Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho (2015) foi o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que possibilitou retomar “[...] crescimento do ensino superior público, favorecendo a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais. As ações do Reuni visam à interiorização do ensino superior, o aumento de vagas nas graduações, a ampliação dos cursos noturnos e o combate à evasão” (CARMO; CHAGAS; ROCHA; FIGUEIREDO FILHO, 2015, p. 19).

Cabe destacar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (*FIES*) que tem como objetivo financiar cursos de instituições privadas, em 2010, passou a ser operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os juros foram reduzidos e o estudante podia fazer o pedido de financiamento qualquer período do ano letivo. Além disso, o aluno tem um período, após formado, para começar a pagar (CARMO; CHAGAS; ROCHA; FIGUEIREDO FILHO, 2015).

Da mesma forma que o acesso restrito fortaleceu as instituições privadas, políticas como o *FIES* fortalecem o sistema bancário, pois os juros por menores que sejam se convertem em lucros para os bancos. Assim, as políticas educacionais para o acesso ao ensino superior são fundamentais para a reprodução do capital em diversos segmentos, bem como para a manutenção dos privilégios sociais de uma classe que historicamente já goza deles.

Além disso, Rubem Alves (2011), nos explica que os que passam no vestibular, mesmo que nas primeiras colocações, não são necessariamente os melhores, além disso, a busca por “respostas corretas” prejudicou a exploração de novos horizontes a partir da pesquisa, um processo fundamental para a educação. Rubem Alves nos diz:

Na Unicamp, havia uma professora que dizia que seus piores alunos eram os que haviam passado nos primeiros lugares do vestibular. Em suas aulas, sempre tinha um desses alunos que perguntava qual era a resposta certa mesmo. O vestibular criou na cabeça dos moços e de todo mundo que existe uma “resposta certa mesmo”. A ideia de pesquisa, de busca, de dúvida acabou. As dúvidas não são erros, elas são absolutamente necessárias. O processo foi eliminado.

Vou dar um exemplo: Kepler foi um dos maiores astrônomos da história. As leis de Kepler você pode decorar em dez minutos. Mas Kepler levou anos para chegar até elas. O processo de aprendizado é isto: não é a busca pelas respostas certas, mas o processo de pensar (ALVES, 2011, n.p.).

O mesmo autor acreditava que a preparação desde muito cedo para o bom desempenho em testes prejudica a educação, pois as crianças são moldadas de acordo com o que os exames exigem, se acaba eliminado aspectos importantes da formação humana como a poesia, as artes

e tudo mais que integra a verdadeira educação. Ele afirma que a busca por alternativas para os processos seletivos foi constante durante sua carreira como educador, chegando até organizar encontros com professores, durante o período em que foi pró-reitor da graduação, mas não conseguiu encontrar soluções para o problema (ALVES, 2011).

Ainda com relação à política de ingresso das universidades públicas brasileiras, no qual os candidatos são classificados por uma prova, as entrevistadas do Grupo Focal 1 afirmaram que esse método é contraditório e injusto e pode ser inclusive um gatilho para ansiedade, stress e desenvolvimento de problemas de saúde, nas palavras de uma participante:

A gente se desgasta muito durante o período em que nos preparamos fazendo cursinho ou estudando por conta própria. Os dias logo após a prova do ENEM é muito difícil porque a gente sabe que por melhor que tenha ido a nota pode não ser suficiente para entrar na universidade, conheci pessoas que já estavam a mais de cinco anos tentando entrar, passavam o dia estudando e para se manter focadas faziam uso de drogas, remédios tarja preta sem acompanhamento médico e tudo por causa de uma prova que define se você pode entrar ou não em uma instituição pública... Aqui [Argentina] a visão de educação é diferente, a universidade não exige nada de você antes de te dar oportunidade de acessá-la (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Na visão do participante 3:

Eu acho a forma de ingresso no Brasil muito injusta, não é porque você não passou em uma prova que não é capaz de estudar, eu conheci na faculdade de medicina muita gente boa e que provavelmente não passaria em um vestibular. No Brasil o ingresso na universidade favorece a entrada de pessoas mais ricas que depois que se formam com dinheiro público abrem uma clínica particular e cobrar pelo atendimento, enquanto pessoas comprometidas e que sonham em salvar vidas são barradas só porque não passaram no vestibular, essas pessoas muitas vezes ficam de forma por uma questão errada, você já parou para pensar como isto é injusto? (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Para Oliveira *et. al.* (2008) a busca por fazer a universidade pública mais democrática levantou nos últimos anos o debate e a institucionalização de políticas como as voltadas para negros, índios e estudantes provenientes das escolas públicas, Por conseguinte, pode-se dizer que estas são medidas paliativas, pois a universidade pública brasileira permanece elitizada. No entanto, a mudança no *status quo* implica na democratização do acesso, para isso é preciso a expansão do ensino superior público e gratuito no país, essa medida só se torna plausível em uma realidade onde mais recursos financeiros são alocados para a educação.

Parece evidente que a perspectiva de democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil não poderá se efetivar sem uma ampliação dos investimentos da União e dos Estados na oferta desse nível de ensino, bem como sem um aumento dos gastos públicos na educação básica e nas diferentes modalidades de educação e ensino (OLIVEIRA, *et.al.*, 2008, p. 84).

Nesse sentido, conforme aponta Carmo, Chagas, Rocha e Figueiredo Filho (2015) os recursos devem ser destinados não só para a ampliação do número de vagas e universidades, mas as políticas educacionais devem levar em conta a permanência dos estudantes carentes que mesmo estando em universidades públicas não conseguem concluir o curso, considerar a formação continuada de professores e também a melhoria da educação básica.

As políticas educacionais que tornam o acesso à universidade pública um desafio aos estudantes, sobretudo aos pobres, fazem com que o acesso a determinados cursos seja ainda mais difícil, como é o caso da Medicina, o próximo subitem discutirá essa questão e mostrará como as políticas educacionais argentinas atuam como um fator de atração daqueles que tiveram o acesso a esse curso negado no Brasil.

2.2. O CURSO DE MEDICINA COMO FATOR DE EXPULSÃO DO BRASIL E DE ATRAÇÃO NA ARGENTINA

Nessa parte do trabalho vamos discutir as políticas educacionais e sua influência na expulsão e atração de migrantes estudantes, tendo como estudo de caso os brasileiros que se inserem no curso de medicina da Universidade Nacional de Rosário. É importante ponderar que as políticas educacionais excludentes e a busca por condições favoráveis para a continuidade do processo educativo em nível superior, que implica na migração, é uma realidade que ficou muito nítida em nossas entrevistas e vai ao encontro com os resultados de Thalita Camargo Angelucci que afirma:

Os brasileiros que vão estudar em Rosário, majoritariamente, afirmam fazê-lo por vontade própria, mas este sintagma deve ser enfaticamente matizado. Estas pessoas chegam compulsivamente pelas não garantias de estudos em seu país de origem. Esta afirmação vem de todos os brasileiros entrevistados que, por sua vez, compartilham esta visão com seus conhecidos: trata-se do sonho de ser médico/a. Apesar da força deste discurso na América Latina, é importante observar que parece estar amalgamado com uma busca de melhores conquistas financeiras. Há um aumento da migração estudantil no campo da formação em medicina no continente latino-americano que merece também estudos específicos (ANGELUCCI, 2020, p. 57).

Conforme observado, o ingresso no ensino superior brasileiro se dá mediante um processo seletivo que em tese coloca os candidatos em condição de igualdade, mas quando a situação é analisada de perto fica claro que não é um processo justo, pois avalia da mesma forma candidatos com histórias de vida, contextos socioeconômicos e oportunidades diferentes, sendo que os que tem os melhores resultados e ingressaram nas carreiras mais concorridas são aqueles que tiveram, durante a maior parte da vida, acesso à educação particular e todos os insumos necessários para o desenvolvimento intelectual, são pessoas oriundas de classes mais abastadas que tiveram como única obrigação, na vida, a dedicação e preparação para o vestibular.

Assim, as dificuldades de ingresso e permanência ao ensino superior público, enfrentadas por populações oriundas da classe camponesa e trabalhadora, que não gozam de privilégios sociais, ficam mais evidentes nos cursos mais concorridos como o de Direito, Engenharias e, principalmente, Medicina.

Essas afirmações encontram sustentação em autores como Djamila Ribeiro (2019) que afirma “geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbios” (RIBEIRO, 2019, p. 43). Assim, conforme a autora, não se trata de capacidade e sim de oportunidades.

De acordo com Rego *et. al.* (2018) o estudante de medicina brasileiro possui um perfil bem característico: sexo masculino, oriundo de classes mais elevadas e de grandes centros urbanos, os autores ressaltam que esse perfil vem pouco a pouco mudando, sobretudo graças a ações afirmativas como políticas de cotas para negros e estudantes de escola pública. Apesar de defenderem o empreendimento de mais pesquisas que possam revelar as alterações nesse perfil, os autores ao entrevistar 154 alunos do curso de Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA) não abordaram questões referentes à cor/raça, o tipo de instituições que realizaram o ensino fundamental e médio, nem se realizaram cursos preparatórios pré-vestibulares, no entanto, a pesquisa revelou que mais de 94% não trabalham e que quase 40% têm renda familiar superior a seis salários-mínimos.

O estudo de Cardoso Filho, Magalhães, Silva e Pereira (2015), realizado com estudantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), mostrou que predominam estudantes cujo pai e a mãe têm ensino superior, a maioria (87,5%) são sustentados pelos pais. Nesse trabalho, se observou que a maioria (61,1%) fizeram o ensino médio somente em escolas públicas, essa diferença de perfil é analisada pelos autores como impacto direto do sistema de reserva de vagas implantado na universidade em 2004.

A pesquisa de Almeida e Silva (2017) realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) mostra que 56% dos alunos de Medicina entrevistados realizaram o estudo médio integralmente em instituições privadas, quando se soma os que estudaram a maior parte do ensino médio em instituições privadas o número sobe para 64%. Além disso, 88% frequentaram cursos preparatórios. Com relação aos que estudaram integralmente em escolas públicas o número chega a 34%, no entanto, o trabalho das autoras revela que há uma relação direta com a política de cotas adotada pela UNEMAT que, desde 2013, reserva 35% para alunos oriundos de escolas públicas.

É importante considerar, portanto, que os defensores da meritocracia, a partir do pressuposto de que os que não passaram no vestibular não se esforçaram o bastante, desconsideram o lugar de onde cada sujeito parte, bem como os privilégios sociais que cada um usufrui. Nesse cenário, Ribeiro (2019, p. 48) defende que

A cultura do mérito, aliada a uma política que desvaloriza a educação pública é capaz de produzir catástrofes. Hoje, em vez de combater a violência estrutural na academia, a orientação de muitos chefes do Executivo brasileiro é uniformizar as desigualdades, cortando políticas públicas universitárias, como bolsas de estudo e cotas raciais e sociais.

Frente a essa realidade muitos que almejam seguir carreiras como a de médico se veem obrigados a desistir desse sonho e/ou vocação. Como se não bastasse o acesso restrito às

universidades públicas que privilegiam determinada camada social, o acesso à rede privada se torna impossível por conta do alto custo, para se ter ideia o curso de Medicina em uma universidade particular de Londrina-PR chega a custar mensalmente quase sete vezes o valor do salário-mínimo e o valor tende a subir conforme se avança no curso.

Assim, o ensino superior, tanto público quanto privado, é moldado para que os cursos elitizados permaneçam elitizados, reforçando a tese de que o acesso à educação é também uma questão passível de ser analisada a partir da perspectiva de classe. A universidade mantém os *status quo* inviabilizando aos filhos da classe trabalhadora, camponeses, negros e residentes das zonais mais periféricas dos municípios brasileiros, a possibilidade de ascensão social, desenvolvimento pessoal, possibilidade de consumir e produzir ciência.

Quanto a elitização da universidade pública, as entrevistas mostraram que esta realidade já vem sendo notada há bastante tempo, sobretudo pelos candidatos à cursos concorridos, as participantes do Grupo Focal 1 afirmaram que:

Chega a ser contraditório o curso de medicina que precisa formar profissionais que tenham empatia e exercem o ofício de forma humanizada ser um curso tão elitizado no Brasil. No Brasil, enquanto as pessoas com mais condições estão em instituições públicas, nas particulares tem um monte de gente que sai do trabalho e vai direto para a faculdade, deixando lá boa parte do salário.

Essa desigualdade fica mais evidente quando a gente vê os defensores da meritocracia elogiando o esforço de alguma pessoa negra ou pobre que passa no curso de medicina, eles não se dão conta que quando fazem isso só reafirma as desigualdades do sistema pois a entrada de negros, pobres e pessoas de escolas públicas deveria ser algo normal, a regra e não a exceção... Esse tipo de caso vira notícia pois o normal na universidade pública é outro perfil de estudante e você sabe qual é. (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

As interpretações teóricas e as vivências dos imigrantes entrevistados se encontram em um ponto de convergência. Um dos imigrantes brasileiros entrevistados, o entrevistado 1, argumenta que a injustiça no sistema de ingresso brasileiro é um problema antigo e amplamente conhecido por aqueles que planejam estudar em uma instituição superior pública. Frente a essa realidade, a Argentina se coloca como um país com políticas de ensino mais democráticas e que permite o ingresso irrestrito de todos, nas suas palavras:

A maioria das pessoas que conheço considera o sistema de ingresso no Brasil injusta, eu discuti muito isso na época do cursinho e sempre que essa discussão era levantada concluímos que de fato o vestibular não avalia de forma eficaz o conhecimento de uma pessoa ou, se ela está preparada para o ingresso no ensino superior, não se pode avaliar pessoas diferentes com um mesmo método, baseado em 180 questões e uma redação.

Por isso eu acho o sistema argentino muito mais eficiente porque aqui é dada a oportunidade de ingresso para todos, sem que se tenha que concorrer com ninguém, só consigo mesmo, esse é um dos motivos que leva muita gente desistir ainda no primeiro ano, a gente ouve dizer que ingressaram cerca de seis mil pessoas ao ano no curso de medicina da UNR e desses cerca de 1.200 passam para o segundo ano. A

desistência das pessoas no primeiro ano não se deve ao fato de terem perdido a vaga e sim por motivos externos ou decisão individual, acabou desistindo, enfim, o fato é que na Argentina, independente da pessoa ter vindo de uma família com poucas condições financeiras, ou ter estudado em uma escola ruim, ela tem o direito de acessar a universidade pública sem ter que competir com pessoas que estudaram em colégios particulares caros a vida toda, como acontece no Brasil. Nesse quesito eu considero aqui muito mais justo (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 4 conta que além de não ter estudado em escolas particulares que preparam as crianças desde pequenas para entrar em cursos, ele não teve incentivo para estudar, e, até por volta dos 17 anos, não se preocupava com o futuro, mas, a partir do momento que resolveu focar nos estudos logrou sucesso e se graduou em uma universidade pública, passando também em uma concorrida seleção de especialização. Porém, ele afirma que mesmo com toda a dedicação e força de vontade que se possa ter, é quase impossível competir com alunos que foram preparados em escolas e cursinhos de elite desde muito cedo.

A medicina em si é muito elitista, em alguns cursos se você estuda por conta consegue passar, mas no caso da medicina que a gente sabe que a concorrência é gigantesca, você precisa de um investimento financeiro, não é só força de vontade, existem casos muito raros de pessoas menos favorecidas financeiramente que passam, mas de qualquer forma são pessoas que tiveram incentivo para o estudo desde crianças, mas a maioria não tem uma base boa (Entrevistado 4, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Durante o trabalho de campo na Argentina para a realização das entrevistas, em uma das vezes que utilizei o táxi, ao conversar com o motorista fui questionado sobre o motivo da viagem, eu lhe falei um pouco sobre minha pesquisa e ele revelou que de fato há muitos brasileiros estudando em Rosário, me perguntou o motivo dessa migração e eu revelei as dificuldades de acesso à universidade pública brasileira como o vestibular e o alto custo de cursos como o de Medicina nas universidades particulares. O taxista ficou visivelmente incomodado, pois ele não conseguia conceber a ideia de que a universidade pública brasileira é sustentada com os impostos, mas só uma pequena parcela tem a chance de frequentá-la, ele disse que o sistema brasileiro não era justo e me disse que se essa situação acontecesse na Argentina a população se mobilizaria e lutaria para que o acesso fosse possível para todos.

E de fato, a Argentina conseguiu construir um modelo universitário plural, democrático e inclusivo, mas nada se deu sem luta, a construção dessa universidade teve início na primeira metade do século XX, com um marco conhecido como **Reforma Universitária de Córdoba** que apesar de ter iniciado antes foi efetivado em 21 de junho de 1918, com a aprovação de um importante manifesto que Leher (2008, p. 53) define como:

O Manifesto é um texto vigoroso, ousado na defesa da insurreição estudantil e da luta heróica, dotado de pinceladas anti-imperialistas, contundente na crítica à imobilidade

e ao autoritarismo da hierarquia fossilizada da universidade, ácido na crítica ao espírito de rotina e de submissão da grande maioria dos professores que concebia a ousadia intelectual como um anátema. É um texto enfático no anticlericalismo e luminoso na concepção latino-americanista.

Assim, conforme aponta Bernheim (2008), durante muito tempo, desde o período colonial até o século XX, a universidade só respondia aos interesses das classes dominantes que eram detentoras do poder político e econômico e que tinham grande influência na universidade. A Reforma de Córdoba representou o primeiro questionamento sério a esse modelo na América Latina que trouxe várias demandas dentre as quais, Freitas Neto (2011) destaca: (1) coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; (2) participação livre nas aulas; (3) periodicidade definida e professorado livre das cátedras; (4) caráter público das sessões e instâncias administrativas; (5) extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; (6) assistência social aos estudantes; (7) autonomia universitária e (8) **universidade aberta ao povo**, e é nessa última demanda que se tornou possível o ingresso dos migrantes e de todos aqueles que almejam o ingresso ao ensino superior público e gratuito.

O movimento estudantil foi maior do que pode parecer à primeira vista, de acordo com Leher (2008) após o lançamento do Manifesto, os estudantes conseguiram reunir em um ato cerca de 20 mil pessoas, incluindo membros da Federação Operária. Esse movimento trouxe à tona outros debates envolvendo a educação de nível superior como a presença dos proletários, autonomia da universidade, e as perspectivas latino-americanas e anti-imperialistas.

Cabe salientar que a própria criação da UNR foi influenciada por esse movimento, uma vez que a vida universitária na cidade de Rosário começou por volta de 1920 como resultado da criação da *Universidad Nacional del Litoral*, que teve sua origem ligada a Reforma Universitária, que influenciou a implementação de universidades em cidades interioranas em províncias como Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos (UNR, 2020b).

No final do século XIX Rosário e sua região já contavam com diversos estabelecimentos de ensino de 2º grau, que fundaram as bases para as primeiras Faculdades que hoje compõem a UNR. No dia 29 de novembro de 1968, o Governo Nacional promulgou a lei 17.987, em virtude da qual, com a base de sete Faculdades, Institutos e Organismos dependentes da *Universidad Nacional del Litoral* com sede na cidade de Rosário, foi criada a décima universidade nacional argentina: a *Universidad Nacional de Rosario*. Uma das quatro Macro Universidades do nosso país; Pública, Autônoma e Autárquica. Ao contrário de outras universidades do mundo, nossa instituição possui um campus universitário único: a cidade de Rosário e sua região (SCARAFILE; PELOSO; FERRAGUTTI, 2016, p. 4 – tradução nossa)

A faculdade de Ciências Médicas, em relevo em nosso trabalho, que hoje engloba os cursos de Medicina, Enfermagem e Fonoaudiologia, começou a funcionar em maio de 1920 tem como norte, desde essa época, a defesa da saúde como direito humano .

As entrevistas revelaram que as benesses da reforma universitária se mantêm vivas. A dimensão democrática, pública, gratuita e plural da universidade, que concebe a educação como um direito humano e que deve ser assegurado pelo Estado, é constantemente lembrado pela UNR, desde o início do curso de medicina esse modelo é apresentado e defendido para que os direitos conquistados se mantenham. Nesse sentido, as entrevistas mostraram que o curso de medicina também deixa claro, desde o começo, a importância de se conceber a saúde como direito humano, superando a lógica mercadológica que muitos brasileiros internalizaram. A função social da universidade é respeitada e seu debate integra a formação de profissionais qualificados e comprometidos na área da saúde.

O direito ao qual os imigrantes e demais estudantes usufruem hoje na Argentina, é resultado de conquistas do passado, mas permanecem vivas e contribuem substancialmente para a organização territorial de Rosário no presente e no futuro, corroborando com Saquet (2015) quando diz que os processos de determinado território são/estão relacionados às temporalidades e territorialidades, no caso das temporalidades elas “[...] significam processualidades históricas que se encontram no presente. Vivemos temporalidades passadas, presentes/coexistentes e futuras” (SAQUET, 2015, p. 110).

Frente a realidade brasileira descrita, com o acesso ao ensino superior restrito e elitista, sobretudo, na carreira de Medicina, muitos desistem do sonho ou, pelo menos, o adia para um futuro incerto e acabam se dedicando a outras carreiras, dentre os imigrantes que participaram da pesquisa a maioria já havia se graduado ou iniciando um curso de graduação no Brasil. No entanto, o desejo de ser médico permanecia latente e vez ou outra se manifestava com mais força, nessa busca permanente por oportunidades de ingressar na tão sonhada carreira, a Argentina apareceu como uma opção reacendendo a esperança.

As entrevistas mostraram que ao tomar a decisão de partir, o migrante está apto a alcançar não a oportunidade de formação na área sonhada, mas também o acesso a um ensino de qualidade, contato com professores e pesquisadores renomados, uma experiência internacional, o aprendizado e aperfeiçoamento de outra língua e a possibilidade de exercer a Medicina, tanto na Argentina quanto no Brasil (após a revalidação do diploma).

Essa constatação converge para as que foram encontradas em outras investigações com estudantes (não necessariamente brasileiros) que migram para a Argentina para estudar. A fim de exemplificar, convém mencionar o trabalho de Di Lorenzo (2013), no qual afirma que não se pode pensar no estudante estrangeiro como um sujeito homogêneo, há diferentes motivações, tempo de duração dos estudos e estadia, bem como objetivos. Assim, a autora divide os estudantes como os de curta permanência e de longa permanência. A partir de uma investigação

realizada na *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires* (UNCPBA) a autora compreendeu que os de curta permanência buscaram viver uma nova experiência cultural, também foram atraídos pelo idioma e pela qualidade da oferta educativa. Já os de longa permanência buscam a formação completa e dentre os motivos da saída de seu país de origem estão: a qualidade da oferta educativa, o fato de o ensino ser público e gratuito, as facilidades de ingresso (migratório e na instituição de ensino), especificidades da carreira eleita, a imagem que tinham da nação argentina, o incentivo de familiares e amigos, aos quais alguns deles já estavam na Argentina.

Outro atrativo das universidades argentinas que apareceu nas entrevistas foi tempo poupadão no processo de formação já que no Brasil envolveria, provavelmente, anos de estudo em cursinhos enquanto na Argentina o acesso é direto, mesmo em universidades de boa qualidade, um dos entrevistados nos conta que:

Todo mundo diz que no Brasil, para o ingresso em um curso de medicina, é preciso (em média) pelo menos três anos de cursinho e eu não queria perder todo esse tempo, eu achei a Argentina uma opção mais promissora pelo fato de poder entrar de forma direta.

Além disso, quando eu estava estudando a possibilidade de vir para cá eu vi que a Universidade de Buenos Aires e a Universidade Nacional de Rosário tem uma boa reputação, estão bem ranqueadas (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 4 afirma que o estudo na Argentina possui muitas vantagens, mas a principal é o acesso democrático em que todos, independentemente da raça, religião, gênero, classe ou qualquer outra variável podem ter acesso à educação superior de qualidade. “Aqui [na Argentina] não importa de quem você é filho, seu sobrenome, se você for um morador de rua e quiser estudar você pode” (Entrevistado 4, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina). Sabemos que a realidade é mais complexa e o ingresso e permanência de estudantes argentinos em suas instituições podem revelar outros processos de exclusão, inerentes a história e organização territorial desse país, no entanto, o que trazemos à tona neste trabalho é a olhar sobre o fenômeno a partir dos sujeitos que nele estão inseridos.

No caso do entrevistado 3 também sua motivação para migrar teve, inicialmente, a ver com as políticas educacionais excludentes em um país e inclusivas em outras, mas ele traz outra ponto a ser considerado, esse imigrante levou em consideração as oportunidades de inserção no mercado de trabalho no Brasil nas profissões da área de saúde, já que era graduado, mas não tinha conseguido ser absorvido, ele nos conta:

Então... eu fiz licenciatura no Brasil em história, conclui o curso e com o diploma na mão não aparecia nada, enviei currículos para várias escolas em Londrina, Maringá, Presidente Prudente e não tive retorno de nenhuma, também não apareceu concurso público no Brasil,

na sua área também deve estar difícil arrumar trabalho né... Eu sentia que tinha perdido quatro anos da minha vida, as universidades não tem nenhuma política tipo programa de extensão, ou algo do tipo para nos dar uma força, eu pensei em fazer outro curso, mas dessa vez meu foco seria algo que me desse certeza de que arrumaria trabalho, pensei em fazer um curso na área da saúde, optei por medicina e vim para cá, no Brasil faltam médicos e tenho uma boa perspectiva de futuro. Antes de entrar no curso eu achei que não ia gostar, fazia só pensando lá pra frente, mas agora estou apaixonado [risos], descobri uma paixão (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Como observado, as especificidades do território brasileiro que faz com que tenham que emigrar e do território argentino que os convida a imigrar, faz com que a defesa do conceito de território para a análise dessa problemática proposta por Asari (2015) fique mais evidente. Para a autora, ao estudarmos as migrações, considerando as origens e destinos desses sujeitos, é importante buscar subsídios no conceito de território, pois cada um desses espaços comprehende uma combinação específica que acompanha e condiciona processos, dentre eles as migrações.

O entrevistado 4 afirma que a universidade Argentina tem uma função social muito bonita que não se restringe ao território argentino, mas a toda a América Latina, pois muitos chilenos, que tem o acesso à universidade restrito por conta das privatizações, e haitianos, que têm poucas universidades quando comparado a outros países, encontram na Argentina a possibilidade de estudar, se graduar e voltar para seus países para servirem a população como médicos, “o acesso democrático faz com que a medicina Argentina chegue a outros países que carecem de médicos” (Entrevistado 4, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Quando questionado se acha que seria viável uma reforma universitária no Brasil, aos moldes do que aconteceu na Argentina, o entrevistado 4 afirma que não sabe responder, mas acredita que infelizmente não, pois para ele por mais que quisesse mudanças que façam a universidade brasileira ser mais democrática, a forma como ela foi estruturada, que tem como uma das características, sobretudo em cursos como Medicina, a presença de estudantes economicamente privilegiados, dificulta a implementação de políticas mais democráticas.

Para ele, uma reforma como essa não teria apoio da classe médica, pois para ela a entrada e formação de poucos médicos é benéfico para a classe, pois quanto menos médico mais a demanda por esse profissional aumenta, assim eles podem escolher onde trabalhar e tem sua remuneração mais valorizada. Isso faz com que a sociedade brasileira arque com os estudos desse profissional que se concentram nas cidades da região centro-sul enquanto as populações mais distantes ficam sem acesso a esse profissional.

Após tomarem conhecimento da possibilidade de migrar, o próximo passo consiste na procura sistemática e diária de informações, essa busca se dá principalmente na internet e em

grupos de nas mídias sociais como o Facebook. Por meio da internet é possível conseguir não só informações diretamente com as instituições de ensino, mas conhecer experiências de imigrantes que já foram para a Argentina e costumam compartilhar referências sobre as empresas de assessoria que são confiáveis, a preparação da documentação, custo de vida, entre outros.

Como observado, as redes começam a se formar e influenciar o processo de migração antes mesmo de ele se concretizar, ele se inicia na busca de informações com outros que já passaram por esse processo. Nessa discussão convém lembrar que Peixoto e Egreja (2012) consideram que um dos diferenciais da teoria das redes sociais, aplicadas a temáticas das migrações, é que a partir dela se pode combinar perspectivas sociológicas individualistas e estruturalistas. Dentre os impactos das redes sociais nas migrações internacionais destacar: (1) a difusão de informações e (2) o suporte socioeconômico advindo das redes. O papel das redes sociais é relatado pelo entrevistado 1 que nos conta:

O primeiro contato com uma pessoa daqui se deu pela rede social, no grupo do Facebook ‘Fala Rosário!’. Eu ia chegar aqui em um domingo, um dia antes conheci por esse grupo uma pessoa que ia vir para cá e tinha interesse em dividir apartamento. Nós moramos juntos por cerca de um mês, ele era muito sociável, fazia amigos muito rápido e por meio dele conheci muita gente (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

É nesse período de busca por mais informações que também se estabelece contato com outros brasileiros que também planejam migrar e buscam pessoas para dividirem o aluguel. Esse contato contribuiu para que a ideia de migrar caminhe e amadureça, já que as pessoas que integram essa rede incentivam as outras a se planejarem.

A decisão de partir vai dia após dia se tornando uma realidade mais concreta, até que enfim chega o momento de comunicar a família essa decisão. A conversa nem sempre é fácil, uma vez que muitos já são graduados e estão empregados, é comum a família ser contra de início e enxergar essa escolha como “uma loucura” e de certa forma um retrocesso. Assim, muitos dos que de fato migraram precisaram ser fortes e sustentar essa escolha.

Quanto a comunicação da decisão à família e o apoio da mesma as participantes do Grupo Focal 1 afirmaram que: “Nenhum pai e mãe querem ver o filho partir, mas no nosso caso eles entenderam que era a única possibilidade de realizarmos esse sonho” (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 3 ressalta que não teve problemas em convencer a família, seu relato deixa claro o status que a sociedade brasileira tem do curso de Medicina e dos médicos, segundo ele:

Eu tinha um dinheiro guardado, mas precisava do apoio dos meus pais, falei com minha mãe e ela gostou muito da ideia, eu achei que ela ia ser contra pois eu ia começar do zero outra graduação em outro país, mas pelo fato de ser Medicina ela não só me apoiou com foi a principal incentivadora. Acho que se fosse para fazer outro curso ela não teria a mesma reação, mas felizmente deu certo. (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Uma das participantes do Grupo Focal 1 afirmou que a proposta de estudar na Argentina partiu de seu pai, que é professor em uma escola e tinha um colega de trabalho que realizou o mestrado em Rosário, esse amigo conversou com seu pai e falou dessa possibilidade. A partir disso, sua família pesquisou por conta própria, analisou se era algo financeiramente viável e só depois lhe fez a proposta.

O entrevistado 4 conta que a decisão foi muito difícil, ele já era graduado e pós-graduado em veterinária, estava em um relacionamento sério com uma médica e quase casado, a ideia de voltar a estudar e abrir mão de uma vida estável foi vista por ele mesmo como “andar para trás”, mas ele acreditou no seu potencial e também recebeu apoio da mãe e da namorada. Ele nos contou que estudar Medicina implicaria em sair do Brasil, já que em território nacional o curso é muito concorrido e nas universidades particulares é demasiadamente caro, sendo um curso integral não seria viável que trabalhasse para pagar parte dos estudos, o caminho foi migrar.

A família, que de início não recebe bem essa ideia, com o passar do tempo vai aceitando-a melhor e acaba entrando junto nesse projeto, o sonho individual se torna um sonho coletivo é mais fácil de ser conquistado com o suporte financeiro e o apoio moral. O respaldo da família se mostra muito importante, pois como o migrante brasileiro vai para a Argentina com poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho muitos vão depender de remessas de dinheiro do Brasil. Esse processo é relatado pelo entrevistado 1, segundo ele:

Foi bem complicado no começo, porque eu já estava estudando Biomedicina no Brasil. Logo no início das aulas eu soube que um dos meus colegas de sala também tinha vontade de estudar medicina e começamos a falar sobre isso, no mês de abril a gente já estava falando sobre a possibilidade de vir para Argentina, não especificamente Rosário e em maio (mais o menos), quando eu vi que realmente nosso projeto iria pra frente eu iniciei a conversa com meus pais, foi bem complicado porque eu sou de cidade pequena, então dar continuidade aos estudos, na universidade, já é complicado, estudar fora do país já é considerado uma ideia sem lógica.

Posso dizer que foi bem complicado, tive alguns desentendimentos, mas eles foram amadurecendo a ideia e em julho tudo foi encaminhado, no começo de agosto eu já comprei a minha passagem e em 3 de setembro de 2017 e eu cheguei (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Após compreender o processo, obter as informações necessárias, estabelecer os primeiros contatos e receber o apoio da família é a hora de se preparar, de fato, para a viagem

cujo retorno pode demorar longos anos. Apesar de a universidade ser pública é preciso levantar um montante considerável de dinheiro para os gastos iniciais com passagens, processos burocráticos da documentação, contratação dos serviços de assessoria universitária (apesar de boa parte cuidar dos trâmites por conta própria) e os gastos com locação da residência, que representa a maior parte do montante inicial.

As entrevistas somadas às conversas informais mostraram que a quantia em dinheiro para os gastos iniciais é levantada de diferentes formas, houve desde relatos em que o dinheiro foi resultado de meses economizando o próprio salário, outros a família arcou com todos os custos, até pessoas que venderam alguma propriedade. No Grupo Focal 1, por exemplo, o dinheiro para os gastos iniciais foi levantado pelas participantes de duas formas: (1) trabalhando e (2) com ajuda da família que em alguns casos tinham uma reserva.

Com relação às remessas em dinheiro, entre os países de origem e destino das migrações, esta já é uma prática conhecida e explorada na literatura, Margolis (1994) mostra que migrantes da República Dominicana, residente em Nova Iorque, chegaram a enviar anualmente o montante de 300 a 600 milhões de dólares para seus países de origem já Asari e Yoshioka (1996) já nos anos 1990 ao publicar um artigo acerca da migração de trabalhadores brasileiros para o Japão traz dados de um relatório das Nações Unidas de 1993, em que estimava-se que os migrantes chegavam a enviar aos seus países de origem divisas que chegavam a 70 bilhões de dólares.

Siqueira (2007) ao analisar a migração de Governador Valadares (Mina Gerais, Brasil) para os Estados Unidos e o sucesso ou fracasso dos projetos de vida desses migrantes no retorno mostra que naquele momento o Brasil ocupava o 2º lugar no que se refere a remessas de dinheiro para a América Latina, segundo a autora essas eram são importantes para a dinamização da economia local que chamou a atenção do capital financeiro.

A remessa de dólares para o Brasil é de tal volume que chamou a atenção de instituições financeiras nacionais e internacionais como West Union, Banco do Brasil, Caixa, que abriram programas de remessas, antes operadas informalmente apenas pelas agências de turismo. As instituições da microrregião, como SICCOB e AC CREDI também percebendo a importância e o volume desses envios, abriram programas de remessas. É importante, para a região, que as remessas de dinheiro e os investimentos dos imigrantes sejam produtivos, rentáveis e orientados para as demandas e vocação da região, tendo assim possibilidades de tornarem-se bem-sucedidos e contribuírem para o desenvolvimento econômico da mesma. (SIQUEIRA, 2007, n.p)

Se, por um lado, a questão das remessas em dinheiro, enviados por imigrantes para seus países de origem, já é conhecida e explorada na literatura, por outro, a realidade foco desta

pesquisa, na qual são os imigrantes que recebem dinheiro no país de destino, carece de análises mais aprofundadas.

O entrevistado 4 conta que sua mãe é idosa, mas ainda trabalha para ajudá-lo financeiramente, ele sabe que pode ser que conforme a idade chega, ela tenha que parar de trabalhar e a ajuda cesse, porém caso isso ocorra ele diz que não vai desistir. O entrevistado já tentou atuar como veterinário na Argentina e até consegue alguns trabalhos, no entanto, ainda é preciso que revalide seu diploma. É importante lembrar que mesmo com a revalidação conseguir trabalho ainda é difícil por conta do tempo de dedicação ao curso de Medicina e outras variáveis como as diferenças culturais dentre as quais ele citou a *siesta*⁹ que o impede de utilizar o tempo em que está livre para se dedicar ao trabalho, já que nesse período os argentinos não costumam receber profissionais para prestação de serviços.

Com relação a atuação das empresas de assessoria, conforme já sinalizado, a migração é um fenômeno social complexo que se dá a partir da participação de diferentes atores sociais, não só os migrantes como pode parecer à primeira vista. No caso por nós analisado, um dos atores que assume papel de destaque são as empresas de assessoria universitária que ganham importância por ficarem responsáveis por cuidar da documentação e matrícula dos estudantes brasileiros nas universidades argentinas. Esse processo é complicado, sobretudo, para aqueles que nunca tiveram que lidar com os burocráticos trâmites que envolvem o estudo em outros países, isso faz com que muitos estudantes brasileiros se sintam inseguros para fazer o processo por conta própria e preferem, portanto, repassar essa tarefa a essas empresas que vem se disseminando nos últimos anos.

Os serviços básicos que essas empresas oferecem são: (1) a matrícula, (2) legalização dos documentos junto aos órgãos competentes como a convalidação do histórico escolar na Argentina, e (3) o processo para retirada do Documento Nacional de Identidade (DNI) argentino, em que a assessoria é responsável pelo envio da tradução juramentada da documentação e pagamento das taxas. Esse documento permite que o estudante possa estudar, trabalhar, alugar residências, entre outros.

As entrevistas mostraram problemas com relação às assessorias, comumente descritas como empresas que visam somente o lucro e acabam frustrando a expectativa de alguns brasileiros. As empresas de assessoria mais bem sucedidas são as que são indicadas por outros brasileiros que contrataram seus serviços e foram bem atendidos, uma das participantes do Grupo Focal 1 teve problemas com o serviço da assessoria, ao tentar rescindir o contrato não

⁹*Siesta* é uma tradição espanhola, presente também em muitos países latino-americanos colonizados pela Espanha, se trata de um período após o almoço destinado para o descanso e até mesmo uma cochilada no começo da tarde.

obteve sucesso e não conseguiu reaver parte do dinheiro pago, ela conta que cuidou dos trâmites sozinha.

O entrevistado 1 também cuidou dos trâmites por conta própria, mesmo sendo um processo complexo é possível realizá-lo por conta própria. Ele afirma que os custos foram substancialmente mais baratos do que seus conterrâneos costumam pagar para essas empresas, ele conta que:

Eu e meu amigo viemos sozinhos, sem assessoria. Eu não vou te dizer que os trâmites são fáceis, mas também não é tão difícil, na época nós gastamos cerca de R \$400,00 reais para fazer tudo, já as assessorias cobravam cerca de R \$2.300,00. Os trâmites são burocráticos, você tem que mandar documentos para Brasília para serem carimbados, fazer a Apostila de Haia, em que tirar antecedente criminal aqui, fazer o DNI, enfim, é um processo bem cansativo. A assessoria acaba sendo boa porque ela fica responsável por tudo mas é mais caro, eu preferi vir sem (Entrevistado 1, Entrevista realizada em Rosário (Santa Fé – Argentina).

Quanto a participante do Grupo Focal 1, ela afirmou ser possível realizar os trâmites, mas é uma tarefa muito complexa e estressante para quem nunca havia se envolvido com isso, ela relatou se sentir perdida no começo sem saber o que fazer, para onde ir, a quem recorrer, chegou a passar noites chorando e só não contratou outra assessoria, pois estava com recursos financeiros limitados.

Os outros participantes do Grupo Focal 1 que utilizaram o serviço de assessoria relataram ter tido um bom atendimento e apoio, mesmo sendo possível fazer os trâmites por conta própria, preferiram pagar e não se arrependeram, no entanto, afirmaram que o valor é relativamente alto. Elas afirmaram ter tido sorte, já que colegas relataram que mesmo contratando a assessoria mais cara e famosa de Rosário não receberam atenção à altura do que foi pago. Duas das participantes do Grupo Focal 1 contratou assessoria, uma cobrou R \$2.400,00 pelos trâmites e a mais cara R \$3.000,00.

Observou-se que os donos dessas empresas de assessoria são os próprios imigrantes brasileiros que viram uma oportunidade para empreender. De forma contraditória, o ensino superior argentino que visa a democratização da educação universitária de qualidade, gratuita e acessível a todos se tornou um lucrativo segmento de mercado. Esse mercado está aquecido e cada vez mais competitivo, uma vez que, o número de migrantes brasileiros vem crescendo a um ponto que permite que se estabeleça mais um setor de atuação para o capital.

Esse tipo de situação já foi observado em outras correntes migratórias como no exemplo analisado por Rossini (2003), em que os imigrantes brasileiros que chegaram primeiro no Japão acabaram criando os serviços de recrutamento, já que “[...] as oportunidades criadas pelos primeiros que chegaram no Japão) possibilita também a criação de serviços de

recrutamento, informação e assistência para a regularização da documentação” (ROSSINI, 2003, p. 75).

Uma breve pesquisa na internet nos permite encontrar muitas empresas de assessoria que cuidam do processo de ingresso de brasileiros em universidades argentinas, demonstrando que esse é um mercado muito competitivo. Para se destacar essas empresas estão oferecendo cada vez mais novos serviços em seus pacotes a fim de atrair mais clientes, as empresas que buscam atrair esse público oferecendo serviços como brindes, recepção e transporte do aeroporto, assessoria imobiliária, dentre outros. Algumas dessas assessorias além de ter sede no Brasil possuem escritórios na Argentina.

Apesar dessas empresas não terem retornado nossa solicitação de informações para esclarecer algumas dúvidas e entender melhor esse processo, boa parte delas deixam disponíveis em suas páginas os valores cobrados ficam em torno de R \$2.580,00 (Tabela 6).

Tabela 6: Valores dos serviços prestados pelas empresas de assessorias universitárias

ASSESSORIA	SEDE	VALOR
Advanced assessoria	Londrina (PR)	R\$ 2.599,00 (3x no boleto ou à vista com 5% de desconto); R\$ 2.850,00 (em 6x no cartão de crédito sem juros)
UniAR	Paramirim (BA)	R\$ 2.300,00 (à vista no boleto bancário ou parcelado em até 10x de R\$250,00)
Interagir intercâmbio estudantil	Recife (PE)	R\$ 2.950,00
Vive em Buenos Aires	Londrina (PR)	R\$ 2.952,00 (R\$ 3.195,00 pagando no boleto parcelado em até 3x e 3.850,00 pagando no cartão parcelado em até 6x)
MRA	Rosário (Santa fé – AR)	R\$2.100,00 (até 31/01/19) R\$ 2.500,00 (até 31/07/19) R\$ 2.700,00 (até 15/01/20)

Fonte: OLIVEIRA; ANTONELLO (2019, n.p.)

É importante ressaltar que os valores podem ser maiores, dependendo dos supracitados serviços adicionais.

O entrevistado 4 tem uma visão crítica com relação às assessorias, apesar de não usar o termo “antiético” na entrevista nos faz entender que é assim que ele classifica a atuação de brasileiros que vão para estudar e abrem empresas de assessoria, para ele isso é errado, tendo em vista que o intuito da universidade pública Argentina é a democratização do ensino superior, alguns brasileiros usam essa oportunidade para lucrar. Para ele, infelizmente o modelo de universidade pública, democrática, de qualidade que tem a educação como um direito humano ao qual todos devem ter acesso acabou se tornando um negócio para brasileiros que viram uma oportunidade de mercado.

Ele deixa claro que não julga mal aqueles que contratam os serviços de uma assessoria e sim os que exploraram esse mercado, para ele muitos contratam esses serviços por medo de não darem conta de cuidar de todos os processos burocráticos, sua crítica recai aqueles que conseguiram traçar uma estratégia para fazer da universidade pública uma oportunidade de atuação capitalista. Ele afirma que o alto valor cobrado pelo processo burocrático não se justifica e que para isso é agregado no pacote outros produtos “Essas empresas chegam ao absurdo de cuidar da documentação e colocar no pacote um mísero cartão de ônibus e cobrar R\$ 3.000,00 reais, essas assessorias vendem coisas desnecessárias tipo jaleco, festas... quem quer estudar não precisa disso, ainda mais no começo” (Entrevistado 4, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Os participantes do Grupo Focal 2 também tem uma visão negativa com relação às assessorias, alguns fizeram os trâmites sozinhos, daqueles que pagaram a experiência não foi satisfatória. Eles afirmaram que os trâmites realizados pela assessoria se realizados por conta própria ficam muito mais baratos, afirmando que o valor cobrado pela assessoria é desproporcional aos serviços prestados. Uma das entrevistadas que pagou pelos serviços desse tipo de empresa revelou que o serviço foi tão ruim que mesmo pagando teve que fazê-los sozinha.

O entrevistado 4 reforça que “Os trâmites realmente necessários para efetivar a matrícula não são tão complicados, só é preciso atenção” (Entrevistado 4, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina). Diz que para tentar coibir a exploração das assessorias, a agrupação estudantil da qual faz parte presta auxílio de graça, sobretudo para aqueles estudantes que não dominam o espanhol, ele afirma que “[...] se as pessoas vierem para cá sem a assessoria vão conseguir ajuda, pode ser que não seja com a atenção e exclusividade que elas esperam, porque a ajuda é dada para várias estudantes”(Entrevistado 4, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

As assessorias acabam lucrando com a venda de sonhos, fazem no Brasil uma propaganda intensa sobre as benesses da universidade argentina e acabam levando anualmente centenas de brasileiros para essas instituições, fazendo com que as salas do primeiro ano fiquem lotadas a ponto de argentinos e brasileiros questionarem se o sistema não chegou ao limite e se encontra perto do colapso. De qualquer forma, frente ao número cada vez maior de brasileiros trazidos por essas empresas, é possível supor que logo essa política será alvo de debates e medidas podem ser tomadas para limitar o acesso de estrangeiros em prol da manutenção da qualidade do ensino.

Quanto à escolha da cidade na Argentina muitas variáveis são consideradas como o sistema de ensino (tradicional ou PBL¹⁰) e o custo de vida. As entrevistas revelaram que o fator principal que influenciou a escolha por Rosário foi o custo de vida que é mais baixo quando comparado a capital Buenos Aires. Além disso, apesar de ser uma cidade de interior é uma grande urbe que possui uma boa infraestrutura.

Concluindo este capítulo, convém retomar Santos (2013) que entende que o “território é o chão somado a população e uma identidade”. O território é a base da existência humana, nele se funde o trabalho, residência, trocas materiais, espirituais e da vida. É nesse contexto que fica clara a defesa do autor em compreender o território como “território usado”.

A saída do Brasil tem um sabor doce e amargo ao mesmo tempo. Se por um lado a desterritorialização significa o “ponta pé” inicial para a realização de um sonho por tanto tempo esperado e negado por forças alheias à sua vontade, por outro esse processo significa deixar para trás sua família, amigos, espaços com os quais havia construído relações de pertencimento e demais variáveis que constitui sua identidade. Conforme lembra Saquet (2015, p. 114): “Estabelecemos relações afetivas, por exemplo, com os objetos de uso cotidiano e com as pessoas de nossa família, juntamente com noções de pertencimento a certo bairro, determinada rua e lugar-território. Os homens, através de seus gestos, necessidades, diferenças e identidades”.

Com base no que foi apresentado, podemos perceber que a decisão de migrar não é fácil de ser tomada, muitos já tinham uma formação ou estavam inseridos no mercado de

¹⁰De forma geral, pode-se dizer que enquanto o método tradicional é comumente caracterizado por aulas expositivas onde a figura do professor, do aluno e das disciplinas que compõem a grade são bem definidas. Essa metodologia muitas vezes fomenta uma educação bancária pautada na ideia de que o aluno é vazio enquanto o professor é o único detentor do conhecimento. Já a metodologia PBL as aulas são baseadas em problemas, o aluno assume uma postura autônoma onde busca por conta própria as respostas para os problemas apresentados, o conhecimento é construído, o aluno não espera respostas prontas do professor, ele é motivado a pesquisar desde o início do curso e defender sua postura, ideias, bibliografias, entre outros.

trabalho a ideia de voltar a um curso de graduação é tida no início, por eles, amigos e familiares, como uma volta à estaca zero. No entanto, o sonho e a vocação falam mais alto.

Ao negar o acesso às camadas mais pobres, os governos de países como o Brasil reforçam seu pacto com a classe dominante tornando as universidades espaços elitizados e garantindo mercado consumidor para as instituições particulares. Além disso, ao migrar, esses países colocam nas “costas do imigrante” a responsabilidade de se sustentar e na sociedade que os recebe a responsabilidade de arcar com os estudos.

Nesse contexto, a família desempenha um papel fundamental, tanto em âmbito psicológico, quanto no suporte financeiro.

A internet e as mídias sociais também são importantes, já que é por meio delas que recebem as primeiras informações sobre o ingresso em um sistema de ensino mais democrático e inclusivo. A saída do Brasil é ocasionada pelo fato de imperar um sistema educacional excluente e elitista, que atende aos interesses das classes mais abastadas.

A migração é, portanto, complexa, sendo a decisão tomada sob influência de aspectos estruturais como: a forma que a educação foi historicamente moldada, aspectos subjetivos e individuais, como os sonhos que cada um carrega; e o apoio familiar.

3. CAPÍTULO III

O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO

O escopo deste capítulo é discutir o processo de reterritorialização em solo argentino, discutiremos como a organização territorial, historicamente constituída, influí nesse processo. Abordaremos questões características da migração internacional como a xenofobia e os desafios da reterritorialização como a adaptação ao idioma, entre outros. No caso específico deste fluxo migratório, também daremos atenção a questões referentes ao método de ensino, bem como a influência dessa população na economia local a partir de uma análise do mercado imobiliário e do empreendedorismo, por nós lido como uma alternativa para aqueles que precisam de uma renda extra, mas não conseguem inserção no mercado de trabalho por conta de não dominar o idioma ou não ter tempo já que o curso de medicina exige dedicação integral.

Araújo (2017) em uma bela dissertação de mestrado, na qual trouxe experiências próprias, se colocando como sujeito que pesquisa e vive o fenômeno pesquisado, afirma que quando migrou para Londrina, para dar continuidade aos estudos, sua experiência era um misto entre o querer se adaptar à nova realidade e a insegurança frente terras incógnitas que tinham muito a oferecer, mas as possibilidades ainda eram desconhecidas. As formas que compunham a paisagem eram diferentes, nem mesmo os seus sentidos estavam acostumados com o novo espaço, a vida urbana de uma cidade média lhe assustava. Com o passar do tempo foi se adaptando, aprendendo a reconhecer e valorizar coisas que a ligavam ao lugar deixado, como o canto do beija-flor.

A dinâmica descrita por Araújo (2017) é característica do processo de reterritorialização migrante, onde vários conceitos geográficos podem ser evocados para balizar o processo de emigração e imigração, no entanto, é a partir da dimensão territorial pode-se trabalhar questões como: soberania nacional, identidade territorial, o papel do saber popular no desenvolvimento de estratégias permanência e resistência, a esfera do poder, bem como os conflitos e cooperação, todos esses abarcados na experiência do imigrante internacional brasileiro que se muda para a Argentina com intuito de estudar.

Ao propor trazer à tona o conceito de território para balizar nossa análise convém esclarecer, conforme aponta Saquet (2015), que o território e o espaço são tanto ontologicamente quanto epistemologicamente diferentes, mas não separados. O autor define o território como uma construção social, tanto em âmbito objetivo quanto subjetivo, que é marcado por relações de poder, que se vincula aos processos de apropriação e dominação do

espaço. Com relação à apropriação, nas palavras do autor ela pode se dar de três formas principais:

A apropriação tem três significados principais: a) como posse, propriedade, controle, domínio individual e/ou coletivo por sujeitos presentes ou ausentes do espaço apropriado por meio de mecanismos e mediadores (i)materiais; b) significa delimitação com ou sem precisão, parcelamento, divisão e, c) uso, inferência e utilização de objetos, instrumentos, máquinas terras, ruas, edificações, homens (!), enfim, do espaço e da natureza (SAQUET, 2015, p. 108 – 109).

A problemática em relevo na presente análise se enquadra na terceira proposta “uso, inferência e utilização de objetos, instrumentos, máquinas terras, ruas, edificações, homens (!)” (SAQUET, 2015, p. 108 – 109). Os migrantes brasileiros ao chegarem na Argentina ocupam uma pequena porção do espaço onde estabelecem residência, migram com intuito de ocupar um espaço que é concreto e simbólico ao mesmo tempo, que é a universidade, o espaço onde serão nutridos pelo conhecimento, ao se disporem a viver em uma nação estrangeira seus corpos e mentes passam a ocupar espaços e utilizar objetos que até então eram incógnitos, um (ns) ao (s) outro(s).

Assim, quando os brasileiros passam a ocupar as ruas rosarinhas e espaços como as instituições de ensino há o que Saquet (2015) chama de apropriação simbólica. Nas palavras do autor: “Quando um grupo de pessoas ocupa frequentemente determinadas ruas, há, aí, apropriação simbólica e concreta sem titulação, mas com demarcação, intencionalidade e interferência com sua presença naquele espaço, constituindo seu território de atuação” (SAQUET, 2015, p. 109).

Tendo em mente que o poder é uma variável imprescindível para compreender o território e as relações entre os sujeitos que o ocupam, ao migrar os estudantes brasileiros passam a ocupar determinado lugar na hierarquia social da sociedade estrangeira que os recebe, diferentemente da que ocupavam na sociedade de origem. Essa hierarquia social ao qual são inseridos tem como uma de suas marcas mais nítidas as relações assimétricas de poder entre os atores que a compõem.

Nesse contexto, Saquet (2015) alerta que os processos espaciais, mediados pelo poder, são marcados, também, por influência ideológica e vigilância. Assim, as relações sociais que vão marcar as vivências desses migrantes, são acompanhadas por esses marcadores e podem culminar em conflitos com outros sujeitos, que já ocupavam ou virão a ocupar determinado território como outras comunidades de migrantes, a população local e o Estado que conforme nos fala o autor, ordena o espaço via soberania.

Ao migrar para Rosário esses estudantes brasileiros empreendem o processo de reterritorialização que Saquet (2015) define como a apropriação de determinado fragmento espacial, as reflexões do autor nos permitem entender que a territorialização não é um processo homogêneo, já que envolve as relações sociais entre os atores, que podem ser diferentes em cada realidade analisada, repercutindo nas regras e normas, condições de trabalho, redes, conflitos, entre outros. Assim, em cada contexto a territorialização pode se dar de uma forma, formando territorialidades muito características de cada território.

A presença do imigrante brasileiro em Rosário tem impactos geográficos diferentes quando comparados a de outros grupos. Assim, as particularidades inerentes a esse grupo como língua, visão de mundo, condição econômica, composição étnico/racial, entre outros, fará com que a experiência desse grupo seja diferente da vivida por haitianos ou italianos, por exemplo.

A presença de brasileiros trará impactos nas territorialidades locais já estabelecidas, conforme aponta Saquet (2015) elas são flexíveis e mudam frente determinado contexto espaço-temporal, portanto, muitas das territorialidades locais tradicionalmente estabelecidas no passado nessa cidade, podem ser substancialmente alteradas, nas mais diversas escalas como: rua, vizinhança, universidade, espaços políticos, entre outros.

De acordo com Saquet (2015) tanto as territorialidades quanto as temporalidades, são dimensões relacionadas, coexistentes e históricas que substantivam o território. No caso das territorialidades elas se manifestam em quatro dimensões correlatas, ele afirma que:

Entendemos a **territorialidade** em quatro níveis correlatos: a) como **relações** sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriação do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaciotemporais, pluridimensionadas, efetivadas nas relações sociedade – natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (do poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107).

Quando se fala do conceito de território, das relações de poder a ele inerentes, bem como do processo de territorialização que pode ser marcada por conflitos entre os diferentes atores, muitas vezes deixa-se escapar as relações de cooperação, que são importantes para compreender as especificidades de determinado recorte. Saquet (2015) defende que a territorialidade tem um caráter de mobilização, organização e luta política, essa dimensão ficou clara com o entrevistado 4. Esse migrante revelou fazer parte de uma agrupação estudantil, se trata de uma organização política formada por estudantes da faculdade de ciências médicas que

disputam eleições, ganhando o direito de colocar em prática, propostas direcionadas à melhoria da qualidade de vida do corpo discente.

A conversa com o entrevistado 4 mostrou que as agrupações estudantis são associações muito fortes que visam lutar pelos direitos dos estudantes e defesa da autonomia e soberania da universidade pública, que presta uma função imprescindível para o desenvolvimento social. As agrupações têm um poder político muito forte nas tomadas de decisões que delimitam os rumos da universidade e dão autonomia aos alunos. É possível citar como exemplo o fato de que a agrupação da Faculdade de Ciências Médicas administrar a fotocopiadora da faculdade, podendo utilizar o dinheiro arrecadado para financiar um congresso de Medicina.

O entrevistado 4 explicou que graças a membros argentinos da sua agrupação conseguiu um dos documentos necessários para alugar o apartamento onde vive, além disso, frente a participação cada vez maior de brasileiros nessas organizações políticas, vem se pensando medidas para respaldar a comunidade, sobretudo quando chegam, período em que estão mais vulneráveis. Dentre as ações concretas há a atuação na disseminação de informações sobre o processo de validação de documentos, para que esses migrantes não sejam reféns das empresas de assessoria.

As agrupações são coletivos com uma dimensão política bem delineada e atuante que estabelece junto aos estudantes, dentre eles os migrantes brasileiros, uma relação de cooperação no processo de reterritorialização. Nesse sentido, é mister ressaltar que caso outras agrupações ganhem eleições futuras, elas podem assumir a posição de ente com o qual os brasileiros e demais migrantes estudantes estabelecerão relação de conflito. Para compreender melhor é como se uma agrupação fosse um partido político, caso vença uma que tenha posição mais conservadora e contrária a presença de imigrantes, a comunidade estudantil estrangeira pode ser prejudicada.

Quanto ao processo de locação de moradias, pode-se dizer que a territorialização brasileira deixa de se restringir à apropriação simbólica, sendo institucionalizada após a efetivação do contrato de locação e territorialização. Saquet (2015) ajuda a compreender essa dinâmica quando diz:

Quando compramos um terreno no espaço rural ou na cidade, recebemos a titulação (escritura) do Estado regularizando-o como propriedade privada com certa delimitação, o que nos garante direito de uso, terraplanagem, cultivo, edificação, preservação da mata, etc.; é um espaço de domínio e apropriação, cuja territorialização depende de nossa vontade, das condições financeiras, da legislação vigente, ou seja, das nossas práticas espaciotemporais reguladas pelas normas societais. (SAQUET, 2015, p. 109).

Assim, a partir do momento que se estabelece o contrato, o imigrante recebe o direito de uso da propriedade privada e tem sua territorialização efetivada, ela se dá tanto em âmbito simbólico quanto concreto, em um acordo reconhecido pelo Estado. Ao defender o território para balizar as análises migratórias Asari (2015) entende que:

O território significaria então, para o imigrante, enraizamento e estabilidade, pois ao chegar ao local de destino, procuraria reterritorializar-se, utilizando-se de mecanismos os mais variados, tais como as redes sociais (familiares, de amigos, de pessoas da mesma religião e região, que trazem à tona os laços de identidade cultural para fazer frente a esta nova forma de estabelecer-se num local estranho e distante de suas origens e raízes. (ASARI, 2015, p. 151).

Essas variáveis se desvelaram durante a pesquisa, uma delas que estabelece diálogo direto com a supracitada citação foi a experiência com um dos Grupos Focais participantes, eles vivem na mesma residência e fazem parte da mesma religião, são adventistas. A entrevista revelou que esse traço identitário foi fundamental para o sucesso de sua territorialização, uma vez que ao frequentarem uma igreja local fizeram contato com outros argentinos evangélicos e puderam assim receber assistência em processos como o de locação do apartamento.

Quando se propõe trazer o conceito de território para compreender o processo de reterritorialização dos migrantes, bem como o estabelecimento das territorialidades que podem ser marcadas por episódio de conflito e cooperação entre os demais atores sociais que são parte do processo, um ponto salutar a ser ressaltado, sobretudo em um estudo sobre o fenômeno migratório, é o papel das redes sociais.

Como citado anteriormente a valorização da dimensão das redes sociais vem sendo trazida em diversos estudos por conta de suas potencialidades para melhor compreender o fenômeno. Nesse sentido, no caso por nós analisado, vimos que elas se estabelecem antes mesmo da chegada, os primeiros contatos com outros brasileiros que estão interessados em enfrentar essa empreitada bem como com os brasileiros que já migraram acontece pela internet.

Esse contato inicial tem tanto o intuito de obter informações acerca do processo, quanto mapear pessoas com as quais ao chegarem vão poder dividir as despesas como o aluguel. As mídias sociais e as redes sociais concretas, são fundamentais para o processo de reterritorialização.

No terceiro capítulo do livro de Margolis (1994) intitulado “os primeiros dias” é possível ver a importância das redes sociais para suporte e adaptação sobretudo nos primeiros dias. No caso analisado pela autora, o contato com outros brasileiros é fundamental para a que se encontre um local para morar e um emprego, a autora relata o caso da pensão da dona Dahlia, uma brasileira famosa entre a comunidade imigrante por receber muitos recém-chegados, é

relatado que mesmo quando não havia vagas ela arrumava um jeito de acomodar quem chegava, a própria dona da pensão chegou a dormir no chão para alugar sua cama.

Logo ficou claro, a partir das conversas com vários dos pensionistas, assim como com a própria dona Dahlia, que sua “pensão” é muito mais do que simplesmente um lugar para morar. Aquele lugar é uma combinação de escola, centro de aconselhamento, agência de empregos, e associação de ajuda legal, que proporciona aos novos imigrantes a maioria das informações que precisam, e os elementos necessários durante os primeiros dias em Nova York. (MARGOLIS, 1994, p. 119)

Ainda nessa discussão Margolis (1994) traz em seu livro o conceito de **migração em cadeia** que se caracteriza pelo fato de novos imigrantes serem atraídos devido a incentivo de conhecidos que já se foram. Um dos imigrantes entrevistados pela autora falou que todos os anos cada imigrante brasileiro ajuda a entrada de, pelo menos, outros dois e assim sucessivamente. Essa realidade se aplica a migração na Argentina para fins de estudo, boa parte dos que foram receberam influência de algum amigo ou conhecido que já estava lá, com a popularização das redes sociais nos últimos anos as redes sociais digitais fomentam essa dinâmica, muitos recebem informações de amigos online que relatam os prazeres e frustrações da vida migrante via postagens digitais na internet.

Em Rosário não há entidades como clubes ou associações brasileiras, a primeira impressão é que a comunidade não é muito unida. Margolis (1994) localizou a mesma coisa entre os brasileiros em Nova Iorque, dentre as explicações da autora, que também pode ser estendida a nossa realidade, é que os brasileiros nos dois contextos não planejaram ficar por toda a vida no novo país, eles planejam voltar, além disso há uma questão cultural.

[...] Para começar, o Brasil não tem a mesma tradição de clubes ou associações de interesse mútuo existente nos Estados Unidos. Como apontado pelo antropólogo Conrad P. Kottak: “[O] americano típico pertence a inúmeros grupos que não se baseiam em laços familiares. Estes grupos incluem igrejas, partidos políticos, clubes, equipes, grupos ocupacionais, organizações, associações e comitês. No Brasil, onde o lar e a família extensa protegem vigorosamente seus integrantes contra o mundo exterior, as associações que não se baseiam em relações familiares são raríssimas. Os brasileiros costumam morar perto dos demais membros de sua família, muito mais do que os americanos, e passam grande parte do tempo livre com eles. Vir a encontrar-se com estranhos para discutir jardinagem ou filatelia, ou para planejar a venda de bolos surpreende os brasileiros, como sendo atividades estranhas aos seus hábitos. (MARGOLIS, 1994, p. 304)

Outro fator que pode influenciar é que de início os brasileiros acabam se unindo para não ficarem sozinhos, arranjar alguém para dividir apartamento etc., mas a ideia é fazer amizade com os argentinos, tanto para se sentirem incluídos e integrados no novo contexto, quanto para treinar e se tornarem fluentes no espanhol. Segundo as entrevistas ao fazer amizade com brasileiros, o espanhol não é estimulado, tendo em vista que conversam em português entre si.

Um ponto de convergência que se pode estabelecer entre a presente pesquisa e a investigação de Margolis (1994) são as reclamações de brasileiros acerca de seus conterrâneos, assim como em Nova Iorque, é comum brasileiros em Rosário não falarem tão bem uns dos outros, na pesquisa de Margolis foi possível contemplar frases como: “a raça mais desunida”; “pensam apenas neles mesmos”; “não se ajudam”, mas a referida autora nos faz refletir até que ponto elas são de fato sinceras, uma vez que, no caso dos brasileiros em Nova Iorque sua existência não seria possível sem, pelo menos, um outro brasileiro em sua rede social.

Além disso, a maioria se estabeleceu com ajuda de outros conterrâneos, a autora nos lembra que as horas livres são aproveitadas com outros brasileiros e no caso de Rosário o mesmo ocorre, por exemplo, quando chegam na Argentina logo se busca outros brasileiros para as primeiras amizades; dividir despesas, buscar alunos mais antigos para compreender o dia a dia na universidade e pegar dicas para prova, entre outros.

Durante a realização da pesquisa, frequentamos assiduamente pelo Facebook o grupo dos brasileiros que vivem em Rosário, localizamos inúmeros casos que mostram que, de fato, a comunidade se ajuda.

Ao chegar no novo país os imigrantes brasileiros se deparam com um território organizado de uma forma particular com uma língua, cultura, metodologia de ensino, entre outras variáveis, diferentes, com os quais eles não têm familiaridade e terão que se adaptar para conseguir alcançar seus objetivos. Nos próximos subitens discutiremos algumas variáveis territoriais de forte impacto no processo de reterritorialização desses sujeitos como: a questão da língua e o método de ensino, a xenofobia, a questão de gênero, o impacto na economia local com destaque no mercado imobiliário e o saber popular como mecanismo para assegurar a permanência.

3.1. DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO: A QUESTÃO DO IDIOMA E MÉTODO DE ENSINO

Dentro dos aspectos inerentes ao território e que dificultam o processo de reterritorialização está a dificuldade de adaptação às dinâmicas e processo historicamente estabelecidos, no caso dos que migram para o estudo essa questão fica mais nítida na forma como as instituições de ensino se organizam, englobando questões como o método de ensino e idioma. No primeiro caso, por conta das diferenças com o padrão brasileiro, o modo como os processos de ensino-aprendizagem está organizado na UNR gera eventuais dificuldades de adaptação.

Para começar, a UNR abre processo seletivo uma vez ao ano, no entanto, diferente do Brasil, não tem limite de vagas ou a necessidade de prestar um exame nacional como o ENEM ou o vestibular. Cada universidade argentina desenvolve um método para a entrada dos calouros, a Universidade de Buenos Aires (UBA), por exemplo, conta com o Ciclo Básico Comum (CBC) uma espécie de curso preparatório com disciplinas específicas para cada carreira.

O método de entrada da UNR é o *Módulo de Inclusión Universitaria* (MIU). O MIU é uma espécie de curso, um pré-requisito para o ingresso na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Rosário. No MIU, um aluno em fase de conclusão na carreira de Medicina assume o papel de professor, recebe os ingressantes e durante os meses que antecedem o ingresso, são ministradas aulas semanais de temas considerados importantes para a carreira e que os ingressantes devem conhecer, nas aulas ocorrem debates, tarefas e trabalhos em grupos, os temas debatidos neste curso são: Direitos Humanos, Sistemas de Saúde e Cidadania Universitária. Vale ressaltar que as atividades vão além da sala de aula, como é o caso do estágio de observação realizado *a priori* do cursado, onde devem acompanhar um médico e fazer um relatório sobre as dinâmicas observadas.

É importante ressaltar que o MIU já foi modificado algumas vezes pela UNR, que vem sempre lapidando o processo a fim de torná-lo mais democrático e transparente.

Quanto à metodologia de ensino-aprendizagem das aulas, a dinâmica se dá em pequenos grupos e com avaliação contínua. Os temas são expostos pelo professor e as atividades desenvolvidas em grupo são desenvolvidas que também debatem os resultados apresentados por cada um.

Os grupos formados nas aulas não são fixos, ou seja, em cada aula os componentes do grupo podem mudar, ficou claro que isso se trata de uma estratégia da faculdade para que sejam

alcançados alguns objetivos como: a integração de estrangeiros; a oportunidade para que todos participem; a formação de um fértil campo para trocas de experiências; a prática do espanhol por estrangeiros, entre outros.

Como assinalado a avaliação é contínua, portanto, os alunos devem participar das aulas debatendo ou como relator do seu grupo, isto é, o porta-voz do grupo que vai expor as considerações construídas para os demais.

Com relação a experiência dirigida em terreno é uma espécie de estágio que visa a aproximação do estudante da realidade da carreira, por meio dela é possível ter os primeiros contatos com os prazeres e frustrações do ofício. Além disso, por meio do estágio o estudante produzirá dados, levantará questionamentos e fará observações que futuramente serão problematizadas e discutidas nas aulas MIU.

Os alunos devem fazer um trabalho de acompanhamento de 16 horas com um médico, essa dinâmica pode ocorrer, tanto no Brasil quanto na Argentina, o estudante deve relatar nos diários como é o ambiente, porque escolheu a instituição, como foi o relacionamento com o médico e com a equipe, entre outros. É importante ressaltar que o estágio é somente de observação, o aluno não deve em nenhum momento intervir nas consultas e demais atividades médicas. No final da observação o médico orientador escreve uma carta fazendo um breve relato da conduta do estudante.

Mesmo o MIU sendo um sistema de ingresso que apresenta avanços é necessário apresentar alguns limites que apareceram nas entrevistas. Para começar, a metodologia de observação de terreno apresentou uma série de problemas, o primeiro se refere à dificuldade de encontrar vaga para realização da experiência dirigida em terreno. Em 2018 a Universidade solicitou que esse estágio fosse realizado já no mês de janeiro para que a partir da primeira semana de fevereiro os relatos fossem apreciados em aula.

O problema se deu quando um grande contingente de alunos procurou as instituições de saúde da cidade para realizar o estágio, as instituições por mais boa vontade que tinham não davam conta de atender a todos, muitas começaram a negar o estágio. Alguns estudantes brasileiros realizaram a observação nas suas cidades de origem, mas boa parte preferiu realizar em Rosário e tiveram que disputar vagas nos hospitais com outros brasileiros, além dos argentinos e ingressantes de demais países da América Latina.

Não foi raro ver estudantes pedindo ajuda de forma desesperada e relatando suas trágicas experiências nos grupos de brasileiros em Rosário no Facebook. Com base no que foi relatado, uma sugestão para resolver os problemas com relação a dificuldade de encontrar vagas para realizar a experiência dirigida em terreno, seria que a universidade firmasse parceria com

instituições de saúde municipais e nas cidades próximas da região metropolitana para depois dividir os alunos entre elas, estabelecendo um programa com dias e horários preestabelecidos; isso não seria difícil de fazer, uma vez que os alunos já são divididos em comissões de acordo com seus nomes para as aulas do MIU.

Isso seria benéfico para os alunos, para os hospitais e para a universidade. Os alunos teriam certeza que realizariam suas tarefas em tempo hábil, as instituições de saúde não ficariam saturadas em determinados períodos prejudicando o atendimento e sua dinâmica interna e a universidade teria o controle de quem realmente realizou as atividades e cumpriu com todas as horas pretendidas.

É importante ressaltar que as críticas empreendidas ao sistema não têm o intuito de desvalorizá-lo e/ou inferiorizá-lo e sim de trazer à tona o debate e tornar o MIU mais eficiente, eficaz e polido, além de mostrar as suas limitações às instituições que podem vir a se inspirar nesse modelo no futuro.

Além da dificuldade em encontrar lugar para fazer a observação, uma questão que ficou evidente nas entrevistas foi a corrupção do sistema, houve relatos que muitos estudantes não acompanharam o profissional de saúde, estes simplesmente levaram as folhas para que fossem assinadas e depois escreveram por conta própria um relato de conduta fictício. É importante ressaltar que os médicos não recebem nada por esse período em que os alunos acompanham sua atuação, é um trabalho voluntário.

As entrevistas mostraram que essa prática não foi feita só por brasileiros, ela na verdade foi realizada por muitos alunos e em alguns casos foram os próprios médicos que propuseram isso, já que não queriam o acompanhamento dos estudantes no local de trabalho.

Com relação a essa prática a universidade não tem muito o que fazer, sendo uma questão moral e ética profissional.

As avaliações são obrigatórias, mas não têm o intuito de ser uma espécie de processo seletivo, o escopo das avaliações é saber o quanto eficaz foram as aulas e se os estudantes têm condições de desenvolver uma opinião autônoma e crítica acerca dos temas estudados. É importante lembrar que a classificação do aluno como apto ou não apto não envolve só uma avaliação, a avaliação é contínua, então o aluno deve sempre participar das aulas. Além disso, os aspirantes a carreira devem cumprir ao mínimo 75% de presença.

Caso o aluno seja considerado não apto, este não é impedido de frequentar as aulas, o estudante pode ir normalmente, por conseguinte terá que participar do MIU novamente.

Alguns dos entrevistados relataram que o sistema é interessante, porém muitos brasileiros pelo fato de não dominar o idioma não aproveitaram tão bem o MIU e não

conseguiram expor suas opiniões conforme gostariam, principalmente quando assuntos polêmicos eram levantados como a sua presença em uma universidade pública argentina.

Um dos entrevistados reforçou que a todo momento se sentiu incluído e integrado nas aulas, isso graças ao professor que respeitou suas dificuldades na conversação e valorizou seu esforço, segundo ele essa postura o deixou mais à vontade. Essa postura não foi exclusividade de sua comissão, a grande maioria elogiou a metodologia utilizada em aula, a postura do professor de respeito frente a barreira linguística, na conciliação de conflitos e inclusão de estrangeiros. É importante salientar que os professores do MIU são alunos dos últimos anos do curso de Medicina, que recebem uma preparação antes.

Após o MIU o aluno começa de fato a cursar Medicina. O método empregado na UNR é o da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) onde não há matérias divididas da forma tradicional, o conteúdo é passado de forma integrada, esta questão pode ser melhor compreendida no relato da entrevistada 2 “O conteúdo é dado de forma integrada, para você ter ideia, em “*Crecimiento y Desarrollo*” a gente vê desde as teorias da evolução de Charles Darwin e Jean Baptiste Lamarck, até a genética de Gregor Mendel e tudo de forma integrada, estudei de Jean Piaget a Sigmund Freud” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A entrevistada 2 relata que o próprio corpo docente da Faculdade de Ciências Médicas é multidisciplinar: “Tem no corpo docente médicos de diferentes especialidades, antropólogos, biólogos, psicólogos, até físico, é bem diversificado” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

De acordo com as entrevistas entendemos que no método PBL o processo de ensino-aprendizagem avança de acordo com a resolução de um problema, um caso clínico. No decorrer da semana o aluno estuda e se prepara para resolver a questão proposta, há tutorias onde o tutor orienta os discentes e acompanha o desenvolvimento das atividades, é neste ambiente que também se discute o problema e o aluno apresenta suas reflexões para o tutor e seus colegas. Durante a semana os alunos estudam por conta própria e também assistem aulas relacionadas ao tema.

Outra especificidade da questão analisada está centrada no domínio do espanhol e das exigências das instituições de ensino superior acerca desta questão. Sabe-se que muitos brasileiros migram para a Argentina com intuito de encarar um curso universitário sem o domínio do idioma estrangeiro, esses estudantes migram com a ideia de que o domínio do espanhol será uma tarefa fácil e passível de ser realizada durante o curso.

Quanto às exigências das instituições de ensino de acordo com Angelucci (2020) a *Ley de Educación Superior* n. 24.521/1995¹¹ estabelece como critério para o ensino superior a aprovação no nível médio e avaliação, no caso dos candidatos com idade superior a 25 anos que não cumprem essa condição. No entanto, a lei não traz nenhuma determinação quanto ao domínio da língua, ficando por conta de cada instituição estabelecer seus próprios critérios acerca desta variável.

Assim, a UNR passou a exigir, a partir de 2017, que os estudantes ingressantes que não são oriundos de países hispano falantes comprovem o nível de proficiência b2, que corresponde ao nível intermediário. Essa exigência pegou muitos ingressantes e assessorias de surpresa e foi lido por alguns como uma forma de barrar a entrada de brasileiros porque muitos ingressam sem dominar o espanhol e vão aprendendo com o tempo, durante o primeiro ano cursado (ANGELUCCI; POZZO, 2020).

O entrevistado 3, por exemplo, afirma que foi um dos que migrou sem falar espanhol, mas que fez amizade com um argentino e isto, somado a um curso extracurricular de espanhol, lhe ajudou a dominar o idioma em pouco tempo.

Eu fiz um amigo aqui, a gente treinava na academia junto, conversava bastante por WhatsApp, então eu treinava bastante a conversação e a escrita, tive sorte de ter conhecido ele logo no começo porque ele fala de um jeito bem informal, de um jeito que a gente não aprende na escola, já curso de espanhol a gente aprende tudo certinho, as regras gramaticais e tal. Além disso, desde o MIU o curso exige que a gente participe bastante das aulas, tem uma carga alta de leitura e as discussões em sala, então tudo isso ajuda a desenvolver rápido (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina)

Para a entrevistada 2 a exigência do nível B2 é sim uma forma de restringir o acesso, não por conta do teste em si, mas pelo seu alto valor, para ela: “Com Certeza essa exigência tem o intuito de restringir, eu até acho a comprovação da proficiência uma medida razoável, mas acho que a universidade tinha que ter uma prova própria e não um teste caro. Com esse teste há a restrição dos que não podem pagar”.

O entrevistado 4, por sua vez, disse que não acredita que a exigência do teste de proficiência seja uma forma de coibir a entrada de brasileiros na UNR, para ele saber falar o idioma da instituição ao qual o aluno se propõe estudar é o mínimo que se deve ter. Além disso, ao exigir essa prova a instituição faz com que os ingressantes estudem o espanhol com mais afinco e se preparem melhor para as aulas.

¹¹ ARGENTINA. Ley de Educación Superior N.º 24.521. Congreso Argentino: Buenos Aires, 1995.

No entanto, concorda que não acha benéfico é o fato de o Instituto Cervantes ser o responsável pelo teste, para ele a UNR tem um teste próprio chamado DUCLE, feito pela Faculdade de Letras e que poderia ser aceito pela Faculdade de Ciências Médicas, esse teste pode avaliar as condições dos alunos tão bem quanto o do Instituto Cervantes a um preço cerca de 10 vezes menor, sendo que o dinheiro arrecadado poderia ser revertido para a própria universidade.

Com relação a experiência com o novo idioma, o entrevistado 4 relata que é importante chegar na Argentina alguns meses antes de as aulas começarem, para ele nos dois primeiros meses você consegue entender parte do que os argentinos dizem mas não consegue responder, ou consegue se expressar de forma muito limitada, entre seis meses e um ano já consegue se expressar, ele diz que atualmente, depois de mais de um ano vivendo em Rosário, já consegue inclusive distinguir o sotaque de estudantes oriundos de outros países latino-americanos.

Angelucci (2020) ao investigar o posicionamento dos brasileiros frente a exigência do exame B2 notou uma questão relevante, a contradição entre o discurso público desses sujeitos e o que realmente pensam sobre a questão, para ela:

Os entrevistados afirmam ver com bons olhos o exame de língua, mas não gostariam que seus compatriotas soubessem disso, o que se pode interpretar da seguinte forma: são publicamente contrários ao exame, que vem sendo lido como uma restrição ao ingresso dos brasileiros; no entanto, no fundo, sentem que a exigência está correta, pois percebem que a maioria dos brasileiros não só fala mais português do que espanhol no âmbito da faculdade, senão que também, quando fala espanhol, não o faz com destreza suficiente. Daí se depreende a contradição antes mencionada: se bem afirmam que a fonte da pressão de falar melhor é mais interna do que externa, julgam a fala dos outros, portanto, devem sentir-se também julgados. Estas contradições fazem parte da heterogeneidade constitutiva dos discursos, desde a base teórica da qual partimos (que, conforme mencionamos anteriormente, não serão aprofundadas nesta oportunidade) (ANGELUCCI, 2020, p. 62).

Ainda quanto à questão da língua, os resultados de nossa pesquisa foram ao encontro com as de Angelucci (2020) nas seguintes conclusões: (1) o espanhol se coloca como uma frustração para muitos brasileiros que migram sem dominar o idioma pois parte-se da ideia que a aprendizagem do espanhol é um processo fácil e (2) O domínio do idioma se coloca como um dos fatores decisivos na permanência ou abandono do curso, a autora mapeou casos de evasão motivados pelas dificuldades linguísticas, nesses casos ocorre ou a migração de retorno para o Brasil definitiva ou o trancamento do curso por um período ao qual estes estudantes se dedicam ao estudo do idioma.

Se o idioma se coloca como um desafio a ser superado pelo imigrante desde o início, outra questão inerente a sua condição é a xenofobia, uma categoria de violência que pode se

expressar tanto de forma explícita quanto implícita a partir de um simples olhar, mas que tem força suficiente para machucar. A literatura bem como as entrevistas mostraram que a relação entre o argentino e o brasileiro é boa, no entanto, a entrada cada vez maior de brasileiros e a atuação de assessorias que maculam a universidade argentina ao transformar as políticas inclusivas em comércio vem prejudicando esta amistosa relação. Partindo do pressuposto de que apontar as opressões é o primeiro passo para desmantelá-las, o próximo tópico a xenofobia será discutido, pois ela se fez presente nas vivências de quase todos os entrevistados.

3.2. XENOFOBIA: UM TEMA ESPINHOSO, MAS NECESSÁRIO

Quando Araújo (2017) nos fala de sua experiência, de mudança para uma cidade grande (quando comparada à que vivia) para estudar, afirma que o novo espaço encontrado não só era diferente como lhe obrigava a agir de outra forma.

Em minha nova casa, que apresenta forma vertical, e abriga inúmeras outras famílias, já não é possível debruçar-me na janela para distrair-me ou pensar em algo. Quando se mora em um apartamento, cercado por inúmeros outros, tal prazer pode ser confundido com o ato de “espiar os vizinhos”, invadir a sua privacidade (ARAÚJO, 2017, p. 18).

O exemplo dado por Araújo pode ser aprofundado e transposto para outras realidades e dinâmicas espaciais experienciadas pelos imigrantes, às vezes as novas dinâmicas os respeitam enquanto seres humanos e em outras os submetem a uma realidade difícil e nunca vivida, como é o caso da xenofobia. A mudança de país faz com que do dia para a noite se tornem alvos em potencial desse tipo de violência.

A migração é um processo social multiforme, que assume múltiplas possibilidades de manifestação, as dificuldades cotidianamente enfrentadas pelos imigrantes envolvem, muitas vezes, o desrespeito aos direitos humanos básicos do ser humano como o acesso à saúde e educação podem ser sumariamente oneradas por opressões relacionadas a variáveis como religião, orientação sexual, raça e gênero.

No caso aqui analisado, se trata de imigrantes que entraram legalmente na Argentina para estudar medicina e sem o interesse (principal) de se inserir no mundo do trabalho. São em sua maioria de classe média, que mesmo com dificuldades conseguem o mínimo necessário para sobreviver em um país estrangeiro, ter acesso aos serviços básicos.

No dia a dia, pode-se dizer que os imigrantes brasileiros se encontram em uma situação social mais estável quando comparados aos outros que migram pela necessidade de trabalho. Os brasileiros têm relativo acesso a bens, serviços e moradia, na maioria dos casos na região central. Na sociedade rosarina, sua condição de migrante, muitas vezes, só é “denunciada” quando se percebe o sotaque.

Trazendo um termo comum nos estudos de gênero, o imigrante brasileiro quando comparado a outros possui uma passabilidade, ou seja, consegue se manter em uma posição social, sobretudo em âmbito econômico e possibilidade de acesso ao consumo e serviços que faz com que não seja lido como imigrante pela sociedade argentina, sua condição de imigrante é denunciada somente em casos como, por exemplo, quando seu sotaque acentuado fique muito

evidente ou quando são negros. Por conseguinte, essa situação social mais privilegiada não faz com que o brasileiro seja blindado a violências, tanto reais quanto simbólicas, de cunho xenofóbico e em alguns casos, racista também.

Assim, quando tratamos de migrações, sobretudo em âmbito internacional, mesmo que a xenofobia não seja o tema principal, entender se há uma relação amistosa ou hostil entre o imigrante e a sociedade que os recebe é uma questão necessária pois desvela o quanto vulnerável é a situação dessa população e a necessidade de se pensar estratégias para enfrentar e coibir essa categoria de violência.

A xenofobia é uma palavra utilizada para designar diferentes sentimentos com relação a estrangeiros como aversão, rejeição, temor e antipatia, definição que vai de encontro com a de Martins e Prestes (2017) consideram a xenofobia uma categoria de preconceito que se caracteriza pela aversão e intolerância ao estrangeiro, que é de alguma forma diferente.

Para Fantini (2015) é uma categoria de intolerância antiga, mas que vem se ampliando em todo o mundo, fazendo com que a necessidade de combatê-la ou amenizá-la seja um dos grandes desafios deste século. A xenofobia é entendida por Fantini (2015) como uma categoria de intolerância que pode agregar outras como o racismo, homofobia e intolerância.

Adaszko e Kornblit (2008) ampliam essa compreensão quando afirmam que em todas as sociedades as dimensões do preconceito e aceitação com relação às pessoas de outros grupos coexistem, em níveis diferentes, tornando algumas sociedades mais tolerantes que outras. A xenofobia é, para os autores, uma rejeição aos estrangeiros baseada na reprodução de estereótipos socialmente construídos e historicamente arraigados sobre determinados grupos e que limita as possibilidades de trocas interpessoais.

Martins e Prestes (2017) explicam que o preconceito contra determinados grupos étnicos sempre se fez presente na história da humanidade, a dominação desses grupos era legitimada pela crença de que os dominadores eram superiores, inclusive em âmbito biológico. Com o passar do tempo e o desenvolvimento dos meios de transporte, os deslocamentos a distâncias mais longas aumentaram, tornando maior a vulnerabilidade dessas pessoas frente à xenofobia.

De acordo com Fantini (2015) a aversão e opressão dos estrangeiros foi historicamente justificada a partir de diferentes variáveis, dentre as quais uma que se destaca e se mantém é a que se pauta na cor da pele, nas suas palavras:

Este outro/estrangeiro que na história da humanidade foi alvo de escravidão, primeiro por ser vencido nas guerras (escravo vem de eslavo), depois pela cor da pele, é construído como estranho no discurso xenófobo que vai desembocar no racismo, onde

as razões de origem e religiosas para justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra foram progressivamente, especialmente depois do Iluminismo, sendo substituídas pelos argumentos da ciência. Hoje, quando a mesma ciência chega à conclusão de que a raça é apenas um conceito e não um fato biológico, nos deparamos com uma realidade que ainda abriga ecos dos tempos passados, sustentando o imaginário das diferenças que justificam desigualdades (FANTINI, 2015, p. 104).

No caso dos brasileiros na Argentina, a questão da raça é a variável que apareceu com certa frequência nos relatos de xenofobia. Assim, ao falar da xenofobia sofrida pela população brasileira em um país cuja sua estrutura demográfica é, majoritariamente, branca como a Argentina, o debate acerca da questão da raça se faz imprescindível, pois a xenofobia pode assumir, também, uma conotação racista.

Raça e população no território brasileiro, são aspectos indissociáveis, segundo dados do último censo demográfico (tabela 7) a maioria da população (cerca de 50,7%) se autodeclara negra (O IBGE considera negros a junção da população que se autodeclararam pardos e pretos), o número pode ser maior, pois como o racismo é um problema estrutural muitos ainda não se reconhecem enquanto negros. No Brasil, a situação econômica, social, o acesso a bens de consumo, qualidade de vida, acesso ao ensino superior entre outros está intimamente ligada com a cor da pele, a população negra no Brasil apesar de ser a maioria é a mais fragilizada e excluída socialmente.

Tabela 7: Composição racial do Brasil segundo o censo demográfico

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Sem declaração	TOTAL
Nº	91.051.646	82.277.333	14.517.961	2.084.288	817.963	6.608	190.755.799
%	47,73	43,13	7,61	1,09	0,43	0,00	100

Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010. **Organizado por:** pelo autor (2020).

Santos (1984) defende que todos os países que estiveram, em algum momento de sua história, na posição de colônia de metrópoles brancas experienciaram o racismo. Assim, na América Latina a origem do racismo se deu com o colonialismo, que teve como uma das principais marcas a dominação do homem branco europeu sobre outros povos como a população nativa e negra trazida à força da África como mão de obra escrava. Grosfoguel (2008, p. 122) explica que “Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo, as quais, por motivos de clareza da presente

exposição”. Com o fim do colonialismo se iniciou o período da colonialidade que manteve, mesmo que de outras formas a dominação e opressão de determinados grupos sociais. Assim

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

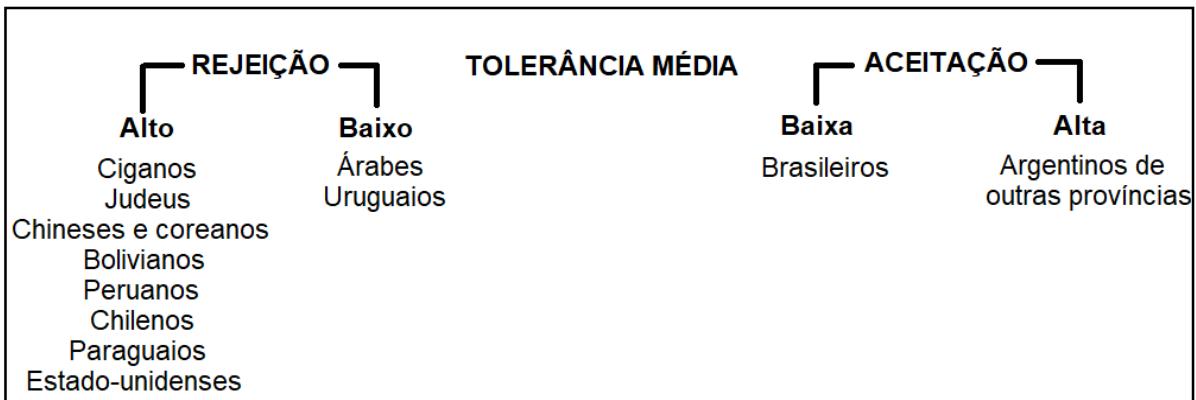
Santos (1984) comprehende o racismo como um sistema, ou seja, um “conjunto de ideias e práticas, pessoais e coletivas, de pequeno e longo alcance” (SANTOS, 1984, p. 10). Para ele, muita gente acredita que o racismo se manifesta na forma de agressão, porém o racismo é complexo e multifacetado e já esteve presente inclusive na forma de teorias científicas que defendiam a superioridade de determinadas raças sobre as outras.

O racismo pode se manifestar de forma institucionalizada, mantida e fortalecida pelo Estado de forma direta como no caso do Apartheid na África do Sul, ou de forma indireta, a partir da reprodução de práticas racistas via instituições sociais como ocorre em relatos de violência obstétrica sofrida por mulheres negras no Brasil.

Dentro desse debate, é pertinente recorrer a um estudo publicado em 2008 por Adaszko e Kornblit, os autores realizaram uma grande pesquisa, a nível nacional, junto a 4.971 estudantes argentinos de nível médio com idades entre 15 e 19 anos (com média de 16,2 anos), em 85 escolas públicas de 21 províncias a fim de mapear o nível de aceitação e rejeição desses estudantes com relação a 12 grupos: (1) estadunidenses; (2) orientais – principalmente chineses e coreanos; (3) pessoas de outras províncias argentinas; (4) judeus; (5) árabes; (6) ciganos; (7) paraguaios; (8) bolivianos; (9) peruanos; (10) chilenos; (11) brasileiros e (12) uruguaios.

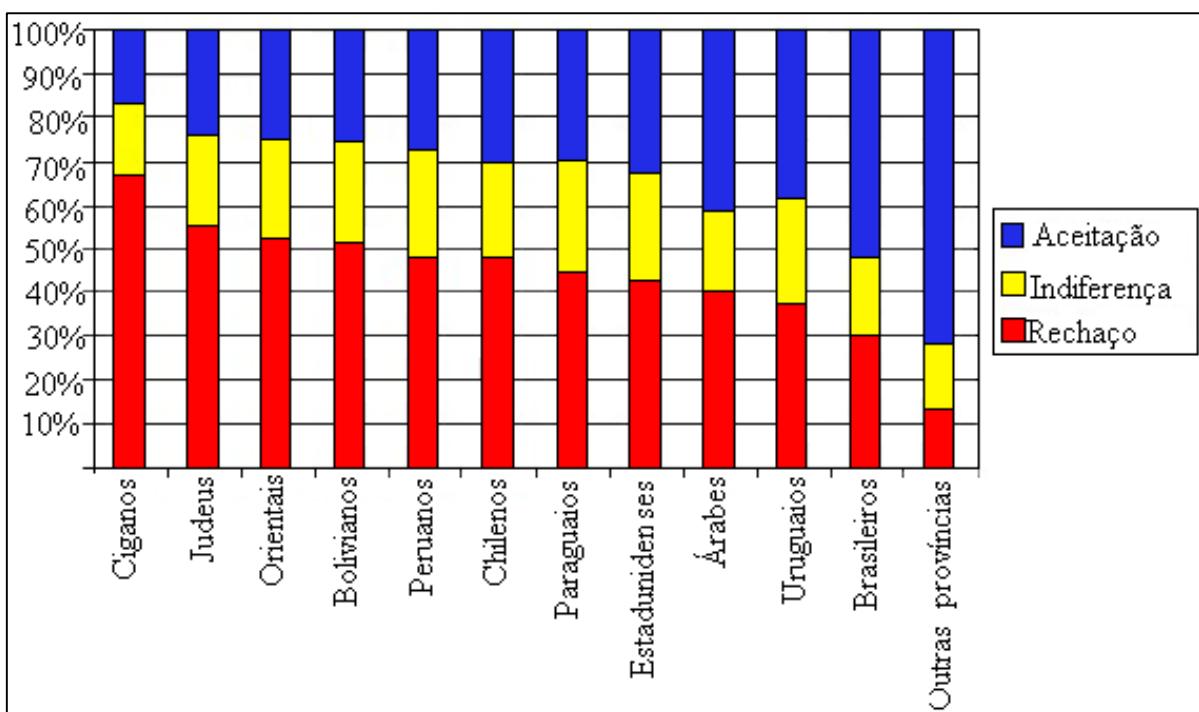
Dos 12 grupos analisados pelos autores, os únicos que demonstraram estar em uma boa posição com relação a aceitação por parte dos jovens argentinos foram os brasileiros e os argentinos oriundos de outras províncias. Com relação aos outros grupos foi possível notar uma posição (em maior ou menor nível) discriminatória e xenófoba, conforme pode ser observado na figura 10:

Figura 10: Aceitação e rejeição dos grupos analisados



Fonte: ADASZKO; KORNBLIT (2008, p. 166 – tradução nossa)

Figura 11: Níveis de aceitação e rejeição dos 12 grupos identitários



Fonte: ADASZKO; KORNBLIT (2008, p. 170 – tradução nossa)

A figura 11 mostra uma boa aceitação de pessoas de outras partes da Argentina e de nacionalidade brasileira, onde é possível afirmar que tem relação com a questão racial, pois no caso dos brasileiros de cor, a maioria tem descendência negra e não indígena, que é a base da discriminação de pessoas de outros países da América Latina. A referida figura mostra que os grupos mais rejeitados são os ciganos, judeus e orientais, a rejeição direcionada aos ciganos, por exemplo, chega a 70%. Os autores explicam que:

A construção de um estereótipo sobre um grupo específico pode prescindir um vínculo direto com esse grupo. Isso fica claro no caso da rejeição a judeus e ciganos, uma vez que existem províncias e distritos onde sua presença é insignificante ou nula e mesmo assim a rejeição está presente mesmo que essas pessoas e grupos sociais que nunca tenham tido contato com esses grupos (ADASZKO; KORNBLIT, 2008, p. 178 – tradução nossa).

Dentre as explicações possíveis, Adaszko e Kornblit (2008) acreditam que a rejeição se deve ao fato de serem grupos com atributos muito específicos em que se criou, no imaginário, estereótipos negativos muito fortes. Com relação ao caso específico dos ciganos, soma-se o fato de que o grupo passou historicamente por dificuldades de integração social graças à existência de uma desconfiança de ambas as partes. Além disso, esses grupos compartilham três traços: (1) a população local percebe seus padrões culturais como muito distantes; (2) São grupos muito fechados em si, característica que pode ser lida como estratégia para manter seus traços culturais e (3) um dos estereótipos que acompanham esses grupos é que eles adotariam práticas desleais e corruptas em atividades comerciais.

Como se sabe, no Brasil foi construído o “mito da democracia racial”, com base em Adaszko e Kornblit (2008) na Argentina ocorreu um movimento similar, no país vizinho há o discurso que a Argentina é um “caldeirão de raças”, porém os autores ressaltam que os processos discriminatórios se fazem presentes.

Nossas entrevistas demonstraram que há uma boa relação entre brasileiros e argentinos, há casos pontuais de xenofobia, mas são poucos e quando ocorrem têm uma relação mais direta com o fato de os brasileiros estudarem nas instituições públicas e não darem, teoricamente, um retorno ao país argentino, há os que defendem que o ensino deveria ser custeado pelos estrangeiros, em outros casos a xenofobia tem relação com um estereótipo acerca da mulher brasileira.

As entrevistadas do Grupo Focal 1 afirmaram não ter experienciado muitos casos de xenofobia:

Quando percebem que somos brasileiras geralmente falam coisas boas do Brasil, uma vez estávamos numa pizzaria rindo e um cara disse que achava muito bonito a espontaneidade e alegria do Brasileiro. Mas já experienciamos coisas ruins, uma vez na fila da universidade a mulher da secretaria me mandou ir para outra fila pois ela não atendia brasileiro, eu fiquei muito mal, muito triste, em compensação a outra moça me tratou super bem, então posso dizer que realmente existe, mas pessoas preconceituosas não são a maioria. (Grupo Focal 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

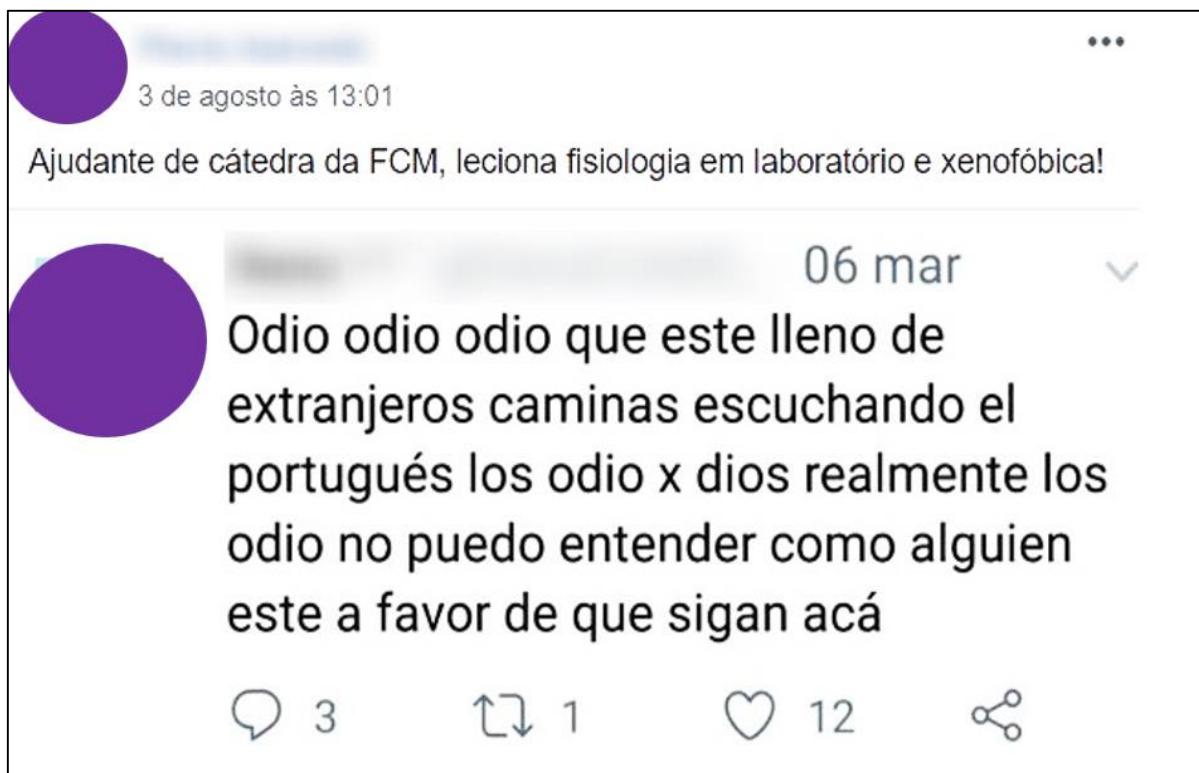
Outra entrevistada do Grupo Focal 1 disse que sofreu racismo em Rosário, mas por parte de um brasileiro, o que a deixou mais triste ainda com a situação.

Durante as entrevistas um dos informantes revelou um caso de xenofobia cometido por uma aluna argentina de medicina que já estava nos últimos anos do curso e atuava como tutora, esse caso ficou famoso, foi exposto no grupo do Facebook “Fala Rosário” e foi possível resgatar as postagens antigas. Esse caso deixou claro que a xenofobia é um mal que se faz presente mesmo quando os brasileiros não observaram e sentiram esse tipo de violência de forma direta. Assim, mesmo que não tenham sido vítimas os migrantes brasileiros pelo menos já ouviram falar ou conhecem alguém que já passou por essa situação.

Com relação ao referido caso eleito para ilustrar uma das formas como a xenofobia se manifesta no dia 03 de agosto de 2018, uma aluna brasileira do curso de medicina compartilhou *prints* do Twitter de uma estudante e monitora argentina da UNR que expressava sua xenofobia com relação aos estrangeiros em especial do Brasil. As mensagens publicadas pela aluna nas redes sociais são explícitas e retratam todo o discurso de ódio presente em atos xenofóbicos.

Na figura 12 a estudante afirma odiar a presença dos imigrantes brasileiros, o ódio que ela relata sentir é tão grande que não suporta nem ouvir a língua portuguesa e ainda questiona o fato de existir pessoas a favor da manutenção desses estudantes em solo argentino.

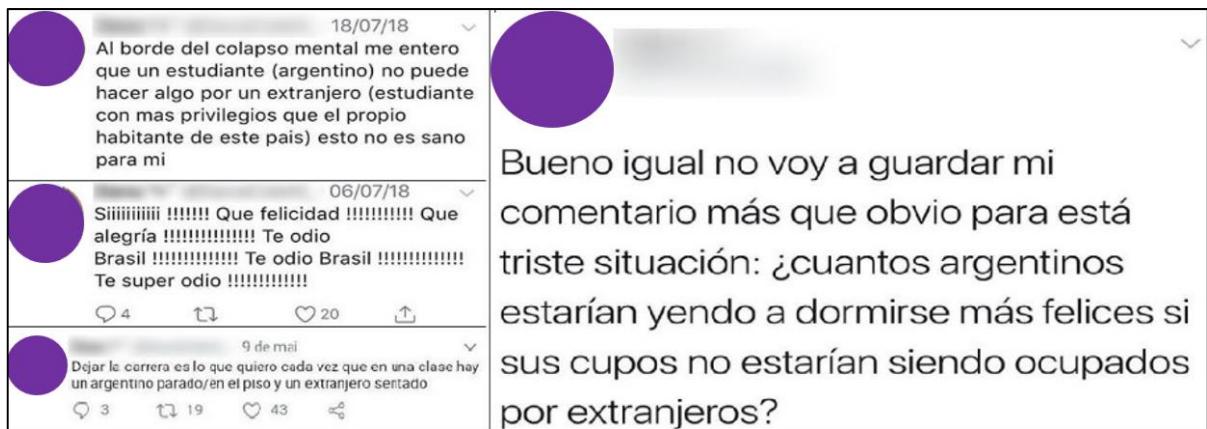
Figura 12: Comentário xenofóbico sobre brasileiros



Fonte: Print de tela – Facebook, 2018

Na figura 13 é possível ver outras mensagens dessa mesma pessoa, mas o que chama atenção nessas imagens é que além de revelar a face preconceituosa dessa cidadã, mostra que esse pensamento é compartilhado por outros argentinos pois essa mensagem foi compartilhada e pelo menos 12 pessoas o marcaram essa postagem com a ferramenta “gostei”. Tão logo quanto isso foi exposto outros usuários brasileiros vasculharam as mídias sociais dessa pessoa e descobriram outras postagens preconceituosas, mostrando que há um histórico nesse tratamento para com estrangeiros.

Figura 13: Comentários xenofóbicos sobre brasileiros



Fonte: Print de tela – Facebook, 2018

Destarte, como se sabe e foi confirmado por esse caso, as violências de cunho xenofóbicos muitas das vezes não são explícitas, ou seja, as injúrias não são proferidas diretamente a vítima, mas estas ocorrem em grupos compostos por membros exclusivamente argentinos, ou de forma subjetiva, por vezes esse pensamento é por vezes compartilhado na *internet*.

As reações dos brasileiros, frente ao caso comentado, foram as mais diversas, desde os que queriam denunciar até os que queriam “deixar quieto”, porém a maioria quis tomar providências e levar a situação até instâncias superiores da Universidade. É importante salientar que não se está generalizando, muitos argentinos não compactuam com esse posicionamento e demonstram ser contra atitudes como esta. Muitos argentinos inclusive comentaram a postagem se desculpando pela atitude dessa moça e afirmando que nem todos pensam assim. Nas entrevistas foi relatado que após a universidade tomar conhecimento do caso a aluna foi punida, pediu desculpas publicamente e apagou os comentários.

É mister salientar que as entrevistas revelaram que a maior proximidade com outros brasileiros não se deve a uma resistência de cunho xenofóbico por parte dos argentinos e sim

por conta, sobretudo, do idioma que muitos não dominam quando chegam e também pelo fato de estabelecerem os primeiros contatos com brasileiros antes mesmo da chegada, construindo uma rede de apoio. Os brasileiros mais antigos sabem e, muitas vezes, sentiram muitas das dificuldades enfrentadas pelos mais recentes, por isso se voluntariam a ajudá-los e acabam estabelecendo relações de amizade. Essa proximidade também tem a ver com a identidade desses migrantes, que Saquet (2015) define como características comuns que identificam determinado grupo e seu território.

Durante as entrevistas cada um tinha pelos menos um caso de xenofobia para contar, alguns de cunho racista, mas o que mais apareceu foi, como já ressaltado, uma essência machista oriunda de uma ideia preconcebida sobre a mulher brasileira, com base em estereótipos que foram disseminados e que, com base no que foi levantado, povoam o imaginário da população argentina.

Com relação aos relatos sobre casos de xenofobia o entrevistado 1 conta um episódio vivenciado por uma amiga:

De vez em quando escuto falar de um caso, ou outro. Já ouvi falarem de uma mercearia aqui perto que costuma cobrar mais caro de estrangeiro, eu ouvi falar de um caso no ano passado (2019) de uma brasileira que foi acusada de roubar um estabelecimento, disseram que o pacote de biscoito que estava dentro de sua bolsa era roubada, mas, na verdade, era dela.

Outro caso aconteceu com uma amiga minha que teve uma experiência bem ruim com um taxista, ele a destratou, falando que brasileiras eram prostitutas e iam para a Argentina roubar empregos (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 4 disse que não se pode afirmar que a xenofobia não existe, mas que ele, pelo menos, não experienciou muitos casos, afirmou que sabe que há relatos de brasileiros que afirmam ter passado por esse tipo de situação, mas ressalta que é importante separar o “joio do trigo”, pois há muitos casos em que o mau tratamento que o brasileiro sofre não é resultado de um ódio ou aversão ao estrangeiro, ele explica que “há casos onde brasileiros ainda não dominam bem o espanhol e tentam falar com argentinos que pelo fato de não entender acabam perdendo a paciência e respondendo mal” (Entrevistado 1, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Ainda com relação à xenofobia, o Grupo Focal 2 revelou duas experiências. A primeira foi vivida por uma das entrevistadas que teve a chave de seu apartamento cancelada após a denúncia de uma vizinha a imobiliária, sua chave foi cancelada sem aviso prévio e com base em uma denúncia, não lhe foi dada a oportunidade de defesa. Com base em seu relato as reclamações eram infundadas, a situação foi revertida, mas a sensação de impotência e o sentimento de tristeza permaneceram, nas suas palavras:

Minha chave foi cancelada depois de uma denúncia de minha vizinha, eu saí de casa e quando voltei não consegui abrir a porta, a situação foi revertida mas foi preciso envolver até o dono do apartamento que constatou que a denúncia era infundada, sou casada, evangélica, nunca fiz festas, não tenho crianças nem animais... eu nem mesmo tinha rádio e televisão, eu saia cedo de casa para estudar e voltava a noite, para mim a única explicação foi o fato de eu ser estrangeira, me senti muito triste e impotente. (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Outra situação aconteceu com a mesma imigrante e se deu em uma repartição pública argentina responsável pela emissão do DNI a estrangeiros. Ela conta que foi maltratada pela funcionária, não foi atendida e foi mandada embora, na sua opinião “eles acham que somos leigos e que tudo que fazem, como nos atender, é um favor, muitos têm uma visão positiva sobre nossa presença aqui, mas outros resistem em nos aceitar e muitas vezes nos trata mal, encontramos muitas pessoas boas que nos ajudaram, mas esses casos marcam mais pois nos machuca” (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Para a entrevistada 2 os brasileiros que afirmarem não existir xenofobia na Argentina, não está de fato inseridos na sociedade, para ela a xenofobia existe e é cotidianamente experienciada pelos imigrantes latino-americanos, no entanto ela acredita que a xenofobia direcionada a Brasileiros é mais branda quando comparada a sofrida por outros imigrantes como os chilenos que não são bem aceitos por conta da guerra das Malvinas onde o Chile apoiou a Grã-Bretanha.

Para ela (entrevistada 2) o brasileiro tem a seu favor o poder aquisitivo, relativamente maior quando comparado a outros imigrantes nas suas palavras:

Na minha opinião xenofobia é pior com outros imigrantes, eu digo isso pois tenho amigos que são de outras nacionalidades e já passarem por situações piores, os brasileiros têm a seu favor a questão econômica, quando ele vem para cá, aluga apartamento, tem plano de saúde, gera renda, com o chileno por exemplo, já tem algo histórico e cultural (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A entrevistada 2 conta ainda que assim que foi morar no bairro onde reside atualmente sempre era seguida e observada por seguranças de um mercado, teve um dia em que ela ficou tão incomodada que indagou o segurança o motivo de estar sendo seguida. Ela afirma que só depois de quase um ano frequentando os estabelecimentos locais os comerciantes passaram a tratá-la de forma respeitosa. “Hoje em dia eles nos cumprimentam e sorriem, mas no começo eram muito desconfiados, sem motivo algum a não ser o fato de eu ser brasileira” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 3, por sua vez, ressalta que nunca presenciou, mas confirma que há um estereótipo do brasileiro parecido com o que relatou as entrevistadas.

Então eu sou gay, tinha terminado meu relacionamento antes de vir para o Brasil, estou aqui solteiro, hoje em dia com esses aplicativos de relacionamento fica muito mais fácil conseguir parceiros casuais, só para sexo mesmo [risos], assim que eu cheguei aqui recebi um monte de mensagem, percebi que o fato de eu ser brasileiro não diminuiu o interesse, muito pelo contrário, teve dois caras que eu fiquei que disseram que queriam “experimentar” um brasileiro, eles usam este termo mesmo. Acho que eles têm uma ideia bem específica acerca do brasileiro e nem sempre a gente se enquadra nesse padrão que eles esperam que pelo que eu percebi seria uma ideia que todos os brasileiros são alegres e bons de cama. (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Um dos caminhos para combater a xenofobia é desconstruir a ideia de que os imigrantes só se apropriam das benesses do país de destino sem dar nada em troca, é importante mostrar o impacto econômico local positivo, bem como o enriquecimento cultural da cidade e da instituição de ensino. Di Lorenzo (2013), por exemplo, tem uma visão positiva da migração de estrangeiros para o estudo nas universidades argentinas, segundo a autora, dentre os pontos positivos pode-se citar: (1) o fortalecimento institucional; (2) o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem em aulas com alunos de outros países e (3) a mobilidade estudantil dá destaque internacional a universidade argentina.

Com base no que foi exposto até este ponto fica claro que a xenofobia possui muitas causas e consequências. Em uma sociedade de maioria branca, como a argentina, atitudes xenófobas podem ter essência racista, no entanto, é preciso aprofundar os estudos. O que de fato apareceu, com mais frequência durante as entrevistas, foi uma xenofobia de base machista e a relacionada com a questão do acesso ao ensino público.

As entrevistas mostraram que em geral a sociedade argentina não tem um perfil xenofóbico corroborando com a análise de Adaszko e Kornblit (2008) que mostrou que os brasileiros estão entre as nacionalidades mais bem-aceitas. O fato de a xenofobia não ser considerada um grande problema pelos entrevistados não quer dizer que ela não exista, todos os entrevistados, mesmo aqueles que nunca sofreram esse tipo de violência na pele conhecem pelo menos uma pessoa que já passou por isso. Por fim, é mister ressaltar que a universidade possui dispositivos para denunciar esse tipo de caso.

3.3. MULHER E IMIGRANTE: IMPLICAÇÕES DE UMA VIVÊNCIA INTERSECCIONADA

Nossa pesquisa assumiu um caráter qualitativo e as entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada com questões abertas que permitiam seguirmos por diferentes caminhos. Tendo em vista as diferentes vivências de cada imigrante, essa postura foi fundamental, pois durante as conversas surgiam temas e questões que não teriam sido contempladas com um questionário composto por perguntas fechadas, um exemplo disso foi a questão referente às dificuldades específicas da mulher migrante, ou seja, a pesquisa fortaleceu a ideia de que opressões se somam e se interseccionam, a experiência da mulher é diferente da do homem, ela sofre opressões que não se restringem a sua condição de imigrante, mas também a de mulher.

Ao tratar da questão da mulher imigrante consideramos pertinente falar sobre a interseccionalidade, discutidos por várias autoras, mas que tem como uma de suas principais representantes Kimberlé Crenshaw. Apesar de seus textos focam na interação entre gênero e raça a autora deixa claro que esse conceito visa compreender a interação entre dois ou mais eixos da subordinação, nas suas palavras: “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, p. 10).

Pensadores que se dedicam a estudar as convergências entre a questão racial e de gênero no Brasil também tem empregado o conceito de Interseccionalidade, dentre os quais é possível citar Ribeiro (2016) que nos lembra que quando se fala sobre o feminismo negro se considera opressões que se combinam e se cruzam, ela nos lembra que mesmo sofrendo com a normas do patriarcado a posição que a mulher branca e a negra ocupam na sociedade são diferentes. “Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

Para a Geografia considerar as interseccionalidades nas análises também é pertinente, pois como argumenta Silva e Ornat (2017) diferentes facetas identitárias podem produzir diferentes experiências espaciais, abrindo uma possibilidade para compreender melhor a condição do migrante nos mais diversos contextos, uma vez que as particularidades de cada migrante fazem com que os privilégios, ou opressões, que os atinge potencialize as dificuldades de reterritorialização.

Muitos dos textos que analisam o fenômeno das migrações, sobretudo os que buscam respaldo nos princípios histórico-estruturais, concebem o imigrante como um grupo composto por indivíduos homogêneos, o que na realidade não se aplica. Dependendo de determinadas características como raça, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros, o imigrante pode também enfrentar outras dificuldades inerentes a essas variáveis e que necessitam ser problematizadas.

Como sinalizado, a interseccionalidade é um conceito importante para compreender as dificuldades de reterritorialização migrante, mas também pode ser uma concepção para compreender as forças que fomentam a emigração. Mesmo se pautando em teorias explicativas que reforçam a questão econômica e consideram a necessidade de reinserção profissional como o principal motivo para a decisão de emigrar, não se deve perder de vista o fato de que muitos migram por outros motivos como a perseguição religiosa ou por conta de sua sexualidade, pois como se sabe em muitos países sexualidades que destoam da heteronormatividade são criminalizadas e em alguns casos a sentença é a pena de morte.

A importância da interseccionalidade na Geografia é exemplificada por Silva e Ornat (2017) quando analisam a realidade de imigrantes LGBT que passam a viver em espaços mais tolerantes a suas sexualidades heteronormativamente dissidentes, mas acabam experimentando outras situações de opressão que não haviam sentido até então.

Além disso, mesmo que questões como o gênero, a raça, etc., não tenham influência na decisão de migrar e ela de fato ocorra unicamente pela necessidade econômica e de recolocação no mercado de trabalho, na sociedade que recebe, o imigrante suas especificidades serão consideradas e terão influência nas dinâmicas de inserção e integração social bem como no período de permanência.

Além da interseccionalidade Crenshaw (2002) nos aponta outros termos importantes para a análise que nos propomos, se trata da **superinclusão** e **subinclusão**. A superinclusão é o ato de elencar uma característica comum a alguns membros de um grupo e colocá-la como se fosse vivenciada por todos, sem especificar que dentro deste grupo há indivíduos com mais riscos de sofrer determinadas violências que os demais. Destarte, as especificidades interseccionais são diluídas, é valorizado um único fator como responsável pela dinâmica discriminatória enfrentada pelo grupo, se concebe que todos os membros de um grupo vivenciaram esse problema da mesma forma.

Já a subinclusão ocorre quando membros de um mesmo grupo, por exemplo de imigrantes, entendem que a subordinação resulta exclusivamente de sua condição como migrante, invisibilizando demais questões como gênero, raça, sexualidade, entre outras.

Nesse sentido, é preciso tomar cuidado para não negligenciar dentro de um grupo, indivíduos que vivenciam outras formas de opressão. A subinclusão é comum em trabalhos sobre migrantes, já que as particularidades de experiências de opressão de mulheres, LGBTs, negros, entre outros, são dissolvidas na categoria migrante, sem reconhecer a homofobia ou outras formas de discriminação.

Nossa pesquisa mostrou que a opressão de gênero é um tema necessário e sua pertinência ficou mais nítida em uma das entrevistas que me fez pensar em mudar o foco do trabalho e buscar entrevistar somente mulheres para compreender com mais profundidade a questão de gênero, infelizmente frente a dificuldade em conseguir entrevistas optamos por manter o projeto inicial, mas é importante deixar claro desde este momento que o estudo das migrações de brasileiros para o estudo em países latino-americanos mas com foco nas vivências das mulheres é um tema muito pertinente e promissor que ainda não foi analisado.

Uma das imigrantes entrevistadas (entrevistada 2) relatou as dificuldades de migrar com um filho pequeno, pois isto envolvia, além dar conta dos estudos, educá-lo e prover seu sustento. Essa realidade se mostrou um desafio muito grande, ao entrar em contato com histórias como a dela podemos pensar “esta mãe é uma guerreira”, no entanto a entrevistada dispensa este título, afirma que mulheres que são mães solo e ainda precisam trabalhar e estudar não são guerreiras, na verdade são mães sobre carregadas que tem de dar conta de parte da responsabilidade que seria do pai.

Ela nos conta que passou e ainda passa por muitas dificuldades, não só com relação aos estudos, mas por conta de sua condição de mãe solo que após o divórcio cuida do filho sem o apoio do pai. As maiores adversidades encontradas foram no começo, pois teve muitas dificuldades financeiras a ponto de ter que dormir no chão, ela nos conta que tinha no Brasil uma vida confortável e tudo mudou quando migrou para Argentina, teve que começar a fazer faxina, mas graças a isto conseguiu se reerguer e se estabilizar no país vizinho.

Relatou que no começo a comunidade brasileira foi muito importante e lhe deu apoio, conseguiu vários trabalhos de faxina e algumas doações, segundo ela: “No primeiro ano que eu estive aqui passei nas festas de final de ano, eu e minha mãe passamos comendo uma lasanha fria, este ano fiz diferente, fiz questão de fazer um banquete e convidou vários amigos para comemorar e compartilhar” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Como visto no trecho acima a entrevistada além de ter levado o filho foi com sua mãe e a avó. Ela expôs que o pai foi contrário à sua decisão de migrar e isso fez com que ela não se sentisse confortável em pedir ajuda financeira quando necessitou, buscando sempre resolver os problemas por conta própria. “Meu pai me disse 'você não está indo sozinha, está indo com um

filho pequeno', de certa forma ele tinha razão, eu sou diferente da maioria de quem vem pra cá que é sozinho, solteiro e recebe ajuda da família e a única preocupação é estudar, o fato de ele ter sido contrário fez com que eu não tivesse coragem de ligar para ele e pedir dinheiro quando eu precisei, eu pensava comigo mesma 'você vai ter que dar conta de tudo sozinha'" (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Como se toda essa situação já não fosse o suficiente, ela relata ter sofrido diversos assédios, oriundos principalmente de homens argentinos no período que trabalhava na limpeza de suas casas. Ela deixa claro que quando diz que a maioria dos casos de assédio vem de homens argentinos não está dizendo que os argentinos tem essa falha de caráter, ela diz que acredita que em qualquer país a mulher imigrante é vítima de assédio, seja na Argentina, Brasil ou qualquer outro país, pois as sociedades são machistas e as mulheres ainda são vistas como cidadãs de segunda categoria. Assim, ao somar a condição de mulher e imigrante os homens se sentem mais confortáveis em expressar sua masculinidade tóxica que pode se manifestar de várias formas, dentre elas o assédio.

Teve vários casos que os caras ficavam me olhando enquanto eu trabalhava, teve uma vez que eu estava lavando o banheiro e dono da casa ficou me olhando de um jeito que me deixou tão desconfortável que eu tinha que trabalhar com a porta trancada, esses olhares de fato tinham segundas intenções pois eles me ofereciam para ficar depois do trabalho, tomar vinho com eles... Já recebi até proposta de programa, eles devem pensar que pelo fato de eu ser mãe solo e ser imigrante vou aceitar fazer qualquer coisa em troca de dinheiro e não é assim (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Essa questão também apareceu entre as mulheres que compunham o Grupo Focal 2, para elas se construiu no imaginário dos estrangeiros, entre eles o argentino, a visão de que a brasileira é uma mulher fácil, diversas imigrantes relataram experiências ruins como serem questionadas se se prostituem e qual o valor pago. Uma das participantes do grupo focal 2 disse:

Eu trabalho e estudo, sou casada e evangélica, nunca ando de roupas curtas e mesmo assim passei por uma situação em que me perguntaram se eu era prostituta, só pelo fato de eu ser brasileira, o engraçado desta questão é que muitas argentinas andam com roupas mais curtas que eu e eles não fazem esse tipo de pergunta para elas, porque fazem para mim então? É só pelo fato de eu ser brasileira porque motivo para isso eu nunca dei (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Ainda com relação ao machismo cotidianamente enfrentado, ela conta experiências onde sua fala só é validada quando outro homem a apoia, ela nos conta uma de suas experiências:

Eu estava no ponto junto de minha mãe e dois amigos, um deles homem, estávamos esperando um ônibus e ele não passou, por conta disso decidimos pegar um táxi, questionei o motorista se ele sabia o motivo de o ônibus não ter passado e ele disse

que eu estava equivocada, segundo ele não passava ônibus naquela rua, eu insisti pois quase todos os dias utilizava o transporte público e mesmo assim insistiu que eu estava errada. Ele foi tão inflexível que resolvi me calar, logo em seguida meu amigo, o único homem no carro disse que eu estava correta, o motorista então o ouviu e finalmente acreditou que o ônibus passava naquela rua, eu fiquei muito incomodada, pode parecer algo bobo, mas mulheres cotidianamente enfrentam isso, só somos validades se estivermos ao lado de um homem (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A entrevistada 2 também reclama do estigma sobre as mães solas, tanto entre brasileiros quanto argentinos, que vem desde o passado e ainda é socialmente disseminado. “Ainda existe muito preconceito sobre a mãe solo, a culpa de tudo é sempre dela, foi ela que não conseguiu manter o casamento, alguns ainda pensam que a mãe solo foi uma promíscua que transou com vários homens e nem sabe quem é o pai do filho, é muito difícil enfrentar esse tipo de preconceito, só eu sei pelo que eu passei” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Outra questão que ela traz à tona é o fato de que muita gente pensa que a partir do momento que uma mulher se torna mãe ela tem que abdicar de seus sonhos e viver unicamente para seu filho. “A sociedade pensa que a partir do momento que você se torna mãe não pode mais sonhar, o que você tinha que fazer era antes, depois da maternidade sua única preocupação é o seu filho” (Entrevistada 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A entrevistada 2 também relata que durante o período em que esteve na Argentina descobriu que sua avó tinha câncer, isto fez com que ela tivesse que deixar a faculdade em segundo plano para trabalhar para pagar o tratamento de sua avó.

Minha avó não falava espanhol então era eu que a acompanhava nas consultas e trabalhei para pagar o tratamento dela, eu a acompanhava e pagava consultas, exames, tratamento, cirurgia, tudo, por conta disso não consegui nem renovar minha precária e o estudante que está com a precária vencida não pode fazer as provas orais e a universidade não quer nem saber de seus problemas, não abre exceções, eu infelizmente perdi e tive que esperar a outra chamada.

Quando questionada se acredita que seu filho terá mais oportunidades se crescer na Argentina ela diz que o lugar onde cria seu filho é indiferente, pois seu objetivo sempre será fazer o possível para que ele tenha todas as oportunidades que ela não teve.

Com base no que foi exposto na presente pesquisa, é possível concluir que os dissabores e dificuldades cotidianamente enfrentadas pelos imigrantes é onerada quando se soma a sua condição de estrangeiro outras características inerentes a sua existência como a raça, gênero, sexualidade, entre outros.

No caso específico por nós analisado, além de ser uma mulher imigrante a protagonista de nossa história é uma mãe solo, que além de lidar com as difíceis responsabilidades diárias

de se dedicar a carreira de medicina, que exige muitas horas de estudo, tem que se preocupar com o bem estar de seu filho. As (o)pressões, sobretudo relacionadas ao gênero, se somam e tornam a caminhada da entrevistada 2 mais difícil, demandando recorrentes estratégias de resistência a fim de assegurar não só a permanência, mas de seu filho, que depende exclusivamente da mãe.

Certamente a história da entrevistada 2 não é a única, isso porque ainda estamos sob a égide de uma sociedade historicamente construída dentro de um modelo machista e patriarcal que valoriza a ideia de masculinidade hegemônica, colocando, normatizando e naturalizando a mulher como inferior e sujeito de segunda classe. Neste contexto, a análise do fenômeno migratório, a partir da lente de gênero, pode nos revelar diferentes formas de opressão ao qual mulheres imigrantes são cotidianamente submetidas, é, portanto, fundamental ampliar essas pesquisas a fim de mapear essas opressões para denunciá-las e atacá-las de forma mais eficaz.

É mister salientar que se por um lado as mulheres estão submetidas a um contexto opressor, por outro há a resistência, a história mostra que as mulheres não aceitam a submissão de forma passiva e cada vez mais estão se fortalecendo e se apoiando a fim de corroer as rígidas e opressoras estruturas de gênero. A internet vem desempenhando papel fundamental, mas disseminação do pensamento feminista e as pesquisas nesse campo vem se ampliando, como é possível observar na Geografia.

Neste sentido, convém lembrar Foucault (2000) pois a partir dele entendemos que nos espaços onde há relações assimétricas de poder há a possibilidade de resistência daqueles que estão em posição subalterna, o autor diz que “[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2000, p. 241).

A partir dos episódios apresentados entendemos melhor a forma como o poder se manifesta em sociedade machistas. Neles, pelo simples fato de os opressores serem homens e gozarem de privilégios sociais de gênero, eles se sentem em condições de submeter corpos femininos, lidos como inferiores na estrutura de poder na hierarquia de gênero. Essa concepção foi social e historicamente construída e disseminada e ainda é interiorizada e naturalizada, muitas vezes de forma inconsciente, repercutindo em diversas formas de opressão. É como se o simples fato de serem homens lhe concedesse o poder sobre as mulheres (e aqueles que não se enquadram no padrão hegemônico de masculinidade), exemplificando, portanto, as palavras de Foucault (2000, p. 175) quando diz: “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas

se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

No próximo item, será abordado um dos impactos positivos da migração brasileira na economia local, tendo como foco principal a influência dessa população no mercado imobiliário.

3.4. O IMPACTO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE ROSÁRIO

O espaço urbano nas sociedades capitalistas é complexo por si só, no caso de Rosário, ao receber com mais frequência os estudantes brasileiros, dos quais boa parte se sustenta com remessas mensais em real do Brasil, um novo ator social foi inserido, que vem interferindo na dinâmica urbana, sobretudo no mercado imobiliário.

Com base em Corrêa (1989) entendemos que o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado. Os diferentes usos do solo mantêm relações entre si, essas relações podem ser visivelmente apreendidas por meio dos fluxos diários de mercadorias, pessoas, veículos, etc., mas nem sempre são visíveis como no caso dos salários, juros, relações de poder, renda, entre outros. Além disso, o autor considera o espaço urbano um reflexo da sociedade que reflete as diferenças de classes, a cidade capitalista é, portanto, desigual. O espaço urbano de uma cidade capitalista para Corrêa é um produto social “[...] resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Para o autor, os agentes sociais que produzem o espaço urbano são: (1) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (2) os proprietários fundiários; (3) os grupos sociais excluídos; (4) o Estado e (5) os promotores imobiliários. Esses agentes são concretos e sua intervenção leva a uma constante reorganização espacial. Além disso, a ação desses sujeitos é legal, se dá dentro de um marco jurídico, que não é neutra e favorece os interesses dominantes. No caso dos capitais industriais, financeiros e imobiliários, embora haja divergências de interesses há, também, um ponto de convergência, o interesse na renda da terra. Nesse sentido, o autor nos lembra que no atual estágio do capitalismo esses capitais (industriais, financeiros e imobiliários) podem estar fundidos.

Em convergência com essa leitura, Maricato (2013) define a cidade como um grande negócio tanto para os capitais produtores quanto para os que lucram com a exploração de rendas, juros e lucros, essa concepção capitalista da cidade produz uma apropriação desigual, porque a renda imobiliária tem relação com os atributos de determinada localização.

Segundo Singer (1980) a propriedade privada do solo urbano por si só gera renda que se assemelha ao capital, mas não o é. Para o autor o valor da propriedade está relacionado à renda proporcionada, capitalizada a determinada taxa de juros, assim “O ‘capital’ imobiliário é, portanto, um falso capital. Ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua

valorização não é a atividade produtiva e sim a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade" (SINGER, 1980, p 77 – 78).

A questão de os lucros oriundos da exploração imobiliária ser renda e não capital fica mais evidente quando Singer (1980) explica a questão da definição dos preços.

Ao contrário dos mercados de produtos do trabalho humano, em que os preços giram ao redor de uma média constituída pela soma dos custos de produção e da margem de lucro capaz de proporcionar a taxa de lucro média sobre o capital investido, os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinado pelo que a demanda estiver disposta a pagar. (SINGER, 1980, p. 79)

Portanto, com base em Singer (1980) o mercado assume papel fundamental no uso do solo ao formar o preço da mercadoria, que nesse caso, é o direito de uso, seja por meio da compra ou do aluguel. O autor reafirma o tratamento do solo urbano enquanto mercadoria nas cidades capitalistas quando explica que mesmo na pior localização, o espaço urbano é comprado ou alugado.

Os grandes capitalistas, **donos dos meios de produção**, para Corrêa (1989) são grandes consumidores do espaço urbano, o espaço é necessário, tanto como suporte físico das atividades, quanto como forma de escoamento da produção por conta da infraestrutura. Singer (1980) chama atenção ao fato de que as demandas do capital produtivo variam de acordo com características como o tamanho e a área de atuação. Enquanto os grandes capitalistas industriais, que atuam em escalas regionais e/ou nacionais, ocupam grandes áreas e necessitam de uma rede de infraestrutura, para os pequenos a localidade tem papel de destaque, esses capitalistas necessitam estar próximos do comércio que distribui seus produtos.

Os **proprietários fundiários** têm interesse na expansão da cidade a partir da conversão de solo rural para urbano. Esse tipo de capitalista também tem uma relação mais íntima com o Estado, sobretudo na escala municipal, esses atores podem, por exemplo, pressionar e interferir nas leis de zoneamento e uso do solo. Além disso, há casos em que esses capitalistas têm suas terras valorizadas por receberem infraestrutura via investimento público. A ocupação dessas novas áreas pode ocorrer de duas diferentes formas: (1) a urbanização de status e (2) a urbanização popular (CORRÊA, 1989).

A urbanização de status, é oportunizada quando o proprietário fundiário possui terras valorizadas por amenidades físicas como o mar, uma lagoa etc.; esses capitalistas podem pressionar o Estado para receber infraestrutura, valorizando a terra, como já apontado. Nesse caso, esses atores podem atuar como promotores imobiliários, loteando, construindo e vendendo casas de luxo e criando bairros seletivos. A urbanização popular se dá quando o capitalista detém terras em áreas mal localizadas e sem amenidades físicas, essas características,

atreladas a outras como a distância do centro, não atrai grupos socioeconomicamente privilegiados, esses capitalistas então empreendem somente o loteamento, com o mínimo de infraestrutura necessária, não há o interesse em atuarem como promotores imobiliários, as casas são construídas com financiamento do Estado ou por autoconstrução (CORRÊA, 1989).

No capitalismo, a habitação é um bem cujo acesso é seletivo, nesse cenário surgem os produtores do espaço urbano, denominados por Corrêa (1989) de **grupos sociais excluídos** que são aqueles que têm dificuldades para conseguir acesso à habitação. Para essas pessoas resta a moradia em cortiços densamente ocupados, conjuntos habitacionais financiados pelo Estado, casas autoconstruídas na periferia e as ocupações em áreas consideradas inadequadas. Para o autor é nas ocupações de terrenos públicos e/ou privados que essas pessoas se tornam efetivamente modeladores do espaço urbano, essa intervenção no espaço é marca da resistência e ao mesmo tempo estratégia de sobrevivência às adversidades socialmente impostas.

Corrêa (1989) empreende análise acerca da atuação do **Estado** capitalista na organização espacial da cidade, com base no autor, o Estado assume uma postura complexa, assumindo papel similar à de outros atores.

Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. Assim, ao implantar uma refinaria de petróleo, o Estado está organizando diretamente o espaço urbano, ao mesmo tempo que interfere, dada a natureza da atividade industrial, no uso da terra das áreas próximas. As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociação com outros agentes sociais. Através de órgãos como a COHAB, por outro lado, o Estado torna-se promotor imobiliário. (CORRÊA, 1989, p. 24)

Singer (1980) comprehende o Estado como importante ator na definição do preço do solo urbano, essa interferência ocorre quando o Estado disponibiliza serviços urbanos fundamentais tanto para o funcionamento das empresas quanto para o dia a dia da população. As transformações no espaço e consequentemente no preço do solo são aproveitadas pelos especuladores.

Por fim, os promotores **imobiliários** para Corrêa (1989) são aqueles que realizam (parcial ou totalmente) as seguintes operações: (1) Incorporação; (2) financiamento; (3) estudo técnico; (4) construção ou produção física do imóvel e (5) comercialização. Dentre as possibilidades de atuação citadas, levando em conta o objetivo central do presente trabalho, o foco da discussão recairá sobre o processo de comercialização, já que é nele que atuam as imobiliárias que alugam as propriedades ocupadas por estudantes/migrantes brasileiros em Rosário.

Maricato (1997) defende que os capitalistas, de forma geral, têm interesses comuns em relação a cidade que seriam e estão relacionados às condições que o espaço urbano oferece para o desenvolvimento de atividades que dependem do comércio, atividades financeiras e da relação com outras atividades produtivas, por conseguinte o mercado imobiliário possui interesses específicos conforme sublinha a autora:

Há um setor do capital, no entanto, para o qual a cidade não interessa apenas como local da produção e da troca, mas como o próprio objeto de extração de rendas, lucros e juros. Para o capital imobiliário a mercadoria a ser vendida é a própria cidade, isto é, são seus edifícios com suas localizações específicas; em outras palavras, são seus edifícios com suas vizinhanças e oportunidades (MARICATO, 1997, p. 44).

Como visto anteriormente, os interesses divergentes dos atores capitalistas que atuam no espaço urbano podem em algum momento gerar conflito e com base em Maricato vimos que há no espaço urbano aqueles que visam auferir lucro a partir da renda, nesse sentido, para Corrêa os capitalistas donos dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, comumente entram em conflito com aqueles que lucram com a cidade a partir da especulação, ao onerar o preço da terra os custos para a expansão dos proprietários dos meios de produção também ficam mais caros. Além disso, o aumento do preço da terra gera pressão da classe trabalhadora por aumento de salários. Assim:

A especulação fundiária não é assim de interesse dos proprietários dos meios de produção. Interessa, no entanto, aos proprietários fundiários: a retenção das terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre os proprietários industriais e fundiários. (CORRÊA, 1989, p. 14)

Segundo Corrêa (1989) geralmente o conflito é resolvido com a intervenção do Estado que privilegia os capitalistas donos dos meios de produção.

Destarte, o espaço urbano é marcado por conflitos e um jogo de forças entre diferentes atores sociais, sendo os capitalistas os que interferem de forma dominante na sua organização graças ao seu poder econômico, que faz com que tenham voz inclusive em âmbito político. A partir do momento que os brasileiros chegam em um país que enfrenta uma séria crise econômica e que inclusive tem o mercado imobiliário como um dos setores que mais sofre, essa população terá de lidar diretamente com os interesses do setor, tendo sua experiência reterritorializadora marcada pelos interesses do capital que atuam na cidade.

Nos últimos anos a Argentina enfrenta grandes desafios na economia que repercute em vários setores dentre eles o mercado imobiliário, a fim de compreender melhor essa dinâmica, na qual os migrantes brasileiros estão inseridos, buscamos o contato direto com um agente imobiliário, um profissional que está de fato inserido nessa lógica e pode nos dizer a partir de

sua experiência concreta como funciona o setor na Argentina. Buscamos estabelecer contato com vários agentes dos quais somente um respondeu, ele é responsável por uma imobiliária em Rosário e gentilmente respondeu nossas questões. A entrevista aconteceu de forma remota (e-mail) no dia 13 de fevereiro de 2020.

Quando entramos em sites de imobiliárias argentinas, é comum observar que a maioria das residências à venda são anunciadas em dólar, o entrevistado nos explicou que essa prática é comum, atualmente a maioria das transações imobiliárias são realizadas na moeda americana, ele explica que não se trata de uma situação recente na verdade essa prática tem pelo menos 25 anos e varia em momentos em que a economia apresenta sinais de instabilidade, no entanto, ele afirma que essa instabilidade e credibilidade na economia não dura muito tempo, nas suas palavras essa prática é contranatural, se deveria comprar e vender em pesos, mas isso é resultado “da falta de empréstimos hipotecários e da instabilidade financeira da nossa economia” (Agente imobiliário entrevistado, Fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Perguntamos se em uma situação hipotética uma pessoa queira comprar uma propriedade na Argentina, quais tipos de financiamento existem e se eles se estendem a população estrangeira como os migrantes brasileiros, ele nos respondeu que as opções de créditos são muito escassas inclusive para argentinos e que, em média, do total de propriedades vendidas nos últimos anos, apenas 7% das transações foram efetuadas a partir de créditos hipotecários, com relação aos estrangeiros disse não saber se o crédito se estende a eles.

Em 2019 foi eleito o novo presidente da Argentina, Alberto Fernández, um político de esquerda, frente a essa nova realidade questionamentos como o mercado reagiu a essa eleição e se ele acredita que o mercado imobiliário se fortalecerá em sua gestão, ele nos respondeu que é importante ressaltar que nos últimos dois anos o mercado imobiliário retrocedeu cerca de 35%, assim a eleição de um novo presidente não foi algo que gerou grandes expectativas.

Averiguamos se mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo mercado imobiliário ainda há investimentos em grandes projetos imobiliários, o entrevistado respondeu que os empreendimentos de grande envergadura estão se desenvolvendo em ritmo lento.

Quando questionado sobre as especificidades do mercado imobiliário de Rosário ele disse que pelo fato de a cidade estar em uma região com destaque no setor agrícola e pecuária boa parte dos lucros desse setor são direcionados na compra de imóveis.

Na entrevista ficou claro que o aluguel de residências para estudantes brasileiros é muito comum, a maior parte dos contratos são fechados por estudantes do sexo masculino. Essa dinâmica ficou mais intensa nos últimos cinco anos e as propriedades mais procuradas são apartamentos próximos a universidade, sobretudo da Faculdade de Ciências Médicas, esses

apartamentos são geralmente compartilhados entre dois ou três estudantes e o aluguel fica em torno de 10.000 pesos¹² ao mês e os contratos têm duração de entre 12 e 18 meses (média).

Com relação às exigências para alugar, ele afirmou que não há diferenças entre brasileiros e argentinos no que tange aos pré-requisitos exigidos para o ingresso que são garantias proprietárias, no caso dos brasileiros como muitos não são residentes há a opção de fazerem depósitos utilizados como uma espécie de seguro. Afirmou que os brasileiros costumam ser bons pagadores, mas que isso não quer dizer que tenham privilégios quando comparados a outros imigrantes, portanto presume-se que os estudantes em geral, migrantes ou não costumam arcar com os compromissos.

O entrevistado informou que os brasileiros dinamizam o setor imobiliário, mas pelo fato de Rosário ser uma cidade com muitas universidades, recebe, portanto, muitos estudantes de todo o país, dando a entender que na realidade a dinamização não ocorre unicamente pelo público brasileiro e sim pelos estudantes migrantes em geral.

Se de um lado há os estudantes brasileiros que buscam na cidade um local para viver com condições mínimas para permanecer durante os anos em que se constroem enquanto profissionais, de outro há os agentes imobiliários que vem na demanda por moradia desses sujeitos uma oportunidade de mercado para ser explorada e lucrar, conforme descreve Maricato (1997),

Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses veem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Estes encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trava na cidade pela apropriação da renda imobiliária é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído (MARICATO, 1997, p. 44).

Os estudantes brasileiros aparecem como um novo ator, passível de serem explorados por aqueles que detêm a posse da propriedade privada, o fato de os brasileiros, na grande maioria, receber remessas mensais de seus familiares para se manter fazem dessa população um grupo segmentado e alvo do mercado que em meio à crise econômica que a Argentina vem enfrentando vão buscar se apropriar de parte da renda do migrante.

O fato desses estudantes viverem próximos à faculdade de Medicina, bem como o fato de morarem no centro não é uma mera escolha impensada, ela é motivada por dois fatores principais, o primeiro se refere à configuração espacial e o segundo a uma configuração social.

¹²De acordo com a cotação do dia, o valor do aluguel em reais seria de aproximadamente R\$ 714,00.

No primeiro caso o fato de viverem no centro, ou nas proximidades da região central, faz com que tenham acesso a uma série de benesses urbanas como: um comércio diversificado, melhor mobilidade urbana, acesso a serviços públicos, principalmente de saúde e educação, entre outros. Para os imigrantes que chegam e não conhecem a cidade, o centro é eleito como o local mais seguro para procurar uma residência para se estabelecer, o local acaba sendo, pelo menos no primeiro momento, mais importante do que a estrutura da residência. Durante as entrevistas foi possível saber de casos, que muitos brasileiros, ao chegar na cidade, preferem ficar em uma residência estudantil, sem tanta comodidade e privacidade, do que procurar uma residência na região da periferia ou em outros municípios da região metropolitana, que teria um valor de aluguel menor que as quitinetes no centro de Rosário.

Se a questão da localidade é importante para a população ela se torna um fator que onera os preços das propriedades urbanas e é utilizada como variável fundamental para os capitalistas obterem mais renda, a questão da localidade, muitas vezes, se torna fator mais importante do que a estrutura da habitação. Singer (1980), por exemplo, rebate a ideia de que o valor da propriedade é determinado pelas benfeitorias, elas podem de certa forma interferir, mas o valor é oriundo da própria propriedade, o autor defende seu argumento com base no fato de que há imóveis com as mesmas benfeitorias e preços de mercado diferentes, em alguns casos o preço dos imóveis está inteiramente relacionado ao terreno e não a construção, portanto a localização muitas vezes é a variável mais importante.

A realidade supracitada, relacionada a importância da localização, vai ao encontro das ideias de Maricato (1997) que argumenta que, quando alguém adquire uma propriedade, está adquirindo também um local para viver com uma série de serviços coletivos, equipamentos e infraestrutura, o local tem um papel fundamental na organização espacial de uma cidade capitalista, pois edifícios residenciais com as mesmas características podem ter preços diferentes de acordo com o local em que estão situados.

O segundo motivo se deve a relações sociais que os atrai para o centro, dentre essas relações é possível citar: os contatos de suas redes sociais que já vivem nessas localidades, o contato com estudantes oriundos de outras partes da América latina e do interior da Argentina que também migram para estudar na UNR e elegem o centro, sobretudo nas proximidades da Faculdade de Ciências Médicas como o local para se estabelecer.

A presença de brasileiros fez com que as imobiliárias desenvolvessem novas formas de explorar a condição mais fragilizada desses estrangeiros, em Rosário e em demais cidades argentinas que recebem estudantes brasileiros é comum que as imobiliárias solicitem determinados documentos comprobatórios antes de fechar o contrato como: comprovante de

renda, garantia proprietária, entre outros, as exigências das imobiliárias podem ser maiores ou menores dependendo da empresa, em algumas o aluguel se torna impossível.

Como ao chegar na Argentina os brasileiros não possuem contrato de trabalho, nem conhecem alguém que possa atuar como fiador, as imobiliárias disponibilizam a opção de se dar um montante em dinheiro muito grande chamado “depósito de garantia”, esse depósito é devolvido ao fim do contrato. A opção de alugar dando o depósito de garantia é a única forma da grande maioria para conseguir uma residência, por conseguinte, compromete o orçamento e torna os primeiros meses mais difíceis, pois além do depósito há de ser arcar com o aluguel e demais despesas como água, luz, gás entre outros. Além do aluguel, do depósito e das despesas, as imobiliárias cobram uma comissão imobiliária, o que deixa os primeiros meses na Argentina ainda mais dispendiosos.

Os problemas dos brasileiros não findam com o fechamento do contrato, o pouco conhecimento do idioma e da legislação argentina os deixa à mercê de atitudes que podem culminar no rompimento do contrato, por exemplo, caso um inquilino alugue um apartamento e coloque outros para morar junto e dividir as despesas (o que é muito comum) ele está fazendo algo ilegal, pois configura sublocação de imóveis, é preciso que todos os indivíduos que moram e dividem as despesas tenham o nome incluído no contrato. Nesse sentido, caso as cláusulas do contrato não sejam seguidas e ocorrer a quebra, o dinheiro investido no depósito de garantia poderá ser perdido.

O entrevistado 4 ressalta que é importante ler e interpretar o contrato, ele contou que na primeira casa que morou o contrato dizia que as alterações estruturais eram de responsabilidade do inquilino, a casa em questão era antiga e com o passar do tempo apareceram vários problemas que ficou a cargo dele e dos outros com que ele dividia as despesas.

As histórias de problemas com o aluguel de imóveis são mais comuns do que se pensa, durante as entrevistas foi possível saber do caso de um brasileiro que alugou uma residência e sublocou os quartos, ele era legalmente considerado o único inquilino e recebia dos outros o dinheiro que era mensalmente repassado à imobiliária. O que os outros brasileiros não sabiam é que estavam na posição de sublocatários e na verdade sendo vítimas de um golpe, já que em determinado mês esse sujeito que sublocou recebeu o dinheiro, mas não repassou a imobiliária, ele pegou o dinheiro e fugiu.

Os brasileiros que ficaram não tinham como provar que também eram inquilinos e que tinham pago, o golpe foi denunciado na polícia que pouco podia fazer, o resultado foi que essas pessoas ficaram praticamente na rua, ao se dirigir à imobiliária explicaram o ocorrido e

conseguiram um novo contrato de aluguel, porém tiveram inúmeras dificuldades para pagar o aluguel nos meses subsequentes.

O ato de alugar apartamento em conjunto com outras pessoas parece ser comum entre migrantes brasileiros nos mais diversos contextos, isso se deve tanto para diminuir os custos, quanto para não ficarem sozinhos, como aponta Margolis (1994). Assim, o fato de brasileiros decidirem dividir sua residência vai além de uma questão meramente econômica, ela argumenta que mesmo os que têm condições de arcar com os custos sozinhos preferem dividir devido a solidão.

Em Rosário são raros os casos de brasileiros que arcaram com a responsabilidade de alugar uma residência sozinhos, pois implica além de assumir o aluguel e demais despesas, envolve encontrar um lugar e negociá-lo sozinho com a imobiliária (ou diretamente com o dono), essa dinâmica é difícil, tendo em vista que muitos brasileiros chegam sem dominar o idioma e sem a documentação necessária. Portanto a maioria divide com uma ou mais pessoas.

Assim, desde o momento que o brasileiro chega até o final de sua estadia na Argentina, ele estabelece uma relação íntima com o mercado imobiliário, que se mantém aquecido principalmente nos primeiros meses do ano quando muitos brasileiros chegam desesperados por um lugar para morar e acabam se submetendo, por falta de conhecimento ou necessidade, as condições impostas pelas imobiliárias, condições essas que oneram o custo de vida, mas é um mal necessário, as imobiliárias sabem que os brasileiros necessitam de moradia e quando vão para a Argentina levam consigo recursos financeiros para se manterem e de segurança para caso algo dê errado, portanto partindo do pressuposto da lei da oferta e procura, o capital imobiliário estabelece condições que acabam sendo aceitas.

Com relação aos gastos iniciais necessários para instalação em solo argentino, a maior parte é direcionada para a entrada e aluguel de uma residência, o entrevistado 1 nos fala dos gastos iniciais com o apartamento.

Quando eu cheguei fui morar em um apartamento pequeno que era dividido por três pessoas, ficou bem dividido os gastos. Na época, foi cobrado cerca de R\$ 3.000,00 reais para entrar, esse valor referia-se a R\$ 1.500,00 reais do aluguel e mais R\$ 1.500,00 de garantia que seria dividido no final do contrato, tudo isso foi dividido em três então não ficou muito caro (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

As exigências para alugar além de dificultar a vida dos imigrantes brasileiros recém-chegados que precisam de um lugar para morar, mas não sabem como e onde alugar apartamento acabam sendo uma oportunidade para pessoas mal intencionadas explorarem essa

população cobrando aluguéis e taxas muito acima do valor de mercado. O entrevistado 1 nos conta um pouco de sua experiência nesse processo:

No ano em que me mudei para Rosário, em uma das vezes que procurei por apartamentos para alugar, eu achei um monoambiente¹³ com um preço bom e próximo da universidade. Eu conversei com um homem que cuidava dos apartamentos para os donos, perguntei sobre o que precisava para alugar ele me disse que era preciso recibos de sueldo (como se fosse um holerite no Brasil), como eu não trabalho formalmente na argentina eu não tinha esses documentos comprobatórios, uma opção seria pagar para uma empresa que faz esse tipo de trâmite, a gente paga para a empresa e ela cede os comprovantes necessários para o aluguel, mas o preço que a empresa cobrava era muito alto.

Eu disse a esse senhor que em vez de pagar por esse comprovante eu poderia pagar, em adiantado, cerca de seis meses de aluguel, ele achou a proposta interessante e prometeu repassá-la a dona do lugar. No outro dia ele me ligou, disse que a dona não aceitou e que ela disse preferir comprovantes argentinos cedidos por cidadãos argentinos (Entrevistado 1, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O entrevistado 1 vive em um monoambiente pequeno, mas confortável, ele contou que teve que comprar todos os móveis, a maior parte foi usado, no dia da entrevista ele relatou que fazia pouco tempo que tinha comprado a geladeira e por conta disso lembrava do valor pago, isso nos ajuda ter uma base do preço dos móveis, segundo ele a geladeira (usada) custou cerca de R\$ 400, 00 reais.

Um caminho para tentar superar as adversidades impostas pelas exigências das imobiliárias seria a negociação diretamente com o dono, essa tarefa é mais difícil. Quando o proprietário coloca a imobiliária como intermediadora, objetiva se eximir desse contato mais direto, ainda assim, há brasileiros que tentam o contato diretamente com o dono e logra sucesso como o caso do entrevistado 4.

Para ele, o pouco domínio do espanhol é uma das maiores dificuldades para os brasileiros negociarem propriedades diretamente com os donos, essa negociação direta, sem a intermediação da imobiliária poderia fazer com que os custos iniciais fossem menores. Assim, a partir de uma negociação direta com o dono, é possível chegar a um acordo que seja benéfico para ambas as partes. Além disso, é possível perceber se de fato o proprietário está sendo justo ou está querendo tirar proveito da situação.

O entrevistado 4 conta que conseguiu alugar seu atual apartamento, graças ao respaldo da família de sua namorada, que é argentina. Ele fala que aspectos subjetivos o ajudaram a conseguir o aluguel, como, por exemplo, o fato de ele falar na entrevista com a proprietária que viveria junto da namorada, deixando subentendido que não tinha uma vida agitada de solteiro e que planejava no futuro se casar.

¹³Monoambientes são apartamentos constituídos por um só ambiente, sem divisória entre o quarto e a sala.

Assim, o domínio do espanhol, a experiência prévia com o aluguel de outra propriedade, bem como o fato de namorar uma argentina, permitiu que o entrevistado 4 conseguisse negociar diretamente com o dono do apartamento que vive atualmente, sendo um apartamento espaçoso em um bairro residencial bem localizado, próximo a universidade e a Avenida Pellegrini, a um valor de 9.000,00 pesos ao mês, um valor abaixo em relação ao que a maioria dos imigrantes brasileiros pagam, sobretudo quando são recém-chegados.

O entrevistado 1 não trabalha, vive com remessas enviadas de sua família do Brasil, vive com um valor mensal de cerca de R \$800,00 reais e relatou viver tranquilamente. Desses R \$800,00 reais cerca de R \$500,00 reais (62,5%) é destinado ao aluguel, ele nos disse que o preço do aluguel está bom, muitos brasileiros, sobretudo os recém-chegados, costumam pagar isso em um quarto.

Como dito anteriormente a grande maioria dos brasileiros não ocupa posto de trabalho argentino, mas acaba tendo que desempenhar alguma atividade profissional para se manter, a não entrada no mercado de trabalho argentino se deve dentre muitos fatores a dificuldade inicial com o idioma, a falta de experiência no país, o fato de o curso de Medicina exigir muitas horas de dedicação aos estudos ou demais condições específicas que varia de caso para caso, nesse cenário a opção que resta é empreender e muitos enxergam as condições ideais para isso.

Outra questão pertinente de se abordar aparece em Asari (1992) que ao discutir o migrante enquanto capital humano ressalta que “Nesse caso o imigrante estaria, sem dúvida alguma levando benefícios ao país receptor, em todos os sentidos, visto que o país de origem investiu na sua educação, na preparação para o trabalho e este é usufruído pelo país de imigração, justamente com todos os valores que o imigrante traz de sua terra natal” (ASARI, 1992, p. II).

Conforme se pode contemplar na citação acima os benefícios da imigração, para a sociedade receptora por vezes não são observados. No caso dos brasileiros na Argentina, além de estarem em idade produtiva e ter instrução média (no mínimo), boa parte já tem uma profissão, curso superior terminado, alguns inclusive detêm títulos de pós-graduação se constituindo em um capital humano qualificado que pode em termos subjetivos contribuir de forma benéfica para a sociedade que os recebe.

As entrevistas mostraram que ao migrar a preocupação principal dos migrantes é encontrar uma moradia, a qual representa segurança, mas mais que isso, ela é o que passa a sensação de que esse migrante que partiu, que deixou sua família, seu lugar de fato está fixado novamente, reforçando a íntima relação entre o homem e o espaço. Essa interpretação é respaldada por autores como Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) que explicam que, ao se

fixar, o migrante alcança uma sensação de bem-estar, superando o sentimento de incerteza relacionado à instabilidade construída face à ausência do lugar.

No entanto, a relação entre o homem e o espaço não forma instantaneamente o lugar, para isso é preciso que se estabeleça uma relação de afetividade e pertencimento. Nesse sentido, a primeira residência que esses imigrantes ocuparam não necessariamente se converteu em lugar. As entrevistas revelaram constantes mudanças, sobretudo dos migrantes que estão a mais tempo em Rosário.

Essas mudanças envolvem tanto questões materiais como a busca por lugares mais baratos e próximos a universidade quanto questões subjetivas como a não identificação com as pessoas com o qual vivam, a busca por mais privacidade, por locais que passassem maior sensação de segurança ou ainda que lembrasse a casa que vivam com a família, nossa análise vai em encontro as de Marandola Júnior e Dal Gallo (2010, p. 411) que salientam a complexa relação entre o homem (nesse caso o migrante) e o espaço na busca por transformá-lo em lugar, sustentam que: “[...] O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente. Alguns fatores encorajam/incentivam esse envolvimento, enquanto outros repelem qualquer tentativa ou interesse em fazê-lo”.

Quando Marandola Júnior e Dal Gallo (2010, p. 412) nos falam sobre a “A necessidade por parte do migrante de preservar sua personalidade, sua identidade e voltar a ter a sensação do pertencimento leva a um gradual e contínuo processo de edificação de ‘lugares próprios’, os quais permitem ao migrante enraizar-se”, pudemos observar isso nos relatos sobre a busca por pessoas com costumes parecidos para dividir as despesas do apartamento, no grupo focal, por exemplo, eles relataram que a convivência é tranquila principalmente pelo fato de todos serem evangélicos e frequentam a mesma igreja.

Entre os que moravam sozinhos, quando indagados sobre o motivo dessa decisão apareciam frases como “dividir não dá muito certo” ou “no meu caso deu certo no primeiro mês [risos] depois achei melhor sair”. Assim, a construção do novo lugar não está restrita somente ao migrante, mas também as relações pessoais e carga subjetiva expressa na forma de costumes, crenças e valores, inerentes a cada indivíduo e que se manifestam no seu lugar.

Se antes, o lar desses migrantes era composto pela família, pessoas com certa homogeneidade frente a determinadas crenças, valores, costumes, cultura, agora, ao dividir apartamentos com desconhecidos, esses migrantes buscam aqueles que mais se aproximam do modo de vida herdado, isso por que “[...] Em suma, os migrantes buscam (re)moldar os lugares de forma que eles se tornem acolhedores de suas práticas culturais e suas atividades diárias, as quais estão na base de seu modo de vida” (DAL GALLO, 2010, p. 176).

Essa parte do trabalho mostrou que enquanto uma residência é o local em que os brasileiros buscam se estabelecer e construir um lar, para o mercado imobiliário é a forma de se apropriar de parte da renda do migrante, o brasileiro aqueceu o mercado imobiliário rosarino. O fato de serem migrantes faz com que o acesso à moradia seja dificultado, a territorialização se torna mais fácil para aqueles que têm mais dinheiro para ser despendido no aluguel.

3.5. IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA VIA O SABER POPULAR

Dentre os críticos a presença dos brasileiros e demais imigrantes que entram na Argentina com o intuito de estudar está a tese de que usufruem do sistema educacional público e depois se vão sem deixar nada em troca, o que essa equação esqueceu (propositadamente) de considerar é o impacto positivo na economia local. Além do caso já discutido da dinamização do mercado imobiliário é importante lembrar do aquecimento do comércio. De acordo com o documento “*Rosario productiva*” o comércio é o setor econômico mais relevante no faturamento e na quantidade de estabelecimentos, portanto a população brasileira ajuda a dinamizar o setor que já é o mais relevante para o município.

As entrevistas mostraram que dentre os estabelecimentos comerciais mais frequentados pelos brasileiros estão os mercados e *kioskos*, além disso, nas entrevistas apareceu o acesso à lavanderia, academia, farmácias e lojas. Os comércios mais frequentados são os que se localizam perto de suas residências que, como já dito em outras ocasiões, se localizam geralmente na região central e próximos da Faculdade de Ciências Médicas.

Ainda no debate sobre o impacto na economia local convém trazer à tona os casos de empreendedorismo que preferimos chamar de uso do saber popular como estratégia de resistência e manutenção da permanência, como se sabe a maior parte dos migrantes recebem remessas em dinheiro do Brasil para se manter, mas isso não significa que tem um montante elevado de dinheiro para se manterem, o aluguel consome boa parte de sua renda, em alguns casos, há brasileiros que buscam alternativas para complementá-la, seja oferecendo serviços como de limpeza, manicure, corte de cabelo, entre outros ou produzindo e vendendo produtos como comida brasileira, bolo no pote, entre outros.

De qualquer forma, é importante ressaltar que quando os brasileiros se envolvem em algum tipo de trabalho para ter uma renda extra, ou até mesmo principal, não há impactos econômicos negativos na economia argentina, pois não há a inserção no mercado de trabalho formal, ou seja, os brasileiros não ocupam vagas de trabalho, consomem bens e serviços, recebem remessas de dinheiro, e quando precisa oferecem produtos e serviços.

O fato de a maioria dos migrantes brasileiros não ocuparem postos tem diversas explicações como: a dificuldade inicial com o idioma, a falta de experiência no país, o fato de o curso de medicina exigir muitas horas de dedicação aos estudos ou demais condições

específicas que varia de caso para caso, nesse cenário a opção que resta utilizar estratégias de resistência, mostrando o quanto ricas são as práticas territoriais oriundas do conhecimento popular.

Araújo (2017) explica que “[...] cada indivíduo tem muitas cidades mapeadas em si”, ela define sua cidade natal como a morada de suas memórias, ela deixou fisicamente aquela cidade, mas as experiências estarão eternamente gravadas em seu interior. O mesmo ocorre com esses imigrantes, os cheiros, sabores e sons de seu lugar originário, o Brasil, faz parte do seu ser, e mesmo que inconscientemente seus corpos “pedem” para sentir novamente essas sensações que só são saciadas, geralmente, uma vez ao ano quando voltam para visitar a família e passar datas comemorativas.

Frente a essa realidade que se expressa pela demanda por produtos típicos, muitos brasileiros acabam enxergando a oportunidade de assegurar sua permeabilidade oferecendo esses produtos, que a comunidade sente falta e que são difíceis de se encontrar em solo argentino, essa demanda se assenta sobretudo em alimentos que trazem uma memória afetiva à tona.

Com relação a falta de produtos e serviços do Brasil o entrevistado 3 afirma que:

Eu aprendi cozinha aqui, no começo só comia fast food e pedia comida pronta, começaria a cozinha macarrão porque era mais fácil, o resto eu fui aprendendo pouco a pouco, quando eu vou para o Brasil trago algumas coisas que é difícil achar aqui. Teve um dia, na época que eu não cozinhava, que eu estava morrendo de vontade de comer arroz e feijão, não precisava ter mais nada, só o arroz e feijão já me satisfaria, eu vi no grupo fala Rosário um pessoal que vendia e resolvi comprar. A gente que vem para cá sente falta de tudo no Brasil, sente falta dos pais, da comida, de falar português, até de coisas bobas tipo ver o jornal local, eu falo com minha mãe todo dia, mas eu não posso comer e sentir o cheiro do arroz e feijão que ela faz. O pessoal que vende essas coisas aqui quebra o maior ganho (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Essa dinâmica não é exclusividade de Rosário, e aparece em outros estudos que se dedicaram ao estudo de determinados grupos de imigrantes como a dos Dekasseguis estudados por Rossini (2003):

Alguns migrantes já se estabeleceram “garantindo” a sua sobrevivência como pequenos empresários, comerciantes, pequenos industriais, etc. Há serviços prestados pelos dekasseguis já estabelecidos no Japão que facilitam a vida dos que já estão no país ou que pretendem migrar como: prestadores de serviços profissionais, culturais e artísticos, técnicos de informática, advogados, jornalistas e até representantes religiosos. (ROSSINI, 2003, p. 75)

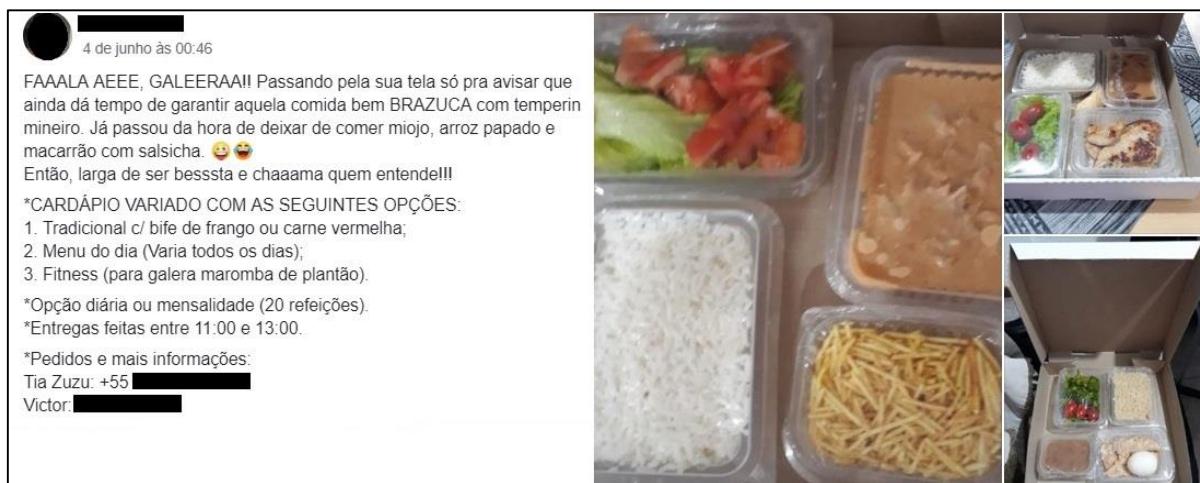
Segundo Martes (2001) os migrantes brasileiros representam um mercado segmentado à espera de ser explorado e o empresariado tem mostrado pouco interesse em explorá-lo ou desconhecimento de sua existência frente a essa oportunidade que os próprios brasileiros se dispõem a atender à necessidade da comunidade. Os estabelecimentos brasileiros oferecem uma

gama de produtos nacionais como: gêneros alimentícios (pão de queijo, salgadinho, guaraná, etc.); peças de vestuário; cosméticos; entre outros.

Além disso, uma realidade observada em Rosário é que muitos dos que já foram alunos acabam abrindo empresas e assessorias responsáveis pela adequação de documentos e migração de novos estudantes. Rossini (2003) encontrou situação similar: “[...] as oportunidades criadas pelos primeiros que chegaram no Japão possibilitaram também a criação de serviços de recrutamento, informação e assistência para a regularização da documentação” (ROSSINI, 2003, p. 75).

Com o objetivo de exemplificar o uso do saber popular como uma estratégia de permanência do migrante brasileiro, sobretudo com a venda de produtos nacionais, trazemos três exemplos retirados do grupo “Fala Rosário”. O primeiro representado na figura 14 mostra a venda de comida, a propaganda deixa claro que se trata de comida brasileira e é oferecido um cardápio variado inclusive para quem tem uma dieta específica.

Figura 14: Venda de comida brasileira



Organizado por: pelo autor (2020).

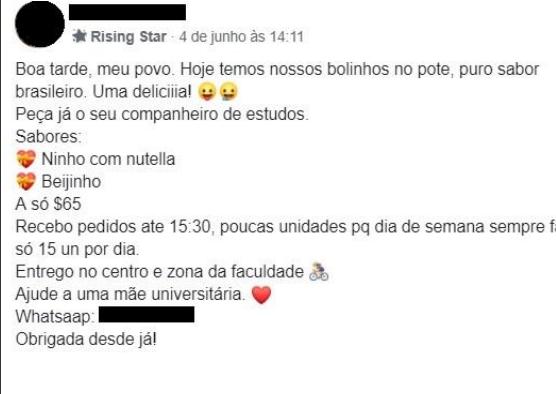
Cada uma das refeições anunciada custa \$200,00 pesos e pode ser feito um plano mensal com o custo de \$3.000,00, com a entrega incluída. Nos comentários foi possível ver interesse de várias pessoas em adquirir o produto, além de muitos clientes que o recomendarem, dentre os comentários foi possível ver, inclusive, argentinos interessados em consumir o produto.

A saudade do migrante brasileiro por sua cultura é relatada em vários trabalhos, Rossini (2003), por exemplo, mostra que no Japão há escolas que mantêm o ensino de português e caminhões que em dias determinados passam nas localidades onde se concentram brasileiros

para vender alimentos como arroz e feijão. Além disso, é possível encontrar churrascarias, revistas e jornais brasileiros, escolas de samba, entre outros.

Na figura 15 se observa a venda de bolos no pote, a vendedora também utiliza como estratégia a questão do sabor brasileiro, com base no *post* ela deixa claro que o produto é caseiro e feito pela mesma. Além de fazer os bolos, ela os vende e entrega na zona central e nas proximidades da faculdade de Ciências Médicas da UNR, nos comentários ela afirma que cobra \$25,00 pesos pela entrega.

Figura 15: Venda de bolos no pote



Boa tarde, meu povo. Hoje temos nossos bolinhos no pote, puro sabor brasileiro. Uma deliciia! ❤️❤️
Peça já o seu companheiro de estudos.
Sabores:
Heart Ninho com nutella
Heart Beijinho
A só \$65
Recebo pedidos ate 15:30, poucas unidades pq dia de semana sempre faço só 15 un por dia.
Entrego no centro e zona da faculdade 🚚
Ajude a uma mãe universitária. ❤️
Whatsapp: [REDACTED]
Obrigada desde já!



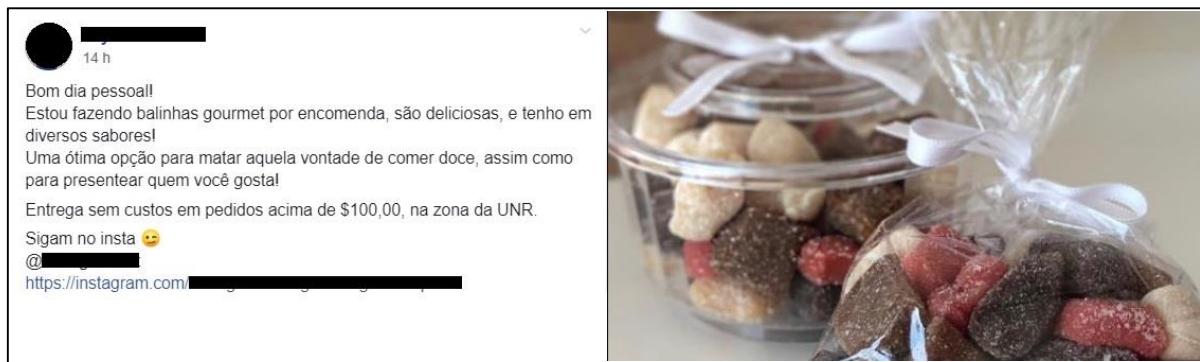
Organizado por: pelo autor (2020).

A mesma autora reforça que essas empresas não atraem por conta do preço e sim pelo fato de os produtos remeterem ao país de origem, o Brasil. A potencialidade desse mercado significa inclusive possibilidade de benefícios para a nação como aumento das exportações:

O desejo dos emigrantes brasileiros de continuar a consumir produtos do Brasil começa a gerar a formação de um mercado consumidor de produtos brasileiros no exterior, que pode implicar um aumento das nossas exportações. Mas não apenas isso. A formação de novos mercados consumidores de produtos brasileiros abre a possibilidade de que esses produtos venham a ser consumidos também pelos nativos e pelas minorias étnicas. (MARTES, 2001, p. 12)

Na figura 16 é possível contemplar outra estudante brasileira que está fazendo balas *gourmet*, a entrega é grátil para pedidos acima de \$100,00 pesos. Essa brasileira além de ter uma preocupação com a embalagem e apresentação dos produtos (assim como os outros) ela já criou um Instagram oficial para a marca.

Figura 16: venda de balas gourmet



Organizado por: pelo autor (2020).

Uma potencialidade de anunciar esses produtos nas mídias sociais como no grupo do *Facebook* “Fala Rosário” é que se estabelece um contato direto com o consumidor pelos comentários, ou de forma direta. Há ainda a possibilidade de receber indicação dos produtos de forma autônoma e por meio das críticas mostrar o que deve ser melhorado, pois ouvir o consumidor é imprescindível para compreender melhor as suas demandas.

Os entrevistados do Grupo focal 2 revelaram já ter trabalhado com a venda de comida, no entanto haviam parado pois os estudos estavam demandando muito de seu tempo. Uma das entrevistadas revela “o brasileiro dificilmente se acostuma com a comida daqui; a gente come muito, o brasileiro chega aqui e já procura arroz e feijão, no Brasil você encontra isso de norte a sul aqui não”.

Atualmente uma das entrevistadas do grupo focal 2 trabalha como atendente de um supermercado de produtos brasileiros, revelando que a comunidade vem demandando cada vez mais produtos e serviços especializados e muitos inclusive já legalizaram suas empresas, contribuindo, portanto, para a dinamização da economia local.

Além do que foi exposto, é importante ressaltar que cada produto oferecido por brasileiros para brasileiros e demais atores da comunidade local, necessitou de matéria prima, ou seja, a compra dos ingredientes e das embalagens são realizadas junto ao comércio local, dando mais fôlego à economia. Portanto, se de um lado não há o pagamento de mensalidade há uma injeção mensal e continuidade do dinheiro na economia local, dinamizando comércio, mercado imobiliário e demais negócios que oferecem serviços.

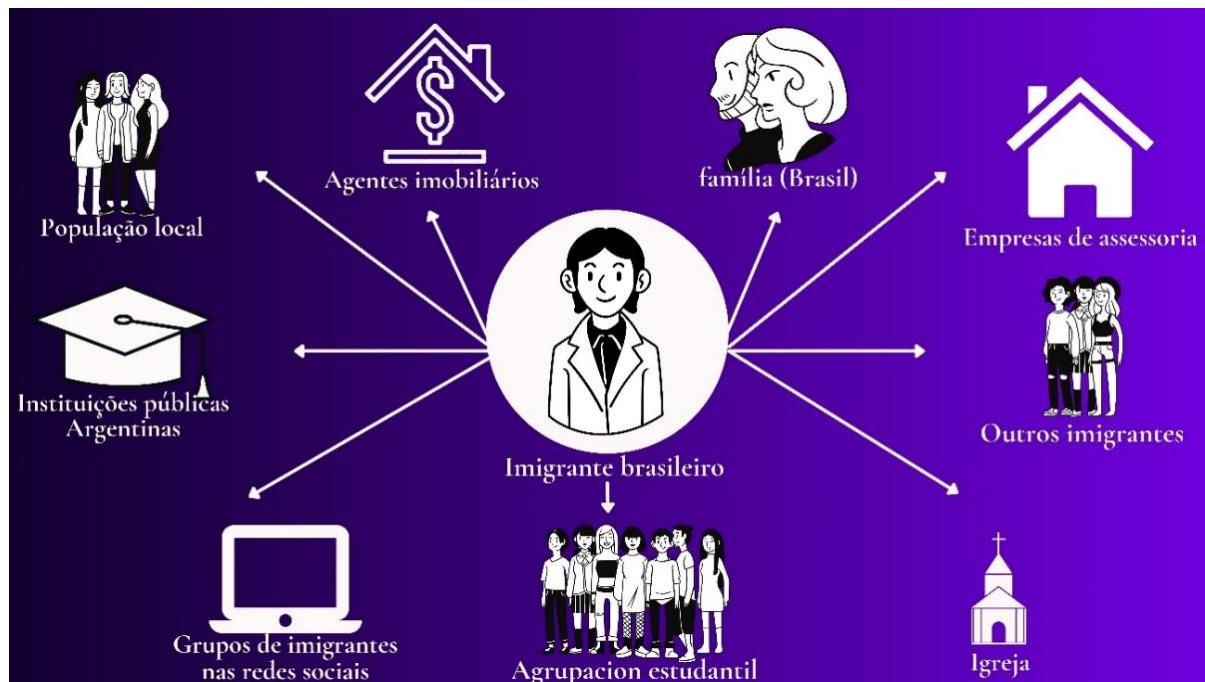
3.6. AS MARCAS DA MULTITERRITORIALIDADE: AS REDES E MÍDIAS SOCIAIS DOS IMIGRANTES BRASILEIROS

Durante o trabalho de campo e realização das entrevistas, uma questão que ficou muito evidente foi o papel das redes e mídias sociais. Observou-se que a interconexão desses imigrantes com diferentes territórios e atores sociais se estabelecia antes mesmo da tomada de decisão de migrar, as redes e mídias sociais se mostram fundamentais para a influência na decisão de partir, espaço de troca de informação, constituição de amizades, apoio no processo de reterritorialização entre outros. Neste sentido, a presente seção trará algumas considerações construídas no trabalho acerca da importância dessas variáveis.

As entrevistas mostraram que com a *internet* as redes entre imigrantes muitas vezes se estabelecem antes mesmo da chegada, em alguns casos, como o das migrações internacionais, são a partir delas que o migrante toma conhecimento de mecanismo como documentação para entrada, condições de trabalho, lugares onde morar e fazer remessas de dinheiro entre outros. Além disso, a constituição das redes não favorece só o imigrante na inserção no mercado de trabalho, a partir dela ele consegue alcançar até a sensação mais subjetiva de pertencimento, uma vez que ele se une a pessoas que passam pelas mesmas dificuldades, portanto o comprehende e muitas vezes são mais sensíveis e ajudam os recém-chegados.

Em âmbito metodológico, Brumes (2013) defende que ao empreender análises acerca das redes sociais deve-se considerá-las em sua totalidade, ou seja, tanto os laços fortes quanto os fracos: “[...] a mescla viabiliza maior variedade de tipos de estratégias de apoio social, pois só assim é possível captar de forma integrada os apoios de ordem emocional e os de ordem material” (BRUMES, 2013, p. 26). Ao observarmos a relação entre os imigrantes e as redes (considerando os laços fortes e fracos) observou-se uma complexa teia onde cada ponto tem sua respectiva influência na decisão de partir e nas estratégias de permanência, o esquema a seguir (figura 17) representa essas relações:

Figura 17: Redes sociais dos estudantes migrantes brasileiros de Rosário durante as entrevistas



Fonte: entrevistas, fevereiro (2020); **Organizado por:** pelo autor (2020).

O contato que se estabelece entre os imigrantes brasileiros com outros imigrantes latino-americanos, argentinos e instituições como igrejas, contribuem para o processo de reterritorialização, reforçando a dupla face das redes, ressaltada por Saquet e Mondardo (2008, p. 120), onde [...] “as redes, que são consideradas, muitas vezes, desterritorializadoras, podem, também, como no caso dos contatos e vínculos estabelecidos na migração, ser o elo material e simbólico para a reterritorialização de um grupo de migrantes em outro território que não o de origem”.

A partir de Saquet (2005b) é possível entender que as redes sociais e as ajudas mútuas, que se estabelecem entre os imigrantes, é um traço da reterritorialização imigrante e das identidades simbólicas e afetivas que se estabelecem.

Brumes e Silva (2011) compreendem que ao chegar em determinado lugar, o imigrante pouco a pouco estabelece novas relações sociais, a construção dessas redes é uma estratégia para que sua inserção no mundo do trabalho seja mais fácil. Além disso, Brumes (2013) acredita que a constituição dessas redes integra a realidade do imigrante, já que são elas que lhes dão a sensação de pertencimento e identificação, é uma forma de se fortalecerem frente às dificuldades de adaptação.

O migrante, ao estabelecer novas relações sociais, tende a fazer do lugar de chegada o lugar em que se reproduz socialmente a partir dos contatos que vão sendo estabelecidos, sejam eles pautados em laços de amizade ou família, as chamadas redes. Tais fatores são significativos para que realmente seja estabelecida de forma mais “fácil” a inserção no mundo do trabalho.

Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) explicam que as redes sociais constituem microcosmos ou microterritórios fundamentais para a construção de uma identidade territorial, assim, sua apreensão é fundamental, uma vez que a partir delas é possível analisar os motivos, os fluxos e o processo de reterritorialização do migrante. Com base nas redes que o migrante vai construir novos relacionamentos, imprescindíveis para aumentar a sensação de segurança e promoção de seu enraizamento. As redes sociais, para os autores, possibilitam identificação e pertencimento, aliviando os dissabores da experiência migratória ao favorecer o sentimento de pertencimento e bem-estar. A rede se torna um ponto concreto que gera confiança e os fortalece mutuamente a partir da cooperação. Além disso:

Do ponto de vista existencial, os migrantes constroem territorialidades próprias que são verdadeiros microcosmos ou pequenos mundos nos quais compartilham lugares, paisagens, signos e símbolos. Nos microcosmos tem-se uma existência espacial coletiva: o grupo pensa, organiza e vive seu território de maneira semelhante por partilhar uma mesma cultura e um determinado estilo/modo de vida (MARANDOLA JÚNIOR, DAL GALLO, 2010, p. 415).

As mídias sociais também foram fundamentais para o entrevistado 3 conseguir um lugar para morar. Ele afirma que assim que comprou as passagens e definiu a data para viajar, fez um anúncio no grupo “Fala Rosário” falando que procurava alguém para dividir apartamento, logo várias pessoas responderam e ele conseguiu uma residência.

Foi fácil conseguir outras pessoas para dividir as despesas, quando a gente é recém chegado não sabe procurar por conta própria, ir atrás de apartamento nas imobiliárias, cuidar dos trâmites, então é interessante conseguir alguém que já está a mais tempo e já cuidou de tudo isso, depois se você não se adapta no lugar ou não ir com a cara das pessoas você sai, mas no começo é mais seguro buscar alguém que já está aqui. Eu sai do meu antigo apartamento pois tinham costumes diferentes da pessoa que morava comigo, ele é muito gente boa, na minha saída não teve briga nem nada do tipo, eu só queira morar com alguém que tinha mais a ver comigo ou morar sozinho, aí eu consegui este monoambiente baratinho e tá dando para arcar sozinho com o aluguel e as demais despesas. Mas eu só consegui me estabelecer aqui, no início, graças às pessoas que conheci na internet. (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A questão das redes sociais perpassou diversos momentos nas entrevistas, mas ficou mais explícita quando entrevistamos os imigrantes do Grupo focal 2 que são evangélicos e membros da mesma igreja, a Igreja Adventista. A questão das redes sociais não era uma

pergunta específica da entrevista e enquanto conversávamos uma das entrevistadas evocou essa questão e me disse:

Uma coisa que foi muito importante para nossa adaptação é o fato de se ter para onde ir... Quando digo isso, estou falando de um meio social que no nosso caso é a igreja, o grupo social que a gente frequenta, os membros argentinos da igreja adventista nos receberam bem e isso influenciou positivamente na nossa permanência. Eu penso que sem uma rede de apoio a permanência é muito mais complicada (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O fato de essa rede social ser formada não só por imigrantes brasileiros, mas por argentinos os fortaleceu, inclusive frente a casos de xenofobia uma vez que a defesa parte de outros cidadão argentinos, isso fica evidente em suas falas em diversos momentos principalmente quando disseram que: “Eles [os argentinos] inclusive defendem a gente, também nos aconselham e ajudam, na igreja conhecemos pessoas incríveis que nos tratam como família” (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

O supracitado trecho demonstra que a boa receptividade dos argentinos que integram sua rede social, no caso a Igreja Adventista, é responsável inclusive pela criação de um sentimento de pertencimento, ao dizer que são tratados como membros de família nos mostra que pelo menos nos momentos em que estão reunidos não se sentem estrangeiros e sim parte de um todo, a identidade do imigrante dá lugar a de família.

No caso do Grupo Focal 2 a influência das redes sociais foi fundamental inclusive para o aluguel da casa onde vivem atualmente, foi graças a confiança que conquistaram de seus amigos argentinos que conseguiram que eles lhes emprestassem os *recibos de sueldo*.

As redes sociais, formada entre os imigrantes com diferentes atores sociais são muito relevantes no sucesso ou fracasso do processo de reterritorialização. No caso dos imigrantes brasileiros suas redes são formadas por pessoas tanto do território de origem quanto do que ocupam atualmente, isso faz com que a presença dos imigrantes faça do território rosarino um território em rede e os imigrantes atores multiterritorializados. As redes sociais se mostraram um tema com fôlego para futuras pesquisas, considerando sobretudo o papel das instituições religiosas.

3.7. PERSPECTIVA DE FUTURO DOS IMIGRANTES

A análise do fenômeno estudado mostrou que ele pode ser classificado como uma migração internacional e também temporária, uma vez que a ideia inicial dos estudantes brasileiros é permanecer na Argentina durante o tempo necessário para obter o título acadêmico almejado. É óbvio que o resultado pode ser diferente do planejado e a migração de retorno acontecer antes, motivado por questões como dificuldades para se manter economicamente, a não adaptação à cultura e/ou método de ensino, entre outros. Além disso, a migração que inicialmente era temporária pode se tornar permanente. De qualquer forma, é importante conhecer a perspectiva de futuro dos imigrantes, pois ela também ajuda a explicar a decisão de sair do Brasil, de deixar tudo em prol de um sonho.

Quando se trata da perspectiva de futuro de fluxos migratórios temporários é importante tecer algumas considerações sobre essa temporalidade. Questões como a quantidade de tempo de ausência é necessária para o fenômeno seja assim classificado aparece, apresentar um posicionamento frente a essa questão é importante pois demonstra o alinhamento teórico metodológico seguido neste trabalho. Assim, concordamos com Martins (1988) que se posiciona da seguinte maneira:

Se, em termos demográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de *ausência*. É temporário, na verdade, aquele que se considera a si mesmo <<fora do lugar>>, *ausente*, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de <<suas>> relações sociais, e que, no limite, não se considera dentre mesmo quando está (MARTINS, 1988, p. 49, 50 – grifos do autor).

Assim, Martins (1988) entende que a essência da consciência do migrante temporário é a ausência, esse sujeito é temporário enquanto se reconhece e está na intersecção de duas socializações, “[...] é sempre o que *vai voltar a ser* e não o que é” (MARTINS, 1988, p. 50 – grifos do autor).

Conforme nos explica Martins (1988) quando analisamos a dimensão temporária da migração, estamos considerando não só a transição referente a espacialidade, mas também a temporalidade, uma vez que as contradições às quais o imigrante está submetido é onerada já que ele passa a viver como se integrasse duas temporalidades. Assim, nas palavras do autor ser migrante temporário: “[...] é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessário quando está

saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca” (MARTINS, 1988, p. 45).

Partindo do pressuposto de ser uma migração e temporária e de demais variáveis como o fato de existir muitos argentinos que questionam o fato estrangeiros terem a educação financiada com dinheiro público e depois voltarem para seus países sem darem um retorno à nação, os brasileiros entrevistados foram questionados sobre sua perspectiva de futuro, se planejam ficar, voltar ou permanecer por um tempo trabalhando como forma de retribuir o investimento em sua formação.

O entrevistado 4 disse que apesar dos brasileiros dinamizarem a economia local, esse questionamento é válido, por isso afirma que quer permanecer no país por um tempo, após a formação, trabalhando como forma de dar um retorno. Ele nos diz: “É uma pergunta difícil, não refleti muito sobre isso, mas minha resposta hoje é que eu pretendo ficar alguns anos aqui para retribuir a educação que eu recebi, quero trabalhar aqui, com o povo que mais precisa” (Entrevistado 4, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Ele afirma que quer voltar ao Brasil, mas que mesmo que quisesse ir para o interior do Brasil servir as pessoas mais carentes, vai ter que morar em grandes cidades, uma vez que as especializações na área de Medicina, no Brasil, também estão concentradas nos grandes centros urbanos, além disso, afirma que depois de passar pelas dificuldades para estudar e de ter retribuído à Argentina pelo investimento em sua formação, será o momento de pensar em si mesmo e buscar realizar, em âmbito econômico, suas aspirações da vida.

Com relação ao preconceito de alguns brasileiros e médicos direcionados a quem se forma no exterior e se isso seria um fator para contribuir para sua permanência em solo argentino, o entrevistado 4 diz que pode existir resistência, mas que a pessoa que busca atendimento não está preocupada com o lugar onde o médico se formou, na verdade o médico que se forma na Argentina é mais humanizado e provavelmente vai ser bem quisto pela população. Esse preconceito com relação à formação pode existir caso procure trabalho em algum hospital particular que atende pessoas de alto poder econômico.

Ele reforça que os alunos, futuros médicos, são constantemente testados nas provas orais e colocados em contato com as mais diferentes realidades que envolvem a prática médica, exigindo que não só deem uma resposta efetiva, mas humanizada a cada uma das situações, sendo que a universidade preza pela qualidade do futuro profissional, o curso quer ter a certeza de que mesmo os recém-formados vão conseguir atender bem e de forma humanizada seus pacientes.

Ainda neste sentido, os entrevistados do Grupo Focal 2 e o entrevistado 3 concordam quando dizem que muitos têm a ideia equivocada de que pelo fato de não ter processo seletivo nas universidades argentinas a formação dos médicos é pior quando comparada às do Brasil. Os entrevistados do Grupo Focal 2 afirmam que nenhum médico é formado colando ou ficando nas costas de colegas, eles afirmam que a forma como o curso é estruturado, sobretudo as provas orais, fazem com que o aluno só avance caso domine de forma satisfatória o conteúdo. O entrevistado 3 diz:

O brasileiro tem a cabeça muito colonizada, acha que só o que tem nos Estados Unidos é bom, despreza tudo que vem da América Latina. Só a Universidade de Buenos Aires tem dois Prêmios Nobel de Medicina, como alguém tem coragem de dizer que uma instituição como esta é ruim? O ensino das universidades públicas daqui é muito bom, além disso a medicina aqui é humanizada e para mim isso faz muita diferença, eu não acho mesmo que minha formação aqui é inferior à de nenhum formado por federal ou Estadual do Brasil (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Quanto à perspectiva de futuro do entrevistado 3, ele afirmou não ter pressa de voltar para o Brasil, gosta da Argentina e pensa em permanecer por um tempo trabalhando como uma forma de devolver o investimento feito em sua educação, pensa ainda em se especializar aqui. Para ele, a boa qualidade da educação fará dele um profissional apto a atuar em qualquer um dos dois países, mas que no momento só a Argentina está em seu horizonte.

O pessoal que vem para cá deixa muito dinheiro aqui, então nossa educação não é de graça, no entanto temos que ser gratos a essa nação pois foi aqui que conseguimos a oportunidade de estudar, quando eu vim para cá eu pensava em voltar para o Brasil, como eu te disse eu queria uma profissão que me inserisse no mercado mas agora eu não acho justo voltar e trabalhar no Brasil que não contribuiu em nada na minha formação, minha prioridade é a Argentina, eu quero ficar aqui por um tempo e trabalhar, dar o melhor de mim para essa sociedade que abriu as portas da universidade para mim (Entrevistado 3, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

A entrevistada 2 é um exemplo de imigrante que não pensa em retornar, ela afirma que não se mudou para a Argentina pois o ingresso era sem um processo seletivo, tal como ocorre no Brasil, na verdade ela foi em busca de uma medicina mais humana e social onde o médico não é endeusado e entenda a importância de tratar de forma humanizada seus pacientes, se preocupando e de fato com seu bem-estar, ela afirma que é essa medicina que quer aprender e diz: “se eu quisesse ser técnica eu estudava algo como engenharia, eu faço medicina, quero cuidar de gente”. Ela disse ainda que só sairia da Argentina para um país onde a medicina também fosse ensinada desta forma.

As perspectivas de futuro têm a ver com a migração de retorno, o fechamento de um ciclo para o imigrante temporário, no entanto as entrevistas mostraram que mesmo tendo o

retorno como objetivo ele pode estar em um futuro mais distante que o fim dos seis anos da graduação, muito cogitam permanecer por um tempo na Argentina seja para “devolver” o investimento da referida sociedade em sua formação seja para ter trabalho e renda enquanto não é aprovado no teste de revalidação de diploma. Além disso, há que se considerar os casos onde os imigrantes vão estabelecendo raízes mais profundas por conta de relacionamentos com argentinos (as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu te digo, o brasileiro sonha... sonha com uma vida melhor e vem para cá atras disso, nós não estamos aqui para abusar do país e sim porque infelizmente tivemos que deixar nossa terra que não nos propiciou as mesmas oportunidades. A gente vem para cá para realizar um sonho, nós poderíamos ter permanecido lá [Brasil] e aceitado a nossa sorte, mas o brasileiro sonha (Grupo Focal 2, fevereiro de 2020, Rosário – Santa Fé, Argentina).

Optamos por iniciar as considerações finais com esse trecho de uma das entrevistas, pois ela nos revela muito. Inicialmente nos mostra que as migrações podem ser motivadas por um sonho, ou seja, a subjetividade pode influenciar fenômenos concretos com implicações diretas na materialidade do território, o sonho move o ser humano, tanto em sentido simbólico quanto concreto.

A busca por melhores condições de vida muitas vezes pode ser lida de forma equivocada pela sociedade de recepção, isso porque muitas vezes se dá mais atenção aos impactos negativos do que os positivos, como dito no trecho acima o imigrante não visa se aproveitar do país que o recebe e sim buscar as condições necessárias para se realizem seus sonhos e também contribuir de alguma forma para o desenvolvimento local.

Reforçamos que essa categoria de migração é muito específica, diferentes dos fluxos comumente analisados, já que se não se trata da mobilidade da força de trabalho, ou seja, são pessoas que se mudam, mas não tem interesse de integrar o mundo do trabalho, sua busca e pelo acesso à educação, além disso, a migração ocorre em países latino-americanos em desenvolvimento onde a moeda do país receptor é desvalorizada frente ao real (moeda brasileira), bem como, o fluxo das remessas é oriunda do país de origem e não de destino.

Assim, quando buscamos com essa investigação compreender o fenômeno migratório empreendido por brasileiros para a Argentina com o intuito de estudar Medicina e entramos em contato com os migrantes para conhecer mais de perto suas realidades, comprovamos o quanto vasto e complexo é esse processo, a ponto de não ser possível enquadrar os imigrantes em modelos oriundos de teorias estruturalistas, a complexidade do migrante não finda na esfera econômica.

Podemos corroborar a afirmativa acima quando adentramos na realidade de uma migrante que migrou com o filho, sua entrevista descortinou a difícil realidade de uma mulher e mãe solo que se lança neste desafio. Seu relato mostrou a pertinência de aprofundar a discussão de gênero nas discussões de temas geográficos.

Além das questões apontadas até aqui, essa migração apresenta outras peculiaridades como o fato de ocorrer entre países sul-americanos em desenvolvimento e de ser facilitada pelo trânsito livre entre cidadãos das nações membros do Mercosul. Além disso, outras variáveis como a taxa de câmbio torna o sonho de estudar medicina em outro país um objetivo palpável.

Se a tomada de decisão de migrar é uma tarefa difícil e corajosa por implicar em deixar para trás famílias, amigos, seu lar e todos os espaços com os quais tinham estabelecido relações topofílicas, o maior desafio está no processo de reterritorialização, marcado por inúmeras dificuldades como acesso à moradia, adaptação à cultura, idioma e modelo de ensino e em alguns casos, xenofobia.

Mesmo enfrentando diversas dificuldades para lograr sucesso na reterritorialização, boa parte permanece firme, apegada a um sonho e/ou vocação, pois essa é, como nos disse um dos entrevistados, “sua melhor chance de se tornar médico”. A Argentina, que tem um modelo de educação democrático e verdadeiramente público, onde o acesso, independentemente da carreira, é um direito conquistado e assegurado.

A realidade argentina é um choque para o migrante brasileiro, em diferentes sentidos, no caso da estruturação do curso em si e do perfil dos estudantes de Medicina a situação não é diferente. Para começar a universidade não exige do aluno nenhum conhecimento específico do seu ingresso, o ensino é público, gratuito e de qualidade, já que a educação é concebida como um direito humano. Desde o MIU o aluno aprende que as políticas educacionais de nível superior, nos moldes como está estabelecida, são resultado de luta social e a sua manutenção é responsabilidade de todos.

Além disso, desde as primeiras aulas fica claro que a universidade fez uma opção por uma medicina humanizada em oposição à visão mercadológica da saúde.

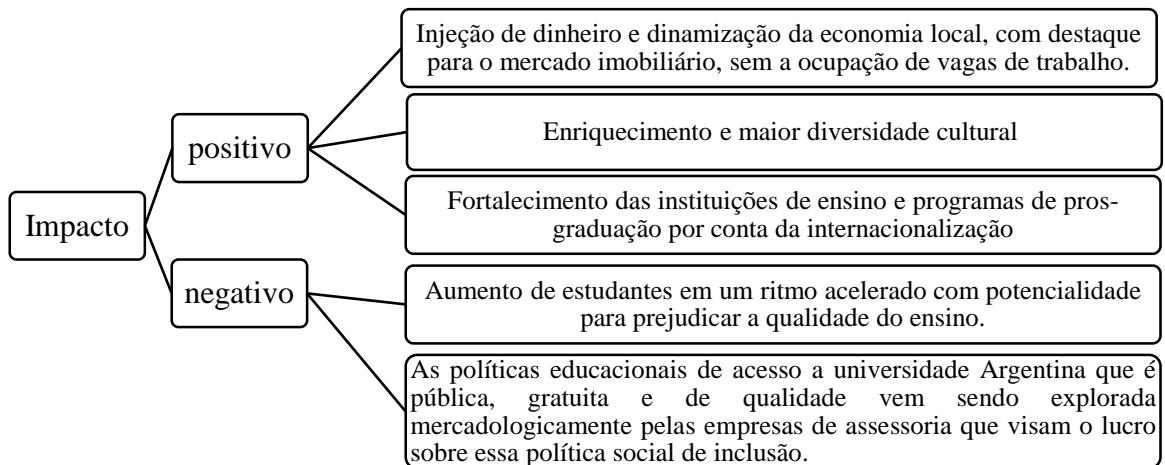
Quanto às redes sociais, observou-se que é demasiadamente complexa, inúmeros atores sociais, com interesses divergentes, influenciam de alguma maneira o processo de reterritorialização. Nessas redes estão presentes desde a família que representa um ator importante como provedor financeiro, até outros imigrantes brasileiros, com os quais estabelecem laços de amizade e ajuda mútua a partir do compartilhamento de despesas como o aluguel.

Como definido nesta pesquisa, essa migração pode ser considerada temporária, já que o objetivo principal é obter formação acadêmica para atuar como médico no Brasil. No entanto, cabe salientar que os desafios enfrentados pelos migrantes brasileiros na Argentina não findam com a migração de retorno, haja vista que o diploma foi conquistado em outro país, ao voltar

para o Brasil terão que revalidar o diploma. No caso dos estudantes de Rosário, esta não parece ser uma grande preocupação já que confiam na formação recebida pela UNR.

Quanto aos impactos da presença imigrante no território argentino foi possível mapear vários, no entanto gostaríamos de destacar os presentes na figura 18.

Figura 18: Principais impactos positivos e negativos da imigração de brasileiros



Organizado por: O próprio autor

O impacto no mercado imobiliário foi positivo, a presença dos estudantes estrangeiros, não só brasileiros têm aquecido esse setor, pois conforme pode se observar na entrevista que com o dono de uma imobiliária, o setor está enfrentando uma crise a mais de 25 anos, os apartamentos estão sendo vendidos em dólar e as construtoras não estão lançando novos empreendimentos. Os brasileiros alugam apartamentos na zona central e são considerados bons pagadores. O fato de procurarem residências perto da universidade dinamiza o comércio das proximidades, como mercados, farmácias, os famosos *kioskos* e até lavanderias.

Como foi constatado durante a investigação é comum brasileiros se manterem com remessas de dinheiro enviados pela família, já que quando se migra uma das coisas que se deve ter em conta é que a inserção no mercado de trabalho é muito difícil, neste caso por conta da barreira linguística e do curso de graduação ser integral. Mas há os que precisam fazer algo para ter uma complementação de renda, e as atividades mais utilizadas são oferecer produtos e serviços que os brasileiros sentem falta, que vão desde arroz e feijão até venda de produtos para cabelos cacheados. Há os que trabalham com câmbio, esse pessoal tem um rendimento muito alto, mas o investimento inicial também é alto.

Entendemos essas atividades como o uso do saber popular para assegurar sua permanência, é algo que não se tem um curso que ensina, é um conhecimento que eles levam junto deles e o utilizam para se manter. Então do mesmo jeito que há o conceito de memória afetiva pode-se dizer que existe uma saudade afetiva dos sabores e cheiros do Brasil, as pessoas que precisam de complementação de renda oferecem esses sabores. Destarte, há brasileiros vendendo coxinha, feijoada, brigadeiro, entre outros produtos. Eles utilizam as mídias sociais para anunciar os produtos e a comunidade compra.

Quanto aos impactos negativos, entendemos que é preciso discutir e pensar no planejamento para os próximos anos, pois como foi observado o número de brasileiros nos cursos de medicina crescem a cada ano tem sido influenciado, também, pelas empresas de assessoria que atuando de forma capitalista maculam os ideais altruístas da universidade pública argentina e fazem um marketing intenso destas instituições no Brasil. Essa atuação mercadológica já foi notada tanto por imigrantes quanto pela comunidade local e a atuação destas empresas deve ser analisada de forma mais profunda e crítica.

Apesar de considerarmos esta pesquisa de mestrado concluída, frente à complexidade e riqueza do tema, acreditamos que as lacunas deixadas podem ser lidas como um convite a novas investigações, há outras frentes de pesquisa passíveis de serem realizadas para responder questões como: como se dá o processo em outros recortes geográficos argentinos como na capital ou nas universidades particulares? Quais as semelhanças e diferenças entre a realidade dos brasileiros que migram para estudar medicina na Argentina com os que migram para outros países como Paraguai e Bolívia? se os migrantes casados levam a família e como é a adaptação das crianças à nova cultura? Como é a inserção profissional dos imigrantes já graduados? Entre outros.

Convém ressaltar mais uma vez o papel das políticas educacionais como fatores de desterritorialização no caso do Brasil e de atração na Argentina. Processos seletivos excludentes e que favorecem a classe dominante como mecanismo de entrada nas universidade públicas reforça o caráter elitista que a universidade pública brasileira ainda mantém. Políticas como as cotas para alunos oriundos de escola pública e negros foi um grande avanço, no entanto podem ser lidas como medidas paliativas ou até mesmo uma reforma pontual que não ataca a raiz do problema, constituída ao longo de séculos de exclusão da maioria em detrimento ao privilégio de poucos. Portanto a universidade pública brasileira só será de fato inclusiva e democrática quando possibilitar o acesso daqueles que por gerações a sustentaram, mas não puderam acessá-la.

A restrição ao ensino superior brasileiro traz implicações não só ao Brasil, passíveis de serem observadas no baixo número de médicos, falta de diversidade racial no espaço acadêmico, fortalecimento das instituições privadas de ensino, o privilégio de acesso a populações socioeconomicamente privilegiadas, entre outros. Traz repercussões também em nações vizinhas como a Argentina que por conta de uma política de acesso democrática, pública e gratuita, vem recebendo um número cada vez maior de brasileiros. O que impacta diretamente a qualidade do ensino no país vizinho.

Portanto, constata-se que a migração é um fenômeno social multifacetado, dinâmico e que se liga a outras variáveis, de forma que o processo de desterritorialização e reterritorialização ganha constantes e novos contornos. No caso da reterritorialização, o migrante comumente mantém contato com o local de origem, sendo, portanto, um indivíduo multiterritorializado, no entanto a saudade ainda é uma variável que muitos desconsideram, mas é fundamental no sucesso ou fracasso da empreitada desses sujeitos.

A reterritorialização em âmbito internacional é complexa, pois se liga a outras questões como o racismo, a xenofobia e a questão de gênero, neste sentido, estudos de caso são fundamentais para mapear a diversidade do fenômeno e a Geografia ainda tem papel fundamental nesta tarefa.

REFERÊNCIAS

- ADASZKO, Dan; KORNBLIT, Ana Lía. Xenofobia en adolescentes argentinos. Un estudio sobre la intolerancia y la discriminación em jóvenes escolarizados. **Revista mexicana de sociología**, v. 70, n. 1, p. 147 – 196, 2008.
- ALMEIDA, Irenizia Marques Quinteiro de; SILVA, Fabiana Aparecida da. Ingressantes no curso de medicina de uma instituição de ensino superior pública. **Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina**, n. 8, p. 10 – 19, 2017.
- ALVES, Rubem. O vestibular é uma aberração In: SIMÕES, Eduardo. **Revista Cult**, 2011. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/vestibular/> . Acesso em 18 dez. 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia Aparecida.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 213 – 220.
- ANGELUCCI, Thalita Camargo. Migração e políticas linguísticas universitárias: estudantes brasileiros em Rosario (Argentina). In: Estupiñán, Mireya Cisneros. **Glotopolítica latinoamericana: Tendencias y perspectivas**. Editorial Universidad Tecnológica de Pereira: Pereira, 2020.
- ANGELUCCI, Thalita Camargo; POZZO, María Isabel. Estudiantes brasileños en la Facultad de Ciencias Médicas de Rosario (Argentina): Implicancias interlingüísticas, **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 1, p. 807 – 833, 2020.
- ARAUJO, Danieli Barbosa de. Dimensão educadora da cidade: Poética e imaginação na experiência urbana. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade estadual de Londrina, Londrina.
- ASARI, Alice Yatiyo. “... E eu Só Queria Voltar a Japão”. (Colonos japoneses em Assaí). São Paulo, 1992. 204 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1992.
- ASARI, Alice Yatiyo. Migração, trabalho e território no mundo contemporâneo. In: HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza; LOPES, Claudivan Sanches; SANTIL, Fernando Luiz de Paula; ROSOLÉM, Nathália Prado; GOMES, Sueli de Castro. **Geografia: Temas e reflexões**. Maringá: EDUEM, 2015, p. 143 – 165
- ASARI, Alice Yatiyo; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Migração e território. As associações nipo-brasileiras do norte do Paraná. In: Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), 12, **Anais...** Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), Montevidéu, 2009, p. 1 – 12
- ASARI, Alice Yatiyo; YOSHIOKA, Rei Mei. Migrações ultramarinas. Trabalhadores brasileiros no Japão. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 17, n. 3, p. 237 - 245, 1996.

BARENBOIM, Cintia Ariana; ZAMLER, Daiana. Impacto socioambiental en la creación de nuevas áreas urbanas en la ciudad de Rosario, Argentina: 2005 – 2017. **Revista ciudades, Estados y política**, v. 4, n. 2, p. 51 – 66, 2017.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. La Reforma de Córdoba Viente fecundo de la transformación universitaria. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (Org.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008, p. 16 – 19.

BRUMES, Karla Rosário. Estudos sobre migrações: Desafios, diversidades e evoluções. **Leopoldianum**, v. 39, p. 13 – 30, 2013.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Márcia da. A migração sob diversos contextos. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CARDOSO FILHO, Francisco de Assis Brito; MAGALHÃES, Juliano Fontenele; SILVA, Kássio Murillo Leite da; PEREIRA, Izete Soares da Silva Dantas. Perfil do estudante de medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2013. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 1, p. 32 – 40, 2015.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aercio Silva; ROCHA, Enivaldo Carvalho.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Discutindo as políticas públicas de acesso ao ensino superior. **Revista Educação**, v. 10, n. 1, p. 17 - 28, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: Um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura(organizadores). **Território: Globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 251 - 256.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acessado em 04 abr. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas. **Estudos feministas**, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

DAL GALLO, Priscila Marchiori. O método do diário: Buscando a experiência do ser migrante. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 3, p. 173 – 185, 2010.

DI LORENZO, Delfina. La recepción de estudiantes extranjeros en Argentina: una exportación no tradicional. **Letras internacionales**, n. 179, 2013. Disponível em: <https://revistas.ort.edu.uy/letras-internacionales/article/view/262> . Acessado em 10 ago. 2020.

FANTINI, João Angelo. Raízes da Intolerância: A segregação imaginária do outro. **SIG: Revista de Psicanálise**, v. 4, p. 113-120, 2015.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Imigrantes: progresso material e diversidade cultural no Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 5, p. 100 – 109, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 3, p. 62 – 70, 2011.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1971.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; POLON, Sandra Aparecida Machado. **Política educacional**. Guarapuava: Moodle Unicentro, 2017

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115 – 147, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: Póvoa Neto, Helion; PACELLI, Ademir (Orgs). **Cruzando fronteiras disciplinares**: Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35 – 44.

IBGE. **Censo demográfico – 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Censo Nacional de Población**. 1980 – 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior – 2019**: Principais resultados. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 15 Dez. 2020.

LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (Orgs.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008, p. 52 – 65.

MALELLA, Cecilia. Migraciones emergentes hacia la Argentina: colombianos y ecuatorianos. Breve panorama y estrategias de inserción cultural. **Revista de estudios transfronterizos**, n. 2, p. 15 – 46, 2014.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 2, p. 407 – 424, 2010.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Geografias do porvir: A fenomenologia como abertura para o fazer geográfico. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. et.al. (Org.). **A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p. 451 – 466.

MARGOLIS, Maxine L. **Little brazil**: Imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2013, p. 19 – 26.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

MARTES, Ana Cristina Braga. Emigração brasileira: formação de mercados de consumo de produtos brasileiros no exterior, **RAE light**, v. 8, n. 1, p. 8 – 12, 2001.

MARTINS, Alexandre Luís Ponce; PRESTES, Vivan Rafaella. Mobilidade e xenofobia: Considerações da geografia à psicanálise. **Revista percurso**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 25 – 39, 2017.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: Migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 43 – 61.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2008, p. 217 - 227.

MENDES, Maíra Tavares. E se não houvesse o vestibular? – Percepções de professores e alunos do cursinho popular chico mendes acerca da elitização do ensino superior. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do sul: ANPED SUL, 2012, p. 1 – 13.

MUNICIPALIDAD DE ROSARIO. **Anuario de población y Estadísticas Vitales 2018**. Dirección general de estadística, 2019. Disponível em: https://www.rosario.gob.ar/ArchivosWeb/anuario_2018.pdf. Acessado em 01 jun. 2020

MUNICIPALIDAD DE ROSARIO. **Rosario productiva**. Agência municipal de investimentos e projetos estratégicos, Direção geral do investimento para o desenvolvimento, 2015, 36 p. Disponível em: https://www.rosario.gob.ar/ArchivosWeb/anuario_2015.pdf. Acessado em 02 mar. 2019

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A migração de brasileiros para estudar medicina na Argentina: O caso da Universidade Nacional de Rosário (UNR). In:

Encontro Nacional da ANPEGE (ENANPEGE), 13, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANPEGE, 2019.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008, p. 71 – 88.

PEIXOTO, João; EGREJA, Catarina. A força dos laços fracos: Estratégia de emprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal. **Tempo social, Revista de sociologia da USP.** São Paulo, v. 24, n. 1, p. 263 – 281, 2012.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, n. 2, p. 11 – 24, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione.** Milano: Franco Angeli, 1984. p.69-82.

REGO, Rhyan Meninea do; MARQUES, Natália Alves; MONTEIRO, Perla da Costa; OLIVEIRA, Céres Larissa Barbosa de; LINS, Nara Alves de Almeida; CALDAS, Cezar Augusto Muniz. O perfil atual do estudante de Medicina e sua repercussão na vivência do curso. **Pará Research Medical Journal**, v. 2, n. 1 – 4, p. 22 – 30,2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ROSARIO. **Rosario.** Disponível em: <https://www.rosario.gob.ar/web/>. Acessado em: 28 fev. 2019.

ROSSINI, Rosa Ester. Os dekasseguis do Brasil formam para o Japão e lá estão criando raízes. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 65 – 76, 2003.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, 1992, Campinas. **Anais...** Campinas, 1992, p. 119 – 143.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** 7. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia**, v. 1, n. 1, p. 7 - 13, 1999.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15 - 20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., São Paulo. **Anais...** São Paulo: EGAL, 2005a. p.13882-13894.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** 2002. Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e identidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EGAL, 2005b, p. 13869-13881.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 118 – 127, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SCARAFILE, Carla; PELOSO, Nicodemo; FERRAGUTTI, Sidney. Mejoras en el proceso de entrega de títulos a los egresados de la Universidad Nacional de Rosario. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Tecnicatura en Administración Pública) - Universidade Nacional de Rosário, Rosário, 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Gênero, sexualidades e espaço: Uma análise interseccional de imigrantes brasileiros em Brighton- Reino Unido. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero; Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis, **Anais...**2017, p. 1 - 12

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77 – 92, 1980.

SIQUEIRA, Sueli. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, v. 07, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/5973>. Acessado em 05 mar. 2019.

UNR. Alumnos UNR: Año académico 2017. In: **Boletín Estadístico n. 69.** Universidad Nacional de Rosario: Rosario, 2018. Disponível em: <https://unr.edu.ar/noticia/1387/boletines-estadisticos>. Acessado em: 26 jan. 2021

UNR. Alumnos UNR: Año académico 2018. In: **Boletín Estadístico n. 70.** Universidad Nacional de Rosario: Rosario, 2019. Disponível em: <https://unr.edu.ar/noticia/1387/boletines-estadisticos>. Acessado em: 26 jan. 2021

UNR. Alumnos UNR: Año académico 2019. In: **Boletín Estadístico n. 71.** Universidad Nacional de Rosario: Rosario, 2020a. Disponível em: <https://unr.edu.ar/noticia/1387/boletines-estadisticos>. Acessado em: 26 jan. 2021

UNR. **Feliz cumple UNR**, 2020b. Disponível em: <https://unr.edu.ar/noticia/14244/feliz-cumple-unr>. Acessado em 8 Jan. 2021

UNR. **Plan de Internacionalización de la UNR 2015-2019**. Rosário: Secretaría de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, 201-, 88 p. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/11304/CAT%c3%81LOGO%20UNR%202017.pdf?sequence=3&isAllowed=y> . Acessado em 04 ago. 2020.

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS MOTIVADAS PELO ESTUDO: O CASO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA BRASILEIROS NA UNIVERSIDADE NACIONAL DE ROSÁRIO (UNR)

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Migrações internacionais para estudo: o caso dos brasileiros que estudam medicina na Universidade Nacional De Rosário (UNR) - Argentina, a ser realizada em Rosário (Santa Fé – Argentina). O objetivo da pesquisa é analisar as causas e as consequências do processo migratório de Brasileiros na cidade de Rosário (Argentina) para cursarem a carreira de medicina no período de 2010 a 2018. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através de entrevista composta por várias perguntas sobre o processo de emigração e imigração em um país estrangeiro para se tornarem médicos (a), a entrevista seria gravada para a posteriori ser transcrita, depois disso o pesquisador, de posse dos dados, fará a análise, sistematização e publicação do trabalho.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que tanto o áudio das entrevistas quanto as transcrições serão armazenadas e utilizadas somente para os fins desta pesquisa e trabalhos futuro a ela relacionados como artigos em periódicos e eventos, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

No caso de registros gravados eles visam somente para deixar a entrevista mais rápida e dinâmica, e para que o pesquisador não perca nenhum detalhe do relato. Após a utilização para a dissertação e os artigos a ela ligados, todos os registros em áudio serão apagados e as transcrições serão arquivadas.

Esclarecemos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Os benefícios esperados são compreender o processo de migração; valorizar o imigrante e dar a ele a posição de protagonista na análise acerca desse processo; publicar um material que pode ser utilizado na construção de políticas públicas em prol do imigrante; desenvolver um material que possa ser útil para migrantes em potencial analisar os prós e contras dessa decisão com base em experiência de quem já fez essa opção de vida, entre outros.

Quanto aos riscos, como se sabe toda pesquisa possui riscos, nesse caso os riscos são se lembrar de episódios tristes do processo de migração e o vazamento de dados, por conseguinte o responsável da pesquisa se compromete a amparar o participante caso algo nesse sentido aconteça.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (Ariel Pereira da Silva Oliveira, Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380 | Campus Universitário (UEL) | CEP 86.057-970 | Londrina - PR), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

Londrina, ____ de _____ de 201 ____.

Pesquisador Responsável _____ RG: _____

(nome por extenso do sujeito de pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

Obs.: Caso o participante da pesquisa seja menor de idade, o texto deve estar voltado para os pais e deve ser incluído ainda, campo para assinatura do menor e do responsável.

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.